



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

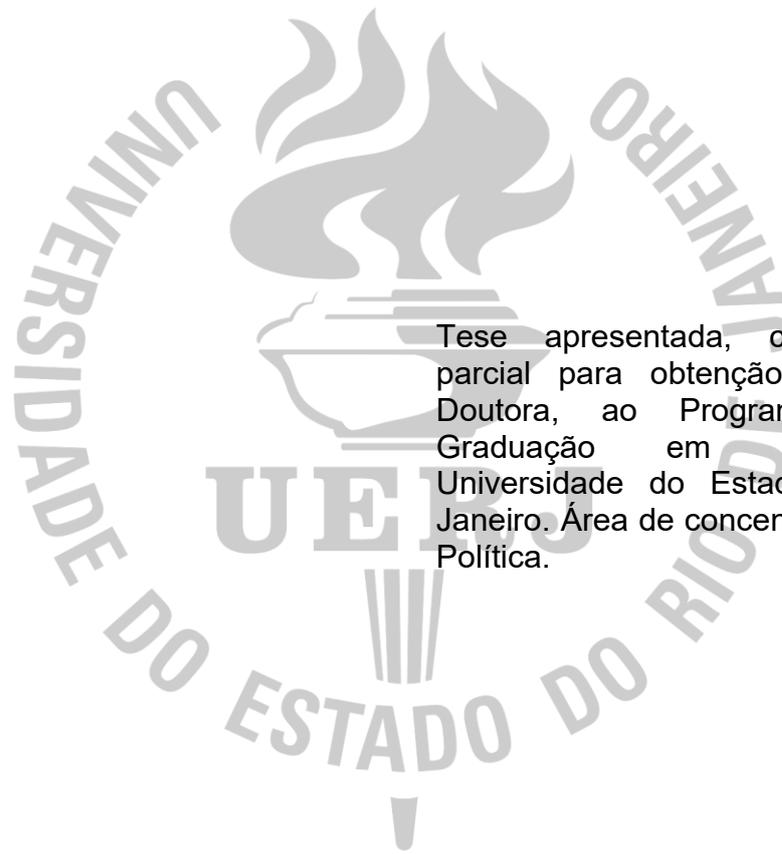
Giselle dos Santos Siqueira

**Félix Escobar: Trajetória e Morte de um Militante Comunista em  
Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador**

Rio de Janeiro  
2024

Giselle dos Santos Siqueira

**Félix Escobar: Trajetória e Morte de um Militante Comunista em Duque de  
Caxias, na Guanabara e em Salvador**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof. Dra. Lená Medeiros de Menezes

Coorientador: Prof. Dr. Oswaldo Munteal Filho

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S618 Siqueira, Giselle dos Santos.  
Félix Escobar: Trajetória e Morte de um Militante Comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador / Giselle dos Santos Siqueira. – 2024.  
151 f.

Orientadora: Lená Medeiros Menezes.  
Coorientador: Oswaldo Munteal Filho.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Guerrilheiros - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 2. Memória - Teses. 3. Guerrilhas - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 4. Brasil - História - 1964-1985 - Teses. I. Menezes, Lená Medeiros. II. Munteal Filho, Oswaldo. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 92:32(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Giselle dos Santos Siqueira

**Félix Escobar: Trajetória e Morte de um Militante Comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em: 26 de março de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lená Medeiros Menezes (Orientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof. Dr. Oswaldo Munteal Filho (Coorientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof. Dr. Ivanir dos Santos  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Nielson Rosa Bezerra  
Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angela Maria Roberti Martins  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof. Dr. Jayme Lúcio Fernandes Ribeiro  
Universidade Salgado de Oliveira

Rio de Janeiro

2024

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho para Deus, toda a minha família, meu esposo e amigos

## AGRADECIMENTOS

Esta talvez seja uma das partes mais difíceis da tese, pois se pode cometer injustiças e deixar pessoas importantes de fora. Primeiramente, tenho que ser grata a Deus por ser minha fortaleza e ter me dado forças para prosseguir e não desistir durante esses quatro anos de caminhada, nos quais encontrei muitas barreiras e tive que vencer muitas dificuldades, quase desistindo de tudo em alguns momentos. Em seguida ao meu pai e a minha mãe por terem investido e acreditado em mim sempre, sem nunca esmorecer e terem se privado de muitas coisas para que hoje eu pudesse estar aqui, realizando mais esse sonho.

No que tange diretamente a elaboração dessa tese, sou grata ao meu esposo e também historiador Fábio Silva Gonçalves por ter aturado o meu stress, minhas crises de autoestima e principalmente por ter compartilhado comigo dúvidas, incertezas, opiniões e ideias para a realização desta. Aos meus amigos e familiares que souberam entender as minhas faltas durante um bom período. Aos docentes do Programa de Pós-Graduação de História da UERJ, principalmente aos professores Lúcia Maria Bastos, Antonio Edmilson Martins e Maria Regina Candido pela contribuição através das suas disciplinas na troca de ideias, sugestões e conhecimentos. Aos professores Ivanir dos Santos e Bruno Redondo que gentilmente aceitaram o meu convite e me honraram com as suas presenças na minha banca de qualificação. Os professores: Ivanir dos Santos, Nielson Rosa Bezerra, Angela Maria Roberti e Cesar Teixeira Honorato o meu muito obrigado por terem aceitado o convite e me honram com as suas presenças na minha banca de defesa final da tese. O meu muito obrigado de coração ao meu querido afilhado e também historiador Alexandre Pinto de Souza e Silva pelo apoio incondicional, por ser meu leitor crítico, pela amizade, pelo carinho, pelas palavras de conforto e pela troca diária que foi importantíssima nessa minha fase. Um obrigado especial também a Ercília Coelho de Oliveira por ter sido minha leitora crítica, agradeço demais as suas sugestões e orientações. Um agradecimento especial também ao meu amigo José Alexandre da Silva por ter feito toda a revisão ortográfica dessa tese. Um agradecimento muito especial aos familiares de Felix Escobar: Antônio e Irany pelo carinho, confiança depositados em mim, por terem sido sempre solícitos e me ajudado sempre que preciso.

A minha orientadora Lená Medeiros e ao meu coorientador Oswaldo Munteal Filho, pelo apoio ao tema, orientar minhas leituras e não permitir desvios na tese, incentivando assim o trabalho e me ajudando a crescer no ofício de historiadora.

O dever de todo revolucionário é fazer a revolução.

*Che Guevara*

## RESUMO

SIQUEIRA, Giselle dos Santos. *Félix Escobar: trajetória e Morte de um Militante Comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador*. 2024.151 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A Ditadura Militar brasileira ainda desperta o interesse de diversos pesquisadores por ser alvo de diferentes grupos que disputam a memória do seu passado. Seguindo a abrangência do conceito de memória, estabelecida por importantes nomes como Pollack, Le Goff e Ricoeur, buscamos trazer à luz a trajetória do militante comunista Félix Escobar (1923 - 1971). Morto nos porões da ditadura e esquecido pelo regime que o enterrou, suas ações são capazes de instigar questões sobre o engajamento na luta armada no município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, onde construiu sua carreira militância política. Assim como aconteceu com vários outros que participaram da guerrilha, teve a sua memória apagada em meio às disputas que ainda persistem em torno do período militar. Através de documentos presentes no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), no site Grupo Tortura Nunca Mais/ Rio e de entrevistas com familiares de Escobar (Antônio Escobar e Irany Escobar), o corrente trabalho retoma a participação política do militante com o intuito de resgatar o seu legado. Desse modo, buscamos entender como Escobar é capaz de representar uma identidade social, sobretudo, acerca de indivíduos envolvidos com a causa comunista no município de Duque de Caxias num período extremamente importante para a História republicana brasileira.

Palavra-chave: memória; militância; guerrilha urbana; guerrilha rural.

## ABSTRACT

SIQUEIRA, Giselle dos Santos. *Félix Escobar: Trajectory and Death of a Communist militant in Duque de Caxias, in Guanabara and Salvador*. 2024. 151 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The Brazilian Military Dictatorship still arouses the of several researchers as it is the target of diferente groups that dispute the memory of its past. Following the scope of the concept of memory, established by important names such as Pollack, Le Goff and Ricoeur, we seek to bring to light the trajectory of the communist militant Félix Escobar (1923 – 1971). Dead in the basements of the dictatorship and forgotten by the regime that buried him, his actions are capable of instigating questions about his engagement in the armed struggle in the municipality of Duque de Caxias, in the State of Rio de Janeiro, where he built his political activism career. As happened with several others who participated in the guerrilla, his memory was erased amid the disputes that still persist around the military period. Through documents presente in the Public Archive of the State of Rio de Janeiro (APERJ), on the Grupo Tortura Nunca Mais/Rio Website and interviews with Escobar's Family members (Antônio Escobar and Irany Escobar), the current work revisits the activist's political participation with with the aim of rescuing his legacy. In this way, we seek to understand how Escobar is able to represent a social identity, especially regarding understand involved with the comunista cause in the municipality of Duque de Caxias in na extremely importante period for Brazilian republican history.

Keywords: memory; military; urban guerrilla; rural guerrilla.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto de Félix Escobar .....	147
Figura 2 - FNM .....	147
Figura 3 - FNM nos anos 50 .....	148
Figura 4 - FNM nos anos 50 .....	148
Figura 5 - Caminhão FNM .....	149
Figura 6 - Área de pouso da FNM nos anos 40 .....	149
Figura 7 - Foto do Cemitério de Ricardo de Albuquerque .....	150
Figura 8 - Mapa dos bairros e distritos de Duque de Caxias .....	151

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI 5	Ato Institucional número cinco
ALA	Ala vermelha do Partido Comunista do Brasil
ALF	Associação dos Lavradores Fluminenses
ALN	Aliança Nacional Libertadora
AMFNB	Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
ANAPAP	Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas
AP	Ação Popular
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
BA	Bahia
BNM	Projeto Brasil Nunca Mais
BPEx	Batalhão de Polícia do Exército
CBTC	Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos
CEMDP	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CREMERJ	Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro
DETRAN	Departamento de Trânsito
DI-RJ	Dissidência Comunista do Rio de Janeiro
DI-GB	Dissidência Comunista da Guanabara
DI-BA	Dissidência Comunista da Bahia
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI / CODI	Destacamento de Operações de Informações / Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DPF /BA	Departamento de Polícia Federal da Bahia
FAB	Força Aérea Brasileira
FABOR	Fábrica de Borracha
FALERJ	Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro

FLN	Frente de Libertação Nacional
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FTO	Frente de Trabalho Operário
GTNM – RJ	Grupo Tortura Nunca Mais – Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
IPM	Inquérito Policial Militar
MG	Minas Gerais
MRN	Movimento Nacionalista Revolucionário
MR-8	Movimento Revolucionário 08 de Outubro
OBAN	Operação Bandeirante
PC	Partido Comunista
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PE	Pernambuco
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Política Operária
PORT	Partido Operário Revolucionário Trotskista
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PT	Partido dos Trabalhadores
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informações
SP	São Paulo
RJ	Rio de Janeiro
SC	São Cristóvão
UCBHC	União Cultural Brasileira dos Homens de Cor
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFDC	União Feminista de Duque de Caxias

UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
VAR – Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1	<b>FÉLIX ESCOBAR E AS VERTENTES DA MEMÓRIA</b> .....	26
1.1	<b>O uso das Memórias</b> .....	26
1.2	<b>Escobar: aspectos biográficos</b> .....	30
2	<b>FÉLIX ESCOBAR: UM GUERRILHEIRO RURAL</b> .....	49
2.1	<b>A formação do MR-8 e sua visão sobre o campesinato</b> .....	49
2.2	<b>O MR-8 na Baixada Fluminense</b> .....	56
2.3	<b>As articulações na Baixada Fluminense pós repressão</b> .....	71
3	<b>OS CAMPONESES COMO ATORES POLÍTICOS</b> .....	75
3.1	<b>O olhar dos Camponeses</b> .....	76
3.2	<b>O debate acadêmico sobre a relação entre Campesinato e Revolução</b> .....	81
3.3	<b>América Latina: Camponeses e a Revolução</b> .....	86
3.4	<b>Produção sobre Luta Armada e Camponeses no Brasil dos anos 1968-1974</b> .....	89
4	<b>AS RELAÇÕES ENTRE CAMPONESES E COMUNISTAS E A LUTA ARMADA NO BRASIL</b> .....	93
4.1	<b>Algumas teorias sobre Luta Armada no Brasil</b> .....	94
4.2	<b>O PCB</b> .....	99
4.3	<b>As Ligas Camponesas</b> .....	111
5	<b>AS MEMÓRIAS EM DISPUTA</b> .....	114
5.1	<b>A atuação do MR-8 na Bahia ao seu fim</b> .....	114
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	129
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	138
	<b>ANEXO A - Figuras</b> .....	147

## INTRODUÇÃO

A problemática principal da minha tese é a análise de diferentes versões, visões apresentadas pelos familiares de Felix Escobar, pelo Ministério da Marinha e Exército, pela Anistia Internacional, Comissão Nacional da Verdade e outras instituições sobre acontecimentos que permearam a vida e a morte de Félix. A dimensão espacial engloba Duque de Caxias (RJ), Guanabara (RJ) e Salvador (BA) e o recorte temporal vai de 1923 a 1971.

A tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, com o título: “Félix Escobar e as Vertentes da Memória”, trabalho com o conceito de memória analisando a trajetória de Escobar, com seus aspectos biográficos. No segundo capítulo, (“Félix Escobar: um guerrilheiro rural”), analiso a história do MR-8<sup>1</sup> a nível nacional e na Baixada Fluminense e sua relação estabelecida entre os seus militantes e camponeses, usando como estudo de caso o Escobar. No terceiro capítulo, (“Os camponeses como atores políticos”) resgato as discussões a respeito do papel do campesinato para os processos revolucionários tanto na literatura produzidas por lideranças comunistas, como pela academia e discuto brevemente algumas experiências latino-americanas.

No quarto capítulo, (“As relações entre camponeses e comunistas e a luta armada no Brasil”), sintetizo as principais perspectivas orientadoras da luta armada no Brasil, procurando analisar a recepção das experiências internacionais, sobretudo a chinesa e a cubana, pelos militantes brasileiros. Nesta parte, também buscamos entender sua influência para a prática política junto aos camponeses e historicizo a relação entre os comunistas, a luta armada e os camponeses no Brasil ao longo do século XX. No quinto capítulo, (“As Memórias em disputa”) iremos trabalhar com algumas memórias que permanecem em disputa em torno da figura de Escobar

---

<sup>1</sup> O nome Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) possui a peculiaridade de ter sido usado inicialmente por um grupo e depois por outro, dando origem ao que se chama “primeiro” e “segundo” MR-8. Na prática são duas organizações diferentes que adotaram o mesmo nome. Como várias das organizações armadas, o “primeiro” MR-8 surgiu a partir de uma dissidência do PCB, conhecida como a dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), tendo por principais lideranças: Aluízio Palmar, Nielse Fernandes e Milton Gaia Leite. A esse grupo somou-se posteriormente a dissidência do Paraná. O nome da organização MR-8 é uma homenagem a Che Guevara. Antes disso, o grupo usava a nomenclatura DI-RJ, cuja sede era Niterói (HERLER, 2015).

(utilizando principalmente entrevistas), além de fazer uma análise de como o MR-8 ficou após a morte de Felix.

A tese está embasada principalmente na seguinte documentação: nos registros do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) – Coleção Polícia Política encontrada no APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), nos sites do Centro de Documentação Eremias Delizoicov, Memórias da Ditadura, nos documentos da CVN (Comissão Nacional da Verdade) e Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, no Projeto Brasil Nunca Mais (BNM)<sup>2</sup>, na Plataforma Memórias Reveladas / Arquivo Nacional e na entrevista com familiares de Escobar.

Na elaboração dessa tese foram utilizadas como principais referências bibliográficas, a fim de compreender a trajetória de Duque de Caxias no período analisado, as seguintes obras: “Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)”<sup>3</sup>, “Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964”<sup>4</sup>, “O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985”<sup>5</sup>.

Para construir um referencial teórico e uma metodologia para a análise dos documentos e a contextualização das informações, utilizei as propostas encontradas em *Memória, Esquecimento, Silêncio* (POLLAK, 1989)<sup>6</sup>, *O Mundo como Teatro, estudos de antropologia histórica* (BURKE, 1993)<sup>7</sup>, *Entre Memória e História. A*

---

<sup>2</sup> Coordenado pelo Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns e pelo pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, Jaime Wright, o estudo publicado em 1985 é considerado a primeira “Comissão da Verdade” do Brasil, porém não oficialmente, já que foi uma iniciativa não do Estado, mas de atores da sociedade civil que fizeram uso da ideia de comunicação alternativa (CUNHA, 2014). Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>.

<sup>3</sup> MARQUES, Alexandre dos Santos. *Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)*. Vassouras: Universidade Federal Severino Sombra. Dissertação de Mestrado, 2005.

<sup>4</sup> SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. *Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2002.

<sup>5</sup> CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2008.

<sup>6</sup> POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v.2, n.3, 1989.p.9.

<sup>7</sup> BURKE, Peter. *O Mundo como Teatro, estudos de antropologia histórica*. Lisboa, Difel, 1993.

*problemática dos lugares* (NORA, 1993)<sup>8</sup>, *História e Memória* (LE GOFF, 1990)<sup>9</sup> e *Entre memória e história* (RICOEUR, 1996)<sup>10</sup> e *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum* (PORTELLI, 1998)<sup>11</sup>. Destas obras utilizaremos os conceitos de Memória, Amnésia Social, Lugares de Memória, Memórias Subterrâneas e Memória Dividida.

Para trabalhar militância em Duque de Caxias nas décadas de cinquenta e sessenta pode-se consultar as seguintes obras: José Ricardo Ramalho, com *Estado Patrão e Luta Operária: O caso FNM*, que apresenta o movimento sindical em Duque de Caxias através da FNM<sup>12</sup>. Por meio da história social dos operários da FNM, o autor desvenda a tragédia dessa experiência, do modelo de empresa estatal, nos anos de 1940, até o conceito produtivista e a privatização nas décadas de 1960 e 1970.

Sobre o movimento camponês, utilizamos na dissertação de mestrado de Mario Grynspzan (1987), “Lavradores e Grileiros na Luta Democrática e Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)”.

Quanto às obras de memória, têm-se como referência: o livro *Memória Camponesa*, de José Pureza, que conta a História do próprio autor e de sua esposa, Josefa Pureza, e do movimento camponês em Xerém. Segundo essa obra, Josefa nasceu em 1924, em Alagoas. Filha de boias-frias viu sua mãe morrer por falta de recursos médicos e seu pai, de doença de Chagas. Órfã, passou ainda pequena a trabalhar em casa de família, em troca de moradia e comida. Em seus depoimentos, ela se considerava uma escrava doméstica. Quando, ainda jovem, conheceu Pureza, residente do Rio de Janeiro, viúvo e com dois filhos, casaram-se e vieram para o Rio de Janeiro.

A dissertação de mestrado “Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. História Política da Cidade de Duque de Caxias”, assim como o livro

---

<sup>8</sup> NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo, nº 10. Dezembro de 1993.

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas/São Paulo. Editora da Unicamp, 1990.

<sup>10</sup> RICOEUR, Paul. *Entre memória e história*. In *Projeto*. Paris: número 248, p.11, 1996.

<sup>11</sup> PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum*. In: FERREIRA e AMADO, 1998: 103-137.

<sup>12</sup> Empresa de economia mista fundada pelo governo federal em 1942 no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo inicial de produzir motores de avião. Foi transformada em sociedade anônima pelo Decreto-Lei nº 8.669, de 16 de janeiro de 1946. Em outubro de 1968, teve seu controle acionário transferido para a empresa italiana Alfa Romeo.

*Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*, de Marluccia Santos de Souza, trabalham com a História política da cidade de Duque de Caxias, indo desde do processo de ocupação colonial até a década de sessenta.

Há uma passagem no texto de René Remond, da sua obra “O retorno do Político”, que explica uma das fundamentações, uma das escolhas para esta investigação sobre a trajetória de Escobar, recorrendo-se ao campo das memórias e seguindo a linha de pesquisa de História Política.

Certamente o poder é o ponto máximo. O poder supremo, aquele que se exerce numa sociedade global, no interior de um território definido por fronteiras, dispondo do poder de coerção, definindo a regra como lei e sancionando as infrações, é o único poder que tem todos esses atributos. Mas há também a conquista e a contestação desse poder, e a relação do indivíduo com a sociedade global política – de onde o estudo de comportamento das escolhas, das convicções, das lembranças, da memória, da cultura. O político toca a muitas outras coisas. Não é um fato isolado. Ele está evidentemente em relação, também, com os grupos sociais e as tradições de pensamento.<sup>13</sup>

Para pensar a comunicação entre militantes e camponeses, utilizo Pierre Bourdieu (2008), que concebe a existência do campo linguístico, espaço no qual as “trocas linguísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos” (2008, pp. 23-4). De acordo com esta perspectiva, a adoção de determinados “estilos expressivos”, muitas vezes de forma inconsciente e às vezes até mesmo involuntariamente, é resultado de um “habitus linguístico”, que, por sua vez, é expressão de um “habitus de classe”. Quando há uma distância social entre os interlocutores no “mercado linguístico”, ocorre o que Bourdieu chama de “colisão estilística”, uma tensão que impõe a necessidade de adaptação do discurso.

Ao analisar o trabalho político dos comunistas brasileiros junto ao campesinato, Medeiros (1995) observou a maneira pela qual o PCB (Partido Comunista Brasileiro) procurou se aproximar dos camponeses nos anos 1950 por meio de uma linguagem que se fizesse compreensível para esse segmento.

Ao analisar o estímulo ao engajamento dos camponeses com base em Gramsci, observa-se uma tentativa de desconstrução da hegemonia da classe dominante. Os militantes seriam, nesse caso, o que o autor chama de intelectuais orgânicos, que teriam o papel de instigar as pessoas à compreensão crítica de si

---

<sup>13</sup> RÉMOND, René. O Retorno do Político. In: CHAUVEAU. A. & TÉTARD. P. (orgs). *Questões para a história do presente*. BAURU: EDUSC, 1992.

mesmas e do mundo. Não se trata dos intelectuais ligados à institucionalização da educação formal, ou do contexto acadêmico, mas daquelas pessoas oriundas das próprias classes subalternas e que percorreram caminhos que os levaram a pensar mais criticamente sobre o seu mundo e, por isso, constituiriam a liderança do processo revolucionário. Para isso, na concepção do autor, teriam que ajudar as pessoas que ainda não adquiriram a visão crítica do mundo, a fazê-lo.

Estabelecendo um diálogo entre essa tese e a teoria de Paulo Freire, tal “ajuda” pode se dar de maneira dialógica ou não, dependendo da postura adotada pelos militantes. Uma perspectiva que considera as classes populares como desprovidas da consciência necessária para a revolução, de modo que precisam ser dirigidas pela vanguarda para que o processo revolucionário pudesse se dar por completo, caminha no sentido de uma ação antidialógica, uma vez que, nesse caso, o projeto revolucionário seria construído pelo partido, sem a participação das classes populares.

Utilizo também a micro-história, conceito desenvolvido na década de 1980, tendo como principal interlocutor o historiador Carlos Ginzburg, para auxiliar na análise da trajetória de Felix Escobar.

Com base no conceito, a trajetória dos indivíduos assume uma maneira de compreender a trama social, bem como diversos aspectos que envolvem a vida do objeto estudado. Através disso, podemos acessar a trama social de maneira a descortinar aspectos mais amplos da sociedade. Como nos afirma Jose D' Assunção Barros (2007), a trajetória dos indivíduos constitui um conjunto de fragmentos que, a micro-história se tornam um meio possível de enxergar a algo da realidade, desde uma fração dos acontecimentos até as questões mais amplas.

Esta é a particularidade da micro-história na análise de trajetórias individuais. Esta linha de pensamento se torna uma alternativa apropriada para o estudo de um indivíduo e as dimensões sócias que o circunscrevem. Intercalando entre micro e macro, de maneira a refletir acerca da trama social e pensar também nas estruturas.

É certo que, muitas vezes, a produção realizada com a perspectiva de “ver a história de baixo” (Thompson) tem servido apenas para se reescrever a História do movimento operário ou de movimentos rotulados grosseiramente como de resistência invertendo-se os sinais, isto é, após a criação dos heróis, os dominados, que dirigem o processo, se tornam derrotados. Não houve, nesses casos, muitas vezes, uma mudança real de supostos e nem na maneira de abordar os recursos e as fontes da

historiografia. Entretanto, os usos e abusos dessa perspectiva servem para avaliarmos os problemas, fazermos as críticas, mantermos o diálogo e continuarmos em uma historiografia que seja capaz de recuperar todos os sujeitos históricos.

Fazer, pois, do compromisso de escrever a “História vista de baixo”, ou seja, a história da luta e da opressão de classes no contemporâneo, mostrando todos os sujeitos, combinando investigação histórica com valores socialistas e humanistas,<sup>14</sup> sem perder a dimensão da “lógica histórica”, é o desafio que Thompson legou aos historiadores que nele se inspiraram, se inspiram. Tudo isso está dentro do que ele chamaria de “tradição marxista”, isto é, examinando as fronteiras do desconhecido interrogando os silêncios, sem querer apenas coser novos conceitos em pano velho, mas reordenando as categorias.

Utilizo também Hobsbawm, principalmente na sua obra “Sobre História”. Hobsbawm tornou-se então um expoente daquilo que seu colega Thompson chamaria de “História vista de baixo”. O conceito envolve, uma História centrada nas visões de mundo e nas ações das “pessoas comuns” (como Escobar) que trabalhavam no cotidiano longe dos centros de poder político e econômico das mais diversas sociedades.

Em um dos primeiros trabalhos sobre a esquerda armada no Brasil dos anos 1960-1970, Jacob Gorender em sua obra apresenta um histórico de cada organização, desde o PCB e suas dissidências, passando pela eliminação de cada uma pelas Forças Armadas, até o que ele chama de “os embriões da autocrítica”. Para ele, o PC do B (Partido Comunista do Brasil) foi a única organização que definiu como estratégia central a guerrilha rural, enquanto as demais, embora a tivessem como horizonte de luta, priorizavam em um primeiro momento a guerrilha urbana.

Considerada a primeira análise estritamente sociológica sobre a luta armada no período 1968-1974, a tese de Marcelo Ridenti defendida em 1989 (RIDENTI) focou nas implicações das origens sociais dos militantes das organizações armadas para sua atuação política e destacou a predominância de oriundos da classe média, sobretudo de estudantes. No capítulo em que analisa a inserção das esquerdas armadas nas bases da sociedade, o autor baseia-se nos processos judiciais sistematizados pelo “Projeto Brasil: Nunca Mais” para observar a quantidade de

---

<sup>14</sup> THOMPSON, E. P. Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização. In: *Exterminismo e Guerra Fria*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 20-21.

“subversivos” denunciados nas diversas categorias sociais: operários, mulheres, ex-militares e camponeses.

O historiador Jean Rodrigues Sales (2005), em “O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)”, analisou a forte influência da revolução cubana (processo político em que a guerrilha rural foi central) no debate ideológico e nas formulações políticas das organizações comunistas no Brasil dos anos 1960 e 1970. As organizações apontadas pelo autor como as que mais se inspiraram no modelo cubano foram a ANL (Ação de Libertação Nacional), o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), o MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), a Ala Vermelha do PC do B e o Colina (Comando de Libertação Nacional).

Sales aponta que até mesmo o PC do B, um dos principais representantes do maoísmo<sup>15</sup> no Brasil, apresentou diversas semelhanças com o modelo cubano<sup>16</sup> em sua experiência com os camponeses na região do Araguaia, que faz parte da região amazônica brasileira e tem como um dos seus principais rios: o Rio Araguaia. Nos anos 1960 essa região foi ocupada por brasileiros vindos principalmente do Nordeste do país, em busca de melhores condições de vida. Esse território virou domínio dos grileiros de terras, sendo o PCdoB um lugar ideal para uma revolta popular.

O debate sobre a relação entre campesinato e revolução tornou-se objeto de discussão acadêmica a partir dos anos 1960 com as contribuições de Hanza Alavi (1965), Theodor Shanin (1979), Barrington Moore Jr. (1983), Eric Wolf (1984) e Eric Hobsbawm (1978). Nas décadas seguintes, deram continuidade às reflexões Joel Migdal (1974), Jeffrey Paige (1975), James Scott (1977) e Theda Skocpol (1979). Esta última explica por que o tema ganhou importância nesse momento histórico e como foi o impacto da guerra do Vietnã entre os intelectuais, sobretudo para os

---

<sup>15</sup> O maoísmo está relacionado às ideias e práticas do líder revolucionário Mao-Tse-Tung. A partir dessa teoria, muitos grupos passaram a defender que a guerrilha rural deveria ser a tática preferencial aplicada nos processos revolucionários ocorridos em países do Terceiro Mundo, sob a forma de “uma guerra popular prolongada”, liderada por um partido comunista. Sobre a influência desse ideário na esquerda brasileira, ver Daniel Aarão Reis Filho (1991).

<sup>16</sup> A Revolução Cubana não foi liderada por revolucionários alinhados ao modelo soviético stalinista. Ao contrário, a experiência cubana, como demonstrou Michael Lowy, “subverteu claramente a problemática tradicional da corrente marxista até então hegemônica na América Latina. (...) e demonstrou a possibilidade objetiva de uma revolução combinando tarefas democráticas e socialistas em um processo revolucionário ininterrupto” (LOWY, 2006, p.45). Na óptica dos revolucionários que lideravam a Revolução Cubana, o caráter da revolução na América Latina deveria ser anti-imperialista e socialista simultaneamente.

estadunidenses<sup>17</sup> “fascinados com o potencial revolucionário do campesinato – especialmente do Terceiro Mundo” (Skocpol, 1982, p. 352).

Uma ideia comum à boa parte dos autores que trabalham com essa temática foi a necessidade de uma organização externa para liderar os camponeses no sentido de caminharem coletivamente em uma esfera mais ampla que a local, para uma direção específica. Tal constatação pode ser um indício de que o leninismo não só influenciou atores políticos ao redor do mundo, mas também acadêmicos que se propuseram a analisar o tema, com exceção de Scott, cuja proposta é crítica a essa perspectiva.

Dialogar com a historiografia sobre a ditadura brasileira trabalhando com um dos eixos a partir da memória é um grande desafio, pois a historiografia é diversa, apresentando assim diferentes memórias do regime. Para se estudar esse período, deve-se analisar a ambivalência dos pensamentos e sentimentos das pessoas envolvidas nesse contexto. Desta forma, pretendo encontrar discursos que colocam os militantes que fizeram a opção pela luta armada como bandidos, terroristas e subversivos, já outros que colocam os militares como covardes, cruéis e assassinos. Além disso, ainda há a expectativa daqueles que enxergam os militares como heróis nacionais. Para abarcar esse período, deverei analisar as escolhas ou não escolhas feitas, para tentar compreender o comportamento dos brasileiros diante da ditadura.

O tratamento dos arquivos exige uma abordagem não ingênua. Como aponta Ricoeur (2007), eles são, além de lugares físicos e espaciais, lugares sociais. Os arquivos, portanto, devem ser tomados como produtos de relações de poder. As informações neles registradas passaram por escolhas de determinadas pessoas, que carregavam consigo uma trajetória, tinham uma determinada compreensão de mundo e ocupavam uma posição específica de poder. Os diferentes tipos de arquivo reproduzem distintas perspectivas sobre os fatos e o pesquisador deve tomá-los como tal (Catella, 2011).

Os arquivos utilizados nesta tese inserem-se no conceito de “documentos sensíveis”, definidos por Thiesen (2014) como aqueles produzidos em regimes de exceção contendo segredos de Estado e/ou que expressam polêmicas e contradições

---

<sup>17</sup> A Guerra do Vietnã ocupou papel central na arena pública dos Estados Unidos nos anos 1960 e 1970 em função do papel assumido pelo país na luta contra os revolucionários vietnamitas. Intensas campanhas contra a participação americana naquele conflito ocorreram com a liderança de diversos intelectuais.

envolvendo personagens da vida privada ou pública e de seus descendentes. São também chamados de “arquivos da repressão”, caracterizados por Cartela (2002) como aqueles que afetam agentes do Estado, as vítimas, e seus familiares, organizações de direitos humanos e a comunidade como um todo.

Rodrigues (2014) se refere aos documentos oficiais destacando que, embora tenham autoridade (devido ao fato de serem produzidos por agentes estatais e ao local onde se encontram arquivados), eles não são necessariamente portadores de “fatos verdadeiros”. Sua veracidade, segundo a autora, depende das circunstâncias de sua criação e preservação. Frehse (2005) e Costa (2010), propõem uma “etnografia dos arquivos”, em que o “campo” da pesquisa são os próprios documentos. Embora o pesquisador não possa interagir diretamente com os interlocutores, ele pode observar e ficar atento a todas as informações que os registros gráficos, visuais e orais podem fornecer.

O ponto inicial de partida para desenvolver a pesquisa para a tese foram os arquivos dos processos penais disponibilizados pelo Projeto Brasil Nunca Mais e os documentos do extinto SISNI<sup>18</sup> disponíveis no Arquivo Nacional por meio do Projeto Memórias Reveladas<sup>19</sup>, que me deram acesso à versão dos militares sobre alguns dos fatos que me propus pesquisar, além de entrevistas realizadas com os familiares de Escobar, como sua esposa e seu filho. Irei complementar a análise com fontes bibliográficas, documentos das próprias organizações e entrevistas realizadas por outros pesquisadores disponíveis em arquivos públicos. O percurso metodológico da pesquisa poderia ser sintetizado, portanto, em dois pontos: (análise documental e História Oral).

---

<sup>18</sup> O Sistema Nacional de Informações e Contrainformações era composto, durante o período autoritário, por 16 (dezesesseis) órgãos especializados, estruturados em forma de malha que ia da centralização em nível federal até as atividades de coleta e busca nos setores mais específicos em nível local, espalhados pelo país.

<sup>19</sup> Formalmente criado em 2009 pela então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas”, sediado no Arquivo Nacional reúne os documentos que, até 2005, estavam sob guarda na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), indisponíveis ao público. A publicização desses arquivos foi possível após intensa mobilização das organizações de familiares de vítimas, ex-presos políticos e militantes dos direitos humanos, que levou o Presidente Luis Inácio Lula da Silva a assinar o decreto 5.584/2005, determinando a abertura dos arquivos do Conselho de Segurança Nacional (CSN), da Comissão Geral de Investigações (CGI) e do Serviço Nacional de Informações (SNI). O projeto também reúne a documentação de órgãos de repressão estaduais. Ver mais em Silva (2014). O portal está disponível em <http://www.memoriasreveladas.gov.br>.

Para a realização de uma pesquisa historiográfica é imprescindível a definição de seu arcabouço teórico, através da exposição dos principais conceitos utilizados. Dessa forma, os conceitos que fundamentam meu trabalho são: “Memória”; “Amnésia Social”; “Lugares de Memória”; “Memórias Subterrâneas” e “Memória Dividida”.

A constituição da memória é importante porque está atrelada à construção da identidade. Como assinala Michael Pollak, a memória resiste à alteridade e à mudança e é essencial na percepção de si e dos outros. Ela é resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade.<sup>20</sup>

Cumprе salientar que, assim como a História, a memória é lugar e objeto de estudo nas relações de poder.

Nesta tese utilizarei a definição de *política*, entendida a partir da concepção de René Rémond, na qual é considerada como “uma atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder”<sup>21</sup>, sendo somente política “a relação com o poder na sociedade global”<sup>22</sup>. Esta concepção, aliada ao conceito de poder, entendido em sua definição clássica, enquanto um tipo de relação social na qual um grupo ou um indivíduo que o exerce, induz um outro grupo ou indivíduo a comportar-se tal como ele deseja<sup>23</sup>, nos permitirá entender como é vista a relação entre a direita e a esquerda no período da ditadura militar.

O conceito de *Memórias Subterrâneas e a noção de Amnésia social* é aqui utilizado de acordo com as definições de Peter Burke e Michael Pollak. Para Burke, elas surgem e se mantêm paralelamente nos espaços deixados entre o esquecimento e a memória social”.<sup>24</sup> Estas memórias marginalizadas abriram novas possibilidades no terreno fértil da História Oral. Não se trata de historicizar memórias que já deixaram de existir e sim, trazer à superfície memórias “que prosseguem seu trabalho de

---

<sup>20</sup> Ver Pollak, 1989 e 1992.

<sup>21</sup> René Remond. “*Por uma história política*”. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.444.

<sup>22</sup> Idem ao 9.

<sup>23</sup> Mario Stoppino. “Poder”. In: Bobbio, Noberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1995. pp.933-942.

<sup>24</sup> Idem ao 7.

subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível” e que “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”.<sup>25</sup>

O conceito de *Amnésia Social*, segundo Peter Burke, consiste “no apagamento oficial do conflito no interesse da coesão social”. Como uma obliteração de memórias em conflito.<sup>26</sup>

Serão utilizados conjuntamente: a perspectiva de *lugares de Memória*, de Pierre Nora e *memória dividida* de Alessandra Portelli.

O conceito *Lugares de Memória*, segundo Pierre Nora, “expressa o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto reconhece e se auto diferencia. É a história que ainda possui restos de memória”.<sup>27</sup>

O conceito de “memória dividida” (para explicar a possibilidade da existência de múltiplas e fragmentadas memórias acerca de um acontecimento), em Alessandro Portelli, pode ser utilizado para análise das narrativas dos Ministérios da Marinha e do Exército e da Anistia Internacional (quando se refere ao assassinato de Escobar), do Estado e da Mídia da época e dos Grupos de Esquerda (como eram vistos esses militantes que fizeram a opção pela luta armada).

Através da leitura qualitativa das fontes (destacando a importância da História Oral para essa tese) e da análise crítica dos textos, examinei como a omissão do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva foi fundamental para desresponsabilizar os culpados e impor a amnésia do silêncio final.

Realizei análises dos discursos, oficial (dos aparelhos de imprensa, ministérios da Marinha e Exército) e silenciado (parentes de militantes, relatórios da Anistia Internacional, Comissão Nacional da Verdade): meio pelo qual se relaciona o texto ao contexto em que ele foi produzido. Isso porque, em pesquisa histórica, o documento é sempre portador de um discurso, que não pode ser considerado pelo historiador como algo transparente e que, desse modo, deve ser sempre relacionado ao social.

Busquei esclarecer, através de análise dos discursos, os pontos de concordância e divergência entre as fontes selecionadas, acerca da imagem de Félix

---

<sup>25</sup> POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v.2, n.3, 1989.p.3-15.

<sup>26</sup> BURKE, Peter. *O Mundo como Teatro, estudos de antropologia histórica*. Lisboa, Difel, 1993. p. 248.

<sup>27</sup> NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo, nº 10. Dezembro de 1993.

Escobar. O ato de comparar as fontes nos permite verificar imprecisões ou “esquecimentos” propositais, que variam de acordo com o ponto de vista que se pretende defender. A análise de discurso contribuiu para o enriquecimento da tese, pois tive contato com visões antagônicas e pude assim contrapô-las e confrontá-las para saber até que ponto são verdadeiras.

A metodologia da História Oral, por meio de entrevistas e de conversas informais, é central para acessar a memória dos sobreviventes, familiares, vizinhos e/ou quaisquer outras pessoas envolvidas nos processos relacionados ao tema da pesquisa. Tal como destaca Novaes (2001), é preciso atentar para as dificuldades em lidar com esse tipo de memória, em função dos traumas vividos por essas pessoas, dadas as violências sofridas pela repressão da ditadura.

Por muito tempo se impôs um silêncio sustentado em uma visão negativa dos que se envolveram, ainda que apenas indiretamente, com a luta armada. A autora destaca ainda que o objetivo a ser alcançado pela pesquisa não deve ser “a verdade”, mas “as verdades” das narrativas socialmente construídas, tendo em vista a identificação de pontos em comum entre as diferentes reconstruções da memória.

No capítulo a seguir veremos o uso do conceito de Memórias, através de alguns autores como Pollak e o início da trajetória de Félix Escobar.

## 1 FÉLIX ESCOBAR E AS VERTENTES DA MEMÓRIA

### Amanhã ou Depois

Meu irmão amanhã ou depois  
 A gente se encontra no velho lugar  
 Se abraça e fala da vida que foi por aí  
 E conta as estrelas na ponta dos dedos  
 Pra ver quantas brilham

E qual se apagou  
 Amanhã ou depois meu irmão  
 A gente retorna a beira do cais  
 E conta os amigos  
 Pra ver qual que brilha  
 E qual se apagou  
 Amanhã ou depois  
 Na crença de sempre  
 No mesmo saveiro  
 De novo a esse mar  
 Sem ver tempestades ciclones  
 Amanhã ou depois  
 Meu irmão  
 Meu irmão  
 Amanhã ou depois  
 Amanhã ou depois

*Gonzaguinha*

Esse capítulo está centrado nos conceitos de memória e nos aspectos biográficos de Felix Escobar, desde o seu nascimento até a sua morte acontecida no ano de 1971.

### 1.1 O uso das Memórias

Um dos pontos centrais dessa pesquisa é a possibilidade de pensar, debater e refletir sobre o comportamento dos diferentes grupos inseridos nesse processo (aparelhos de imprensa, Forças Armadas, familiares do Escobar, Anistia Internacional, e outros). Assim problematizamos as memórias de cada um deles, analisando as suas semelhanças e diferenças, bem como, contribuir para o aprofundamento do conhecimento acerca da organização da ditadura militar no Brasil.

Utilizaremos de diversas fontes tais como: (orais, escritas, documentais, digitais, entre outras) para confrontar as diferentes interpretações feitas sobre a morte do militante Felix Escobar. Como diz Alessandro Portelli, “representação e fatos não existem em esferas isoladas”. Corroborando com esta afirmação, Le Goff afirma que:

Não existe memória pura. Toda memória, em qualquer época e lugar, tem a sua formação mediada pela cultura política e social onde os indivíduos estão inseridos, bem como pela própria memória coletiva. O tempo histórico interage com a memória, num processo de reelaboração contínua; o que torna a lembrança e, também o esquecimento um processo dinâmico já que ela é “particularmente instável e maleável”<sup>28</sup>

Esta instabilidade nos oferece várias contribuições que confrontadas e analisadas podem esclarecer ou problematizar o comportamento dos diversos grupos e atores sociais envolvidos no período da ditadura militar brasileira, e qual memória pretende cada grupo afirmar ou reafirmar particularmente entre os anos de 1964 e 1971.

O trabalho investigativo será norteado por algumas contribuições e conceitos, entre eles: o de “Memória” trabalhado por Michael Pollak, Jacques Le Goff e Paul Ricoeur.

Para Pollak, memória é uma operação coletiva dos fatos do passado que se quer salvaguardar. Ela tem como funções essenciais: manter a coesão interna e defender os pontos que um grupo tem em comum. Dessa forma, a referência ao passado “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.<sup>29</sup>

Observamos também que essas instituições e grupos se tornam um lugar de memória de lembranças e de esquecimentos, assim como lugares do “não dito” que, por muitas das vezes, dizem mais do que “o dito”.

Jacques Le Goff afirma que:

tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da

---

<sup>29</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas/São Paulo. Editora da Unicamp, 1990.

<sup>30</sup> POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v.2, n.3, 1989.p.9.

história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.<sup>30</sup>

Podemos perceber isso claramente no processo de anistia no Brasil que não só poupou os militares, mas também os recompensou com a liberdade, com o recebimento de altos valores de aposentadorias pagas pelo Estado e com a permanência de alguns no poder, mesmo quando a ditadura se findou no período da redemocratização. A institucionalização do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva foram fundamentais para desresponsabilizar os culpados e impor a amnésia do silêncio final. Além disso, fortaleceu na memória coletiva de alguns grupos e indivíduos a afirmação de que na época da ditadura é que era bom, que havia respeito, que o país progrediu e que ela deveria voltar.

Em sua obra-síntese, "Entre Memória e História" Paul Ricoeur afirma que a memória permanece, em última instância, a única guardiã de algo que "efetivamente ocorreu no tempo". Assegurando a continuidade temporal, a memória, fragmentada e pluralizada, se aproxima da História pela sua "ambição de veracidade".<sup>31</sup>

As memórias são, por natureza, diversas e fragmentadas, pois o entrevistado dificilmente se recorda da história, do fato como um todo e devemos lembrar que não existe somente uma memória "verdadeira", todas são únicas e verídicas. Mesmo que sejam parte de uma memória não deixam de serem memórias.

Para Ricoeur, a memória (individual e coletiva) que é objeto de manipulações frequentes (de ordem política e ideológica) passa assim a integrar o "território do historiador". Inspirando-se em análises psicanalíticas (sobre o "recalque", o "luto") e filosóficas (sobre o tempo, o silêncio etc.). O historiador do presente desempenha, nesse trabalho de pesquisa da memória, uma função de mediador, à imagem de um analista. Procurando adequar os relatos de memórias individuais à veracidade histórica, ele elabora uma reflexão sobre a própria temporalidade. Em outras palavras, cabe-lhe a tarefa da apreensão da relação do presente da memória (de um acontecimento) e do passado histórico (desse acontecimento), em função da concepção de um futuro desse passado.

Paul Ricoeur procura enquadrar conceitualmente as relações problemáticas que entrelaçam a História, a memória e a justiça, através de uma interrogação sobre

---

<sup>31</sup> Ibidem ao 29.

<sup>32</sup> RICOEUR, Paul. "Entre memória e história". In Projeto. Paris: número 248, p.11, 1996.

a memória dos testemunhos (esses sobreviventes da grande catástrofe do século XX), em relação à História dos historiadores. As pretensões destes últimos, muitas vezes, se rivalizam com os interesses dos primeiros, sobretudo quando se trata de condenar os "excessos" da memória. Entre o dever de fidelidade e as exigências da verdade histórica, o autor defende uma política da "justa memória". Isso implica a ideia imperativa de um "dever de memória" e de uma "dívida" em relação às vítimas da História, sem deixar de renegar à história sua autonomia e sua "função corretiva de verdade".<sup>32</sup>

O século XX é o século da memória. As guerras, os regimes totalitários, os genocídios, as ditaduras, os crimes contra a humanidade e os campos de concentração impuseram uma reflexão sobre a importância da memória, o de lembrar para não se repetir jamais.

Depois do fim da Ditadura Militar, mantemos no Brasil um curioso "estado de faz de contas", exemplificado pela anistia geral e irrestrita dada a vencidos e vencedores. Mas havia as memórias. Dessa forma, durante esses últimos anos, o país conviveu com duas histórias: a oficial, e as memórias silenciadas e subterrâneas.

Assim, a memória recente do país se consolidava, ao mesmo tempo em que o país vivia o desafio de construir a democracia. Grande desafio para um país que vivera anos sob um regime de exceção e que o vira acabar por meio de um processo lento, gradual.

Dialogar com a historiografia da ditadura brasileira, trabalhando com um dos eixos a partir da memória, é um grande desafio, pois a historiografia é diversa, apresentando assim diferentes memórias do regime. Para estudarmos esse período, devemos analisar a ambivalência dos pensamentos e sentimentos das pessoas envolvidas nesse contexto. Iremos encontrar três tipos de discursos: a) aqueles que colocam os militantes da luta armada como bandidos, terroristas e subversivos; b) os que colocam os militares como covardes, cruéis e assassinos; e c) aqueles que promovem os militares como heróis nacionais. Para compreender esse período devemos analisar as escolhas ou não escolhas feitas, a fim de que se possa ter uma visão clara do comportamento dos brasileiros diante da ditadura.

No subcapítulo a seguir, trataremos da trajetória de vida de Félix Escobar, objeto central dessa tese.

---

<sup>33</sup> Ibidem ao 32.

## 1.2 Escobar: aspectos biográficos

Félix Escobar nasceu em 23 de março de 1923, em Miracema, no Estado do Rio de Janeiro. Era filho dos imigrantes espanhóis José Mansano Escobar, um pequeno proprietário camponês, e Emília Mansano Escobar. Os seus amigos contam que ele sempre teve uma vida humilde, crescendo em um casebre que tinha péssimas condições.

Mudou-se para o Pilar, um bairro situado no segundo distrito do município de Duque de Caxias<sup>33</sup>, no ano de 1942, pois seus pais haviam recebido um lote de terra no então Núcleo Colonial São Bento<sup>34</sup>, criado pelo governo Vargas em 1932. Casou-se com Raimunda Cardoso Escobar, com quem teve seis filhos, mas ficou viúvo em 1965. Porém casou-se novamente com Irary, com quem teve mais dois filhos. Segundo Antônio (filho mais novo de Escobar com Raimunda) eles plantavam cana, quiabo, aipim e frutas (Escobar, 2019).

Segundo José Ricardo Ramalho, a escolha de Duque de Caxias para a instalação da FNM se deu por vários fatores. O genro de Getúlio Vargas, Amaral Peixoto (1905-1989)<sup>35</sup>, conhecido como “o dono do estado do Rio de Janeiro”, queria

---

<sup>34</sup> Duque de Caxias é um município brasileiro do Estado do Rio de Janeiro, Região Sudeste do país. Localiza-se na Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tornou-se município no ano de 1943. O nome homenageia o patrono do Exército brasileiro, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, nascido na região em 1803. Duque de Caxias emancipou-se de Nova Iguaçu em 31 de dezembro de 1943, levando consigo os Distritos de Duque de Caxias, Meriti (hoje o município de São João de Meriti), Pilar, Bonfim e Imbariê (ex-distrito de Vila da Estrela), Taquara (onde nasceu Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias) e parte de Belford Roxo. Já desligada de Nova Iguaçu em 1943, os distritos de Caxias, Meriti, Xerém e Estrela se emanciparam compondo o Município de Duque de Caxias. O novo município passou a ser composto por três Distritos: Duque de Caxias, São João de Meriti e Imbariê. Em 1947, São João de Meriti se emancipou de Duque de Caxias e em 1954, o Distrito de Imbariê deu origem a outros dois distritos, o de Xerém e o de Campos Elíseos. Atualmente, Duque de Caxias conta com quatro distritos. 1º Distrito (Duque de Caxias); 2º Distrito (Campos Elíseos); 3º Distrito (Imbariê); 4º Distrito (Xerém).

<sup>34</sup> No século XX a empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense desapropriou a fazenda São Bento dos beneditinos para fins de saneamento e investimentos na produção agrícola para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Em 1931, o governo federal transforma a área em terras da União. Em 1932, seria instituída a fazenda São Bento e o Núcleo Colonial São Bento. Ver mais informações em: SOUZA (2014).

<sup>35</sup> Ernâni de Amaral Peixoto ou Amaral Peixoto, nasceu em 14 de julho de 1905, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Em 1923, entrou na Escola Naval do Estado. Tornou-se participante do movimento tenentista, por influência do irmão, Augusto Amaral Peixoto. Em 1930, colaborou com o movimento que levou Getúlio Vargas ao poder e, dois anos depois, iniciou-se o Movimento Constitucionalista e Amaral Peixoto, que se encontrava na Europa, retorna imediatamente ao país para lutar ao lado dos legalistas. Após a renúncia de Jânio Quadros, empenhou-se na luta pela solução parlamentarista no país, e, em 1963, exerceu o cargo de ministro extraordinário para assuntos da reforma administrativa. Manteve boa relação com a ditadura militar até 1965, quando foram cassados os direitos políticos de Juscelino. Nesse mesmo ano, com a extinção do PSD, filiou-se ao MDB. Pelo MDB foi novamente

dar à região um *status* industrial. Xerém era uma área estratégica, em razão da existência da Estrada de Ferro Rio D'Ouro<sup>36</sup> e da Estrada Rio-Petrópolis<sup>37</sup>, favorecendo, assim, a comunicação e a chegada dos equipamentos necessários à instalação da fábrica, bem como as suas condições físicas. O terreno situado no nível do mar diminuiria os custos. A existência de água em abundância, de áreas planas para o campo de pouso e de uma extensa área de terras vazias coberta por vegetação facilitava sua transformação em terras da União. Some-se a isso o fato de a área escolhida ser protegida por serras e possuir apenas duas possibilidades de acesso, o que a tornava ideal, pela possibilidade de defesa de uma fábrica militar. Ao mesmo tempo, a proximidade de Duque de Caxias com a capital da República facilitava o acesso de técnicos e o escoamento da produção.<sup>38</sup>

A implantação do projeto da “Cidade do Motor” em Xerém mobilizou um significativo número de trabalhadores (mais de seis mil), sem mencionar seus familiares, envolvidos na produção industrial, na produção de alimentos, na construção da cidade e nos serviços. Atraiu camponeses do interior do Estado do Rio de Janeiro e de diferentes regiões brasileiras, como a de Minas Gerais e a do Espírito Santo, que viram no local a possibilidade de acesso a um pedaço de terra e de venda da produção agrícola para a fábrica, o que gerava condições favoráveis de permanência inicial.

Uma outra marca desse projeto em Caxias refere-se à ampliação de áreas no município pertencente à União e da intervenção estatal no cotidiano da cidade. Além de São Bento, Cidade dos Meninos, as terras de Xerém foram incorporadas à fábrica estatal. Conseqüentemente, as lutas estabelecidas no interior da fábrica, as realizadas no bairro (visando garantir a permanência dos trabalhadores nas vilas operárias) e as travadas no local pelo movimento camponês nas décadas de 1950 e 1960, levaram

---

eleito deputado federal, em 1966; eleito senador, em 1970; e reeleito indiretamente, em 1978; além de presidir a bancada do partido na casa em 1974. Morreu em 1989, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>37</sup> A Estrada de Ferro Rio D'Ouro foi construída na segunda metade do século XIX, com o objetivo de garantir o transporte de água das reservas da Serra do Tinguá para a cidade do Rio de Janeiro.

<sup>38</sup> Com oito metros de largura de plataforma, a Rio-Petrópolis era inaugurada pelo presidente Washington Luís, em vinte e cinco de agosto de 1928, ao lado de seis ministros e de autoridades regionais.

<sup>39</sup> RAMALHO, J. Ricardo. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

seus militantes a uma longa experiência de negociação e conflito com o poder público federal.

Os projetos instalados pelo poder central em Caxias, nos anos 1930 e 1940, promoveram a ocupação urbana, a sobrevivência de um campesinato nas áreas periféricas do terceiro e quarto distrito e a incorporação da cidade ao projeto de desenvolvimento industrial. A cidade passou a ser conhecida como a cidade do Motor, do trabalho, do trabalhador.

A militância comunista se caracterizava, sobretudo, pela capacidade de mobilização, de defesa dos interesses de classe ou das lutas específicas e pela produção de um sindicalismo chamado por muitos de “político”. Os comunistas em Duque de Caxias haviam adquirido certa visibilidade. Além do trabalhismo e do clientelismo, o discurso comunista e as experiências de luta dos trabalhadores na região constituíam outra perspectiva de relação política com base na mobilização e nas reivindicações coletivas. Ícone da História da Baixada Fluminense, o advogado Tenório Cavalcanti<sup>39</sup>, já dizia que “Caxias era um foco de comunistas”, nos anos 1950.

Santos Lemos dizia que todos na cidade giravam como “satélites” em torno de Tenório. Até o “rei dos bicheiros”, que controlava a contravenção, lutando contra seus concorrentes com talão de cheque ou com armas, era protegido por Tenório. O “dono da cidade”, também de arma na mão, dizia que um bicheiro bastava em Caxias. Contudo, o controle da cidade não era exercido apenas pelo tenorismo<sup>40</sup>, visto que a Delegacia 311<sup>41</sup>, também de armas nas mãos, impunha o domínio sobre a população empobrecida e assegurava a presença amaralista<sup>42</sup> e getulista.

O que temos em Caxias é o retrato da política construída em uma periferia onde as disputas entre várias frações da classe dominante utilizam-se das armas para solucionar os conflitos, isto é, recorrem à coerção. Evidentemente, os amaralistas e

---

<sup>39</sup> Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Alagoas, em 1906, tendo sido eleito vereador por NI, em 1936, e deputado federal, em 1954. Foi proprietário do jornal *Luta Democrática* e acumulou diversos crimes ao longo de sua vida, o que o levou à alcunha de ‘o homem da capa preta’.

<sup>40</sup> Foi um termo criado para designar as políticas implementadas por Tenório Cavalcanti, algo parecido com as políticas criadas no período da República Velha: como o Coronelismo.

<sup>41</sup> A delegacia 311 ficava localizada na Avenida Plínio Casado no número 311, perto da Fortaleza de Tenório Cavalcanti, em frente à Estação Ferroviária. A delegacia era abastecida com água de um poço que o ex-repórter da Polícia e colunista social e delegado Silbert dos Santos Lemos, já falecido, no Livro *“Sangue no 311”* denunciava que ali era um “*sumidouro*” onde eram jogados os presos com diversas passagens.

<sup>42</sup> Foi um termo criado para designar as políticas implantadas no Governo de Amaral Peixoto.

getulistas contavam também com a rádio, com o DIP, com as Leis Trabalhistas e com o aparato burocrático estadual e federal para obter o consentimento. O mesmo ocorria com o tenorismo, que se utilizava do clientelismo em meio à imensa população pobre, desprovida de tudo.

Tenório apresentou muitas mudanças de perfil político. Ele transitou entre um perfil liberal conservador e um discurso populista e trabalhista, sendo inclusive, representante das esquerdas nas eleições ao governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1962. Essa trajetória de Tenório é revelada através das formas como o domínio político na região se estabeleceu e como as relações com os trabalhadores na região de Duque de Caxias foram marcadas pelo uso da violência declarada ou mascarada.

Para Lemos (1980)<sup>43</sup>, a cidade era constituída de humildes lavradores, criadores, operários e assassinos, em sua grande maioria nordestinos e negros. A cidade crescia graças à iniciativa particular, à falta de fiscalização, à contravenção, à total liberdade do comércio em estabelecer os preços, à sonegação de impostos e, ao descumprimento das leis trabalhistas. Era uma cidade que ele chamava de “cidade aberta”, onde imperava a corrupção, a prostituição, a maconha, o jogo do bicho, a discriminação racial e a violência policial, as duas últimas expressas nas torturas de presos, na arbitrariedade e no extermínio, principalmente de negros.

Santos Lemos afirmava que Duque de Caxias era conhecida desde os anos 1940 como um subúrbio dormitório. A acelerada expansão demográfica decorria do movimento migratório das áreas rurais periféricas. Vários migrantes atraídos pela metrópole carioca, principalmente do Nordeste do Brasil e do interior fluminense, capixaba e mineiro, deixavam seus povoados em direção à cidade em expansão<sup>44</sup>. Segundo Stélio Lacerda, o fluxo populacional fluminense chegava aos 123 mil habitantes em 1950.

Buscando oportunidade de trabalho e melhoria de vida, uma grande parte dos recém-chegados instalava-se na periferia do Rio de Janeiro, uma grande parcela em Duque de Caxias. Os serviços públicos, contudo, não acompanhavam a expansão

---

<sup>44</sup> Era jornalista, depois atuou como escrivão de polícia, advogado e, em fins da década de sessenta, delegado de uma cidade interiorana do estado. Ele publicou três obras narrativas de memórias da cidade de Duque de Caxias nos anos cinquenta e sessenta: Sangue no 311 (1967), O negro Sabará (1977) e Os donos da cidade (1980). O conjunto de suas obras faz parte de uma série nomeada: “Crimes que Abalaram Caxias”.

<sup>45</sup> O caso específico da família de Felix Escobar.

urbana e demográfica. A maioria da população não dispunha de escolas, hospitais, saneamento, segurança e demais suportes essenciais à qualidade de vida urbana.

Na segunda metade da década de 1950, o comércio de Duque de Caxias estava em expansão; havia no município 206 indústrias que empregavam 3,18% de sua população, bem como nove agências bancárias e uma produção agrícola de CR\$ 17.000.000,00.<sup>45</sup> Era o município que possuía a maior arrecadação e a maior taxa de crescimento populacional da Baixada Fluminense. Possuía 61.210 eleitores, sendo o terceiro maior colégio eleitoral do Estado.<sup>46</sup>

O crescimento populacional da cidade foi maior na década de 1960, atingindo aproximadamente 161%. Isso se explica por vários fatores, tais como: incorporação ao aglomerado urbano carioca; abertura da Avenida Brasil, da Rodovia Presidente Dutra e da Washington Luís nos anos 1950, facilitando o acesso ao Rio de Janeiro e a atração de novos investimentos nas margens das rodovias; organização do campesinato fluminense, que, pela mobilização, garantiu a permanência na terra e a atração de outros lavradores para a região; e a atração de trabalhadores para dar conta da construção e do funcionamento de mais duas estatais: a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), iniciada em 1957 e concluída em 1961, e a primeira empresa petroquímica brasileira sob a denominação de FABOR (Fábrica de Borracha), em 1962.<sup>47</sup>

A maioria das escolas públicas foi instalada em residências ou prédios alugados, as chamadas escolas isoladas, sem a menor infraestrutura. Não havia carteiras suficientes e, em algumas, o matagal atraía a presença de cabras, cavalos e vacas. Os professores eram todos indicados pelos governos municipal e estadual, alargando, assim, a política do clientelismo. A grande maioria do corpo docente possuía apenas o primário ou o ginásial. Somente em 1956, a primeira turma de normalistas da Escola Santo Antônio colou grau. O Jornal *Tópico* afirmava que as

---

<sup>46</sup> Censo de 1950, IBGE. Esse valor em reais seria 19.750.969,75.

<sup>47</sup> Segundo o censo do IBGE, de 1950, havia em Duque de Caxias trinta metalúrgicas, sete fábricas de cimento armado, vinte de artefato de madeira, sete de bebidas, dezoito de cerâmicas, quatorze de produtos químicos, sete de torrefação de café, quinze têxteis.

<sup>48</sup> O projeto inicial era implantar o Conjunto Petroquímico Presidente Vargas. Entretanto, só foi possível implantar a fábrica de borracha como unidade da REDUC. Atualmente a antiga FABOR é conhecida como Petroflex.

professoras com qualificação preferiam lecionar no Distrito Federal, já que lá as condições de trabalho e de salário eram melhores.<sup>48</sup>

Na saúde, a situação era ainda pior. Havia apenas o Posto Médico do Sandu e os consultórios médicos particulares. A única alternativa era o Distrito Federal. A água continuava a ser um grande problema. Havia apenas bicas e carros-pipa.

Lemos afirmava que a Delegacia 311 havia instalado em Caxias o pau-de-arara e fabricou a “cisterna da morte”. A cisterna ficava nos fundos da delegacia e servia de depósito para os corpos dos presos que morriam durante as torturas. Durante a ditadura varguista, o “pau corria solto”. Para ele, “se o lema de nossa bandeira era ordem e progresso, o de Caxias era desordem e progresso”.<sup>49</sup>

Nas décadas de 1940 e 1950, a presença de lavradores em Xerém tornou-se mais significativa, principalmente nas terras da FNM, Penha Caixão, Piranema, São Lourenço e Mato Grosso. Além dos desbravadores, isto é, dos que viviam na região há décadas, uma nova leva de camponeses foi-se alojando no local e em seu entorno, como Capivari e Fazenda Barro Branco.

A possibilidade de acesso a trabalho e terra atraiu também camponeses sem-terra do interior do Estado do Rio e até do espaço urbano carioca, como foi o caso de José Pureza. Ele era um trabalhador urbano desempregado, comunista e residente na Favela do Grotão, na Penha. A partir das orientações do PCB, decidiu alojar-se em Xerém e tornar-se um camponês. O próprio José Pureza dizia que nada sabia de plantio, tendo de aprender a ser um camponês. Deixou a mulher e os filhos na Favela do Grotão e passou a viver nas matas de Xerém, roubando aipim para matar a fome. A convivência com outros camponeses lhe garantiu uma rede de proteção que lhe deu acesso a uma pequena extensão de terras. Na propriedade ocupada, ele construiu sua cabana, aprendeu a plantar e a caçar. Logo, pôde trazer a família para Xerém.<sup>50</sup>

Em fins dos anos 1940, os camponeses de Xerém criaram a primeira organização camponesa fluminense. A presença de lideranças comunistas e a assessoria jurídica fornecida pelos advogados ligados ao PCB foram decisivas para a organização camponesa e para a composição legal da associação. Pureza participou em 1949 da formação da Comissão de Lavradores, que tinha como objetivos defender

---

<sup>48</sup> Jornal O Grupo, junho de 1957, p. 5; Jornal Tópico, 10 de maio de 1958, p. 3.

<sup>49</sup> LEMOS, 1980, p. 26.

<sup>50</sup> PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, pp. 17-22.

os interesses dos camponeses e protegê-los da ação dos grileiros e das ameaças de despejo. Em 1952, foi criada a Associação dos Lavradores Fluminenses, tornando-se uma instituição legal.

Percebemos a presença de mulheres militantes nos movimentos camponês, educacional e feminino que eram esposas de comunistas: Josefa Paulino, Armanda Álvaro Alberto e Lídia Cunha, respectivamente. A atuação política dessas mulheres nos movimentos sociais do campo, no espaço urbano e na relação de casamento as transformava em comunistas aos olhos de muitos. Aliás, Josefa relatou, em entrevistas realizadas em 1999, que, nos anos 1960, resolveu entrar para o PCB porque ela e seus companheiros já realizavam as tarefas do partido.

O que fica evidenciado no movimento de mulheres do período recorrente é a forte presença do internacionalismo, da vinculação de algumas das bandeiras do PCB às das mulheres, da manutenção das lutas específicas e localizadas. O movimento cambiava entre um discurso politizado e a prática da assistência. A experiência política das mulheres militantes lhes possibilitou ocupar a arena política, superar os limites territoriais, projetar a certeza na igualdade e assumir a perspectiva da transformação social.

A população caxiense nos anos 1950 e 1960 constituía-se de forma significativa pela presença de negros. Segundo o censo de 1955, a população de Caxias era composta por maioria de negros e pardos.

A condição de pobreza do negro na cidade, associada à vinculação de sua imagem à marginalidade, fez com que negros letrados, médicos, advogados, artistas e profissionais liberais apostassem em iniciativas de autoafirmação. Surgia, então, em Caxias um núcleo da União Cultural Brasileira dos Homens de Cor (UCBHC), em 1949. As instituições de assistência e as culturais como os clubes negros e as uniões culturais proliferavam pelo país após o fechamento da Frente Negra Brasileira,<sup>51</sup> em 1937.

A UCBHC de Caxias tinha sua sede no centro da cidade, com biblioteca, assistência médica, dentária e jurídica. Era composta por uma diretoria, duas subdiretorias, uma em Tinguá (bairro de Nova Iguaçu) e outra em Parada Angélica

---

<sup>51</sup> A Frente Negra Brasileira foi criada em 1931 e congregava cerca de duzentos grupos e instituições. Voltada para a luta contra a discriminação racial, articulava variadas ações de protesto à condição do negro. Ver SANTOS, Paulo Roberto dos. *Instituições afro-brasileiras*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1984.

(bairro pertencente ao terceiro distrito de Duque de Caxias). Possuía ainda vários departamentos, como o feminino, o de propaganda, o de cultura e o de assistência. A União organizava festejos, almoços, comemorações nos dias da família negra e datas consideradas importantes, promovia atividades culturais que dessem visibilidade ao artista negro, movia processos em defesa dos associados, realizava concursos de beleza etc.

Santos Lemos chamava os candomblés de “malditos”, dizia que o som dos atabaques fazia parte do cenário da cidade e que o Babalorixá Joãozinho da Goméia era um dos mais importantes donos da cidade. João Alves Torres Filho nasceu em 1914, era baiano, católico até os 16 anos, quando uma doença o levou ao candomblé. Tornou-se filho-de-santo de Jubiabá (nome utilizado por Severiano Manoel de Abreu<sup>52</sup>), permanecendo em sua casa por três anos. Passou a morar e atender na casa de sua madrinha, na Estrada da Liberdade (localizada no bairro de Liberdade, em Salvador). Posteriormente, precisou de um espaço maior, instalando sua casa na Rua da Goméia, no bairro de São Caetano. As festas, os jogos de búzios e os ritos de iniciação tornaram sua casa conhecida, ampliando, assim, o número de seguidores de Joãozinho. Entre os visitantes mais conhecidos, estavam Jorge Amado, Edson Carneiro e Roger Bastide.<sup>53</sup>

Em fins de 1942, Joãozinho veio ao Rio de Janeiro para instalar no Distrito Federal a sua nova casa. Entretanto, as perseguições às religiões de origem africana o fizeram retornar à Bahia. Em 1948, com 34 anos, retornou ao Rio e instalou sua casa em uma periferia do Distrito Federal: Duque de Caxias. Nesse período, a Baixada Fluminense havia se tornado uma alternativa para os terreiros de candomblé, principalmente pós a reforma de Pereira Passos e a intensificação das perseguições aos espaços sagrados afro-americanos. O terreiro da Goméia ganhou popularidade e tornou-se um espaço de culto e de espetáculos, onde as festas atraíam pessoas importantes e trabalhadores pobres da capital e periferias fluminenses.

---

<sup>52</sup> Severiano Manoel de Abreu ou Jubiabá (20 de abril de 1886 - 28 de outubro de 1937) foi um babalorixá do Candomblé iniciado pelo babá Nibi do axé Castelo da mina capitão do Exército de Salvador, Bahia. Recebia o caboclo 'Jubiabá', que foi o caboclo mais famoso da Bahia, a ponto de chamarem o pai de santo pelo nome do caboclo. Foi pai de santo do não menos famoso babalorixá Joãozinho da Goméia que recebia o caboclo Pedra Preta.

<sup>53</sup> VARGAS, Francisco. “Joãozinho da Goméia: Candomblé Perde o Rei”, O Cruzeiro, 31 de março de 1971, pp. 28-32.

Entre os políticos importantes que mantinham contato com Joãozinho, podemos destacar: Ademar de Barros (1901)<sup>54</sup>, Getúlio Vargas (1982-1954), Juscelino Kubitschek (1902-1976), embaixadores e ministros do governo brasileiro etc.<sup>55</sup>

A partir de 1952, ele manteve uma escola primária gratuita para trinta crianças, alargando ainda mais seu prestígio. Associou-se à Sociedade Pró-Melhoramentos da Vila Leopoldina, contribuindo financeiramente para os investimentos de melhoria no bairro. Produzia e apresentava cantos religiosos nas rádios, tornando-se um dos mais expressivos babalorixás da Região Fluminense, eleito pela imprensa como “Rei do Candomblé”.

Diferentes caminhos de superação da condição vivida pelo negro na cidade foram construídos, quer seja pelo caminho da assistência, da religião ou das mudanças estruturais. Solano Trindade foi a melhor expressão desse último caso. Ele nasceu em 1908, no Recife, e foi diácono da Igreja Presbiteriana. Em fins dos anos 20, deu início à sua produção de poesia negra e à sua militância política no movimento negro e de cultura popular. Participou, em 1934, do I Congresso Afro-Brasileiro, no Recife, e do II, em Salvador. Em 1936, participou da fundação do “Mulato”, a Frente Negra Pernambucana, e do Centro de Cultura Afro-Brasileira. Publicou sua primeira obra “Poemas Negros” e, em 1940, ajudou a fundar em Pelotas um grupo de arte popular. Chegou ao Rio de Janeiro e, em 1943, atuou na criação do Teatro Folclórico Brasileiro e, em 1949, do Teatro Popular Brasileiro.<sup>56</sup>

Em 1943, Solano Trindade já residia em Caxias. Newton Menezes nos relatou em entrevista que ele e Maurício Azedo atuavam na juventude comunista e ajudavam Solano no Teatro Popular Brasileiro. Em Caxias, Solano e Newton se articularam com Barbosa Leite, Plínio Batista, Guilherme Peres, Rogério Torres e outros para promover a cultura caxiense.

---

<sup>54</sup> Adhemar Pereira de Barros (Piracicaba, 22 de abril de 1901 — Paris, 12 de março de 1969) foi um aviador, médico, empresário e influente político brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960. Pertencente a uma família de tradicionais cafeicultores de São Manuel, no interior do estado de São Paulo, foi prefeito da cidade de São Paulo (1957–1961), interventor federal (1938–1941) e duas vezes governador de São Paulo (1947–1951 e 1963–1966). Seus seguidores, até hoje existentes, são chamados de “ademaristas”. Concorreu à presidência da república do Brasil em 1955 e em 1960, conquistando, nas duas eleições, o terceiro lugar.

<sup>55</sup> O Cruzeiro, 31/03/1971.

<sup>56</sup> Ver TRINDADE, Solano. “*Tem Gente com Fome e Outros Poemas*”. Antologia Poética. Rio de Janeiro: DGIO, 1988, p. 37.

Newton Menezes relatou em entrevistas que, como havia comunistas e liberais no grupo, a unidade se dava a partir do viés cultural. Apesar da unidade, havia diferenças em torno das concepções políticas. Os comunistas, organizados em sua base, atuavam no movimento cultural, em movimentos dos Centros Pró-Melhoramentos de Bairros, nos movimentos operários (metalúrgico, ferroviário, petroleiro, rodoviário, alfaiates etc.), camponeses e femininos. O partido possuía uma sede em Caxias, onde eram realizados encontros, seminários e debates com alguns nomes do partido e de intelectuais da esquerda.

Segue abaixo dois poemas muito famosos de Solano Trindade.

### **Orgulho Negro**

Negros que escravizam  
 E vendem negros na África  
 Não são meus irmãos  
 Negros senhores na América  
 A serviço do capital  
 Não são meus irmãos  
 Negros opressores  
 Em qualquer parte do mundo  
 Não são meus irmãos  
 Só os negros oprimidos  
 Escravizados  
 Em luta por liberdade  
 São meus irmãos  
 Para estes um poema  
 Grande como o Nilo.

***Solano Trindade***

### **Epigramas Caxienses**

A cidade onde eu moro  
 É como o mundo

Tem criminosos e santos  
Há os que exploram  
E há os explorados  
Quando o mundo mudar  
A cidade onde eu moro  
Mudará também...

### **Solano Trindade**

Escobar trabalhou como camponês, comerciário, pedreiro, servente de obras, instalador de persianas e tesoureiro do Sindicato dos Empregados no Comércio de Duque de Caxias e São João de Meriti. Além disso, foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias<sup>57</sup>, em 1962 e ajudou na organização dos camponeses do distrito de Xerém, Capivari e São Lourenço, onde chegou a mobilizar mais de mil camponeses em prol de uma grande vitória por disputa de terras (a Fazenda São Lourenço)<sup>58</sup> conseguindo sustar uma ação de despejo determinada por um juiz local.

Félix tinha um irmão chamado Manoel Escobar, que ocupou o cargo de segundo secretário na direção da Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), de 1961 a 1963 (Maia, 2018). Um documento do SNI<sup>59</sup> escreve Manoel como “organizador do movimento comunista entre os trabalhadores rurais em Duque de Caxias”<sup>60</sup> desde 1958. Seu nome consta ainda nos

---

<sup>57</sup> Já em 1962 conseguiu sustar ações de despejos determinadas pelos grileiros e pela FNM contra os camponeses. O juiz Nelson Martins foi usado em defesa dos interesses dos supostos donos da terra da região. A ação de despejo do juiz deu origem à queima de casas de camponeses.

<sup>58</sup> Na Fazenda São Lourenço ocorreu, em agosto de 1961, uma reação armada de um grande número de trabalhadores rurais contra uma ordem de despejo judicial. Segundo Hernandez (2010), vários lavradores teriam recebido notificações judiciais falsificadas, como mensagens de aviso sobre a disposição das forças dominantes. Temendo uma limpeza geral da área, mobilizaram-se em um movimento armado de resistência e se organizaram em trincheiras nas principais vias de acesso à Fazenda para impedir o despejo das outras três famílias que constavam no processo judicial.

<sup>59</sup> O Serviço Nacional de Informações foi criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964 com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e exterior.

<sup>60</sup> Informação 073/115/76/ARJ/SNI sobre José Inácio Romeiro Junior, datada de 19/11/1976. Memórias Reveladas, Arquivo Nacional (br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_76099729\_d0001de00).

arquivos<sup>61</sup> do DOPS<sup>62</sup> e na lista dos indiciados pelo IPM (Inquéritos Policiais Militares) 709330, que investigou militantes e pessoas associadas ao PCB.<sup>63</sup> Pelos nomes dados por Manoel a seus filhos, é possível perceber seu engajamento no PCB: um deles recebeu o nome de Luiz Carlos em homenagem a Prestes. Outra recebeu o nome de Olga, esposa do líder comunista, e uma terceira recebeu o nome de Zoya Kosmodemyanskaya<sup>64</sup>, em referência à guerrilheira russa morta pelos nazistas em 1941, na defesa da União Soviética, durante a Segunda Guerra. Segundo Antônio Escobar, seu tio Manoel <sup>65</sup> foi preso pelo DOPS em 1970 numa ponte no bairro do Lote XV.

Escobar participou da campanha em defesa do petróleo brasileiro nos anos 1950 e atuou na diretoria do Sindicato dos Comerciários do Estado do Rio de Janeiro. Iniciando a militância política no PCB na década de 1950, no qual ocupou um papel importante na criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Duque de Caxias, em 1962.

Atuava com vigor, em especial na organização dos camponeses nos distritos de Capivari, Xerém e São Lourenço. Com o Golpe de Estado de 1964, permaneceu preso por doze dias. Libertado, passou a atuar na clandestinidade, reaparecendo em 1966. Posteriormente, ligou-se ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Nesse último esteve completamente envolvido nas manifestações pré-64 de Capivari e São Lourenço.

A presença significativa de comunistas na FNM vinha ao encontro das orientações do partido (PCB) em ocupar espaços estratégicos da organização operária e camponesa. Evidentemente, a fábrica era um desses espaços estratégicos, por ser uma estatal, por seu pioneirismo na indústria automobilística brasileira, por

---

<sup>61</sup> APERJ, Prontuário RJ, pasta 23184, referente a Domingos Lopes.

<sup>62</sup> O Departamento de Ordem Política e Social foi criado em 30 de dezembro de 1924, foi um órgão do governo brasileiro utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde na Ditadura Militar.

<sup>63</sup> Partido político de âmbito nacional fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, sigla PCB. A alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro ocorreu durante a conferência nacional realizada em agosto de 1961, e teve como finalidade facilitar o registro eleitoral do partido e sua legalização.

<sup>64</sup> Ver mais sobre a história desta guerrilheira em Harris (2012) e Platt (2016).

<sup>65</sup> De acordo com a entrevista realizada com Antônio Escobar, Manoel Escobar morreu com aproximadamente setenta e poucos anos.

estar localizada próximo ao Distrito Federal, o que lhe assegurava visibilidade, e por estar ameaçada pelo capital internacional, principalmente pela presença dos italianos.

A necessidade de sobrevivência frente às constantes perseguições e ilegalidade levou muitos militantes comunistas a omitirem sua filiação partidária, adotando codinomes entre si e, muitas vezes, mantendo sua atuação política em sigilo, até mesmo para os familiares, no intuito de se proteger e garantir a segurança dos mais próximos.

O ano de 1962 tornou-se um ano significativo: candidatura de Tenório ao governo do Estado, com o apoio de partidos de esquerda; greve geral em defesa de um ministério trabalhista e do plebiscito que definisse a continuidade ou descontinuidade do parlamentarismo; ampliação das experiências de unificação das organizações operárias; crescimento da luta contra a sonegação de alimentos no mercado e pelo controle dos preços; afirmação do movimento camponês e de suas organizações regionais e nacionais; fortalecimento do movimento estudantil e feminista e outros.

Por outro lado, é justamente nesse ano que as tensões chegaram a seu limite em Duque de Caxias. O saque de 1962, expressão de desordem para muitos, levou os comerciantes locais a ampliarem sua capacidade de organização na defesa de suas propriedades, criando uma milícia particular. E ainda puderam contar com a contribuição do governo do estado, que instalou no município um Batalhão da Polícia Militar. Os mais organizados ainda obtiveram indenizações que aceleraram a recuperação e a ampliação de seus respectivos empreendimentos.

No dia da greve geral – cinco de julho, Duque de Caxias e outros municípios da Baixada Fluminense tornaram-se manchetes dos principais jornais e revistas da época, como a *Luta Democrática*, o *Jornal do Brasil* e *Fatos e Fotos*. Devido à greve, cerca de vinte mil pessoas, aglomeradas na Praça do Pacificador, esperavam por transporte para chegar ao trabalho. Como não havia condução, a situação foi ficando tensa. A notícia da existência de feijão escondido em lojas próximas dali provocou agitações e saques. A revista *Fatos e Fotos* chamou o saque de: “Motim da Fome” e comparou a Baixada com a Argélia, “onde o terrorismo foi substituído pela pilhagem da fome”.

O saque iniciado em Duque de Caxias se espalhou pela Baixada. Cerca de quarenta e duas pessoas morreram, setecentas ficaram feridas e dois mil estabelecimentos comerciais foram atingidos, entre esses: o Mercado da Banha e a

Fábrica de Açúcar da União<sup>66</sup>. Segundo a *Luta Democrática* de sete de julho, só em Duque de Caxias havia seiscentos e setenta e cinco feridos, oitocentas prisões e um prejuízo de dois milhões e meio de cruzeiros.

Apesar do confronto de posições, sindicalistas e comerciantes concordam em um aspecto. O saque não foi provocado apenas pela aglutinação de pessoas na praça e pela sonegação, mas principalmente pela miséria vivida pelos trabalhadores caxienses.

Várias reivindicações da Associação Comercial foram atendidas, entre elas, a instalação de um Batalhão da Polícia Militar em Caxias. Assim, qualquer ameaça à ordem poderia rapidamente ser contida. Os comerciantes mais organizados e articulados conseguiram anistia de suas dívidas e a obtenção de indenizações. Alguns conseguiram até ampliar seu patrimônio, como foi o caso das Casas Nelson, que dariam lugar às Casas Sendas. A distribuição de benefícios não chegou a todos os comerciantes.

José Cláudio Souza Alves analisou a violência na construção da Baixada Fluminense. Para ele, a experiência do saque imprimiu nos comerciantes da Baixada a possibilidade de organização de uma milícia privada, financiada por eles, que lhes garantisse segurança, eliminando aqueles que os ameaçassem de uma forma ou de outra, dando origem, assim, à formação dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense, ou seja, à instalação, primeiramente, do Esquadrão da Morte<sup>67</sup> e, posteriormente, da "Mão Branca".<sup>68</sup>

O lugar, que muitos desejavam ser o da ordem e do trabalho, sofreu ainda o impacto do golpe militar de 1964. A impossibilidade de manter a hegemonia e de estabelecer o consentimento levou as diferentes frações da classe dominante no país a escolherem o caminho da coerção, da ditadura. Analisando as intervenções militares em Duque de Caxias, poderemos compreender o desmonte das organizações dos

---

<sup>67</sup> TORRES, Rogério e MENEZES, Newton. *Sonegação, fome, saque*. Rio de Janeiro: Consórcio de Administração de Edições, 1987, p. 8.

<sup>67</sup> O Esquadrão da Morte foi uma organização paramilitar surgida no final dos anos 1960 cujo objetivo era perseguir e matar pessoas tidas como perigosas para a ditadura militar. Começou no antigo estado da Guanabara comandado pelo detetive Mariel Mariscot, um dos chamados "12 Homens de Ouro da Polícia Carioca", e se disseminou por todo o Brasil. Em geral, os seus integrantes eram políticos, membros do Poder Judiciário, policiais civis e militares e era mantida, via de regra, pelo empresariado.

<sup>68</sup> ALVES, José Cláudio. *Baixada Fluminense: A Violência na Construção do Poder*. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado pelo Departamento de Sociologia da USP.

trabalhadores e até de algumas organizações da sociedade civil consideradas conservadoras.

Ao analisarmos a ação repressora dos militares e os impactos produzidos em Duque de Caxias, fica clara a força do desmonte nas organizações dos trabalhadores. Quando a notícia do golpe chegou aos operários da FNM, eles pararam a fábrica e, na madrugada, as tropas militares a ocuparam. Fugas, prisões e desaparecimentos provocaram em alguns Círculos Operários<sup>69</sup>, como o de Xerém, a desaprovação da ação militar.

Nas áreas rurais, não foi diferente. Em uma entrevista com Chico Silva, uma das lideranças camponesas, ficou clara a violência sofrida pelos camponeses. Ele relatou que o Exército ocupou as propriedades à procura de guerrilheiros. Um camponês chegou a ser amarrado de cabeça para baixo. Chico dizia que os militares levavam tudo o que encontravam, isto é, plantação, bichos e ferramentas.

Prisões, destruição de casas e medo. Chico conseguiu se esconder nas matas e subir a serra. Durante um bom tempo, não pôde retornar. Josefa e Pureza fugiram para o Recife, com a ajuda do Partido Comunista. O casal só foi preso posteriormente no Nordeste, quando se envolveu na organização dos bóias-frias e no processo eleitoral local. Ambos foram identificados como procurados e sofreram com as torturas.

Os militares retiraram os trilhos da Estrada de Ferro Rio D'Ouro, para isolar Xerém e impedir que os lavradores se rearticulassem em seus movimentos. A repressão militar atingiu toda a cidade. Segundo Stélio Lacerda, situações de extrema violência foram cometidas pelo Batalhão da Polícia Militar pós-64: arrastão no centro de Duque de Caxias para prender prostitutas, malandros, bêbados, “desocupados e suspeitos”; invasão do restaurante Mira Serra, situado próximo à Praça Roberto Silveira, onde políticos, jornalistas, funcionários públicos, empresários e lideranças comunitárias se reuniam; e invasão do Cinema Santa Rosa, no meio de uma sessão das três horas, com a prisão dos que não puderam comprovar ocupação.<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> Os círculos operários têm suas origens no movimento leigo iniciado no Brasil dos anos vinte. Preocupados com as discussões dos problemas sociais, com a formação para o trabalho e a melhoria das condições de vida e de trabalho, os leigos iniciaram um movimento nos anos trinta, a partir de grupos como a Associação de Universitários Católicos, a Ação Católica Brasileira, a Liga Eleitoral Brasileira e o Movimento Operário Católico. Desse último grupo, surgiram os círculos e, posteriormente, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos (CBTC).

<sup>71</sup> LACERDA, 2001, pp. 107-108.

A REDUC também foi ocupada: lideranças sindicais foram presas e alguns funcionários excluídos do quadro da empresa. O movimento de mulheres também foi interrompido.

Ainda durante o período militar, foi instalado o Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho, nas margens da Baía de Guanabara, em cima dos manguezais, à revelia da consulta à população, assim como foi assinado um acordo que garantiu à Funerária de Duque de Caxias o monopólio funerário por trinta anos. Logo, os valores de sepultamentos tornaram-se elevadíssimos.

Fica claro que Caxias, assim como toda a Baixada, tornou-se, mais uma vez, lugar de armazenamento e passagem, só que agora de trabalhadores pobres. Toda a memória de organização, de experiência operária e de esforço de construção de participação política, não fora experimentada por toda a sua população; ao contrário, fora silenciada.

Progressivamente, houve a consolidação do conservadorismo, do clientelismo e do assistencialismo em meio a uma população que crescia junto com a pobreza. Durante os anos que se seguiram ao período da ditadura militar, a ordem foi mantida pela coerção aberta em todos os níveis. Os militares e suas polícias especiais faziam o controle político; o Batalhão ocupava as ruas. Para evitar as ameaças das explosões populares e novas ameaças à propriedade, os grupos de extermínio entravam em cena.

A Diocese de Nova Iguaçu, por intermédio de seu bispo D. Adriano Hipólito, criou um Centro de Direitos Humanos e denunciou amplamente na imprensa os números do extermínio na Baixada Fluminense: “A Igreja não pode dormir sobre trezentos cadáveres”. Em resposta à atuação da Diocese, em 1977, o bispo foi sequestrado, seu carro, explodido, e a sacristia da catedral de Nova Iguaçu acabou presenteada com uma bomba.<sup>71</sup>

Indiciado no IPM 709, que investigou o PCB, Felix foi preso em junho de 1965 e prestou um depoimento, no qual relata ter sido responsável pela criação de uma organização de base ligada à Associação dos Lavradores de Duque de Caxias na localidade de Lamarão, a fim de discutir problemas do cotidiano camponês, de modo que, “uma vez conquistadas as reivindicações, o Partido passaria a prestigiar-se no

---

<sup>71</sup> JB, 3 a 9/12/79; Jornal dos Esportes, 31/05/85.

seio dos trabalhadores do campo<sup>72</sup>". Em documento<sup>73</sup> anterior do mesmo IPM, Felix já era descrito como "comunista confesso", ligado às atividades do partido no "setor campo". O documento acrescenta ainda que Felix militava no Sindicato dos Empregados do Comércio, "sendo ao mesmo tempo orientador sindical do Sindicato dos Lavradores de Duque de Caxias".

Conforme Codarin (2019), Felix chegou a participar de algumas reuniões de articulação em torno do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), mas não se tem indícios de que de fato tenha aderido à iniciativa.

Nesta época Duque de Caxias era uma área estratégica para todo o Rio de Janeiro, pois possuía indústrias, tais como: a Fábrica Nacional de Motores (FNM), a Refinaria Duque de Caxias<sup>74</sup> e a Associação dos Lavradores Fluminenses<sup>75</sup>, e vivenciava uma intensa mobilização dos movimentos sociais, em 1968, sob a administração de Moacyr do Carmo<sup>76</sup>, Duque de Caxias foi considerada Área de Segurança Nacional. O que levou o município a um longo período de presença dos governos militares, tendo em 1971, tomado posse o presidente da câmara, Francisco Estácio da Silva. A partir daí, por vezes contra a vontade das lideranças políticas e populares da região, foram nomeados interventores (prefeitos), pela ditadura militar, como o general Carlos Marciano de Medeiros, os coronéis Renato Moreira da Fonseca e Américo Gomes de Barros Filho, e o ex-deputado Hydekel de Freitas Lima.

No final de 1970, após filiar-se ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a casa de Escobar foi invadida por dezenas de agentes dos órgãos de repressão da ditadura, que espancaram um de seus filhos, em uma tentativa de descobrir a

---

<sup>72</sup> Termo de perguntas ao indiciado. Depoimento de Felix Escobar à Polícia do Exército em 05/07/1965, IPM 709, BNM 279, p. 2.632.

<sup>73</sup> Ofício nº 59-E/2-114, IPM 709, 30/06/1965. BNM 279, p. 2.596.

<sup>74</sup> A Refinaria de Duque de Caxias - Reduc é hoje a mais completa e complexa refinaria do sistema Petrobras, tendo sido inaugurada, em 1961, com apenas seis unidades, além da casa de força. Localiza-se na Rodovia Washington Luís, km 113,7, no distrito de Campos Elísios (Duque de Caxias).

<sup>75</sup> A ALF foi registrada como organização civil. O surgimento dessa associação deu início à organização dos trabalhadores rurais em Xerém e logo se tornaria uma referência para a formação de outras entidades no estado, em especial na Baixada Fluminense.

<sup>76</sup> Moacyr do Carmo nasceu em 1920, no interior do estado do Rio de Janeiro. Era filho de agricultor. Com dez anos, foi para Bom Jesus estudar e, depois, para Macaé. Em Niterói, começou a cursar Medicina e foi requisitado no quarto ano para compor o Batalhão de Saúde Expedicionário. Seguiu para a Itália e, depois do fim da guerra, retornou ao Brasil. Em 1947, voltou a estudar. Sem recursos, veio para Duque de Caxias e começou a clinicar. Sua extensa clientela alargou a popularidade e o leque de influências. Logo, tornou-se proprietário de um cartório.

possível localização de armas. Foram presos nesse dia, seus filhos Marcos Cardoso Escobar e Félix Cardoso Escobar que estavam no Exército e seu filho Antônio Escobar (que na época tinha dezessete anos) e sua esposa Irany. Eles ficaram presos por cinco dias na sede do DOPS e na Polícia do Exército, que ficava localizada na Praça Saens Peña. Porém nessa época, o militante já morava no município de Feira de Santana, no interior da Bahia. No ano de 1971, como é mencionado no livro, *Minhas Crônicas*, de Antonio Paiva Rodrigues, Félix Escobar, teria se mudado para Salvador, indo morar na residência da militante Iara Iavelberg<sup>77</sup>, companheira de Carlos Lamarca<sup>78</sup>, em um disfarce onde se apresentavam como pai e filha. Primeiro ficou um tempo em Salvador (por volta de dois meses), depois Alagoinhas e Lapinha e, por fim, Feira de Santana. Trabalhou nesse período numa obra em Feira de Santana (BA), no bairro de Cruzeiro.

Meses depois da invasão e ocupação da casa de Escobar (por volta de 1970 para 1971), sua esposa Irany, com seus dois filhos menores (quatro e seis anos de idade) e um filho de Félix do seu primeiro casamento (Antônio), seguiu para Feira de Santana. Antônio ficou na Bahia por volta de um ano e dois meses, depois desse tempo retornou para o Rio. Lá já estava a polícia em observação. Ela não sabia do paradeiro do marido ao chegar lá e uma semana depois foi presa, junto com o enteado Antônio permanecendo dois dias nas dependências da Polícia Federal daquele município. Nesse dia também foi preso Nilson (companheiro de Escobar), que foi transferido para o presídio Frei Caneca, no Rio.

Apesar de não existir uma certeza sobre a data e o local do sequestro do militante Félix Escobar, o que se sabe é que o mesmo ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 1971. Existem duas versões sobre o sumiço do militante, como

---

<sup>78</sup> Foi uma militante de extrema-esquerda, integrante da luta armada contra a ditadura militar brasileira. Psicóloga e professora, depois de entrar na luta contra o regime militar, primeiro integrando a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) depois o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), tornou-se companheira do ex-capitão do exército Carlos Lamarca, um dos principais líderes da oposição armada ao governo militar no Brasil, até morrer num cerco de agentes de segurança em Salvador, Bahia, em agosto de 1971. Foi um dos casos investigados pela Comissão da Verdade, que apura mortes e desaparecimentos na ditadura militar brasileira.

<sup>79</sup> Foi um militar desertor e guerrilheiro brasileiro, um dos líderes da luta armada contra a ditadura militar instaurada no país em 1964. Capitão do Exército Brasileiro, desertou em 1969, tornando-se um dos comandantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização da guerrilha armada de extrema-esquerda que combatia o regime.

apontado no livro-relatório da CEMDP <sup>79</sup>. A primeira versão conta que Félix Escobar foi sequestrado no mês de outubro, na casa de seu amigo e parceiro de militância, João Joaquim Santana (nesse período era gerente do Mercado Ideal, localizado em Duque de Caxias), no município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro. Sendo os dois presos juntos com um outro companheiro conhecido como Milton. Sendo que Santana e Milton foram soltos e Escobar foi torturado e morto. Porém existe uma segunda versão que indica que o militante foi preso em Belfort Roxo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, por circunstâncias ainda não esclarecidas pelas autoridades. Na época o então preso político César Queiroz Benjamin<sup>80</sup> afirmou ter visto Félix Escobar Sobrinho sendo levado por agentes da repressão do DOI-CODI (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Internas que ficava situado no final da Rua Grajaú, em frente ao número 321)<sup>81</sup>, para o quartel da Polícia do Exército da Vila Militar, no Rio de Janeiro.

Félix Escobar foi morto sob custódia do Estado e permaneceu como desaparecido político até dezembro de 2014, quando seus restos mortais foram identificados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), em parceria com a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, no Cemitério Ricardo de Albuquerque, na zona norte do Rio de Janeiro<sup>82</sup>.

---

<sup>79</sup> Em 1995, o governo brasileiro promulgou a Lei 9 140 que visa à reparação moral às vítimas da ditadura militar no país por meio de indenização as suas famílias. Essa Lei estabeleceu ainda a criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), com o objetivo de promover o reconhecimento do Estado mediante a responsabilidade dos crimes cometidos durante o período da repressão política.

<sup>80</sup> É um cientista político, editor e político brasileiro. Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), participou da luta armada contra o regime, foi perseguido e exilado. Cofundador do Partido dos Trabalhadores (PT), foi também filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), tendo se desligado dos dois partidos.

<sup>82</sup> Órgão conjunto dos diversos serviços de informações, do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícias Militares, Polícia Federal e Polícias Cíveis, criados em todos os Estados a partir da experiência da OBAN, em São Paulo. Órgão de repressão criado em 1970, pelo general Emílio Garrastazu Médici. Funcionou até os anos noventa.

<sup>83</sup> Investigação da CNV revela o destino de Félix Escobar. Portal do governo do Brasil, 28/01/2015. Disponível em: <https://bit.ly/2XIKn9D>.

## 2 FÉLIX ESCOBAR: UM GUERRILHEIRO RURAL

“Não é somente o futuro e o presente que permanecem abertos, mas também o passado. O que quer dizer principalmente isto: a variante histórica que triunfou não era a única possível”.

*(Walter Benjamin)*

Neste capítulo, iremos apresentar um pouco da história do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a sua relação estabelecida entre os seus militantes com os camponeses. Para ilustrar esse processo, selecionamos o trabalho iniciado na Baixada Fluminense, mais especificamente na região compreendida entre Xerém e Capivari, município de Duque de Caxias, com a figura marcante de Félix Escobar.

### 2.1 A formação do MR-8 e sua visão sobre o campesinato

A luta armada [...] se afirmou como algo concreto, feito e sentido no dia-a-dia do povo. Deixou de ser aquela palavra de ordem abstrata lida em panfletos, ou ouvida em discursos, nas passeatas estudantis. Atualmente, no Brasil, a luta armada é de fato uma alternativa de poder, débil ainda, mas existente.

MR-8, Arma da crítica, nº1, 1970

O nome Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) possui a peculiaridade de ter sido usado inicialmente por um grupo e depois por outro, dando origem ao que se chama “primeiro” e “segundo” MR-8. Na prática são duas organizações diferentes que adotaram o mesmo nome. Tais quais várias das organizações armadas aqui abordadas, o “primeiro” MR-8 surgiu a partir de uma dissidência do PCB, conhecida como a dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), tendo por principais lideranças: Aluizio Palmar<sup>83</sup>, Nielse Fernandes e Milton Gaia Leite. A esse grupo somou-se posteriormente a dissidência do Paraná. O nome da

---

<sup>83</sup> Aluizio Ferreira Palmar, nasceu em 24 de maio de 1943, em São Fidélis, RJ. Estudou na Universidade Federal Fluminense e, devido à sua militância revolucionária foi preso e banido do país, após ter sido trocado pelo Embaixador da Suíça no Brasil, juntamente com outros 69 presos políticos. Depois de passar oito anos entre o exílio e a clandestinidade, deu início, após a Anistia Política, a carreira jornalística que completou 50 anos.

organização MR-8 é uma homenagem a Che Guevara.<sup>84</sup> Antes disso, o grupo usava a nomenclatura DI-RJ, cuja sede era Niterói (HERLER, 2015).

Este primeiro grupo empreendeu tentativas de trabalho com camponeses na região do oeste paranaense, sob a liderança de Aluízio Palmar, nos municípios de Matelândia (hoje Ramilândia), Vera Cruz do Oeste e no Parque Nacional do Iguaçu. Em seu livro de memórias, Palmar relata que o MR-8 havia comprado uma área de terras para a organização do foco na localidade de Espigão São Sebastião (que chamavam de Sítio Banhadão), no município de Matelândia, onde viviam posseiros (Palmar, 2005). Ficou responsável por morar no sítio o lavrador Azizo Cordeiro da Fonseca, oriundo de São Fidelis, região norte do Estado do Rio de Janeiro e ligado às Ligas Camponesas. De acordo com Palmar, em 1971, depois de os militantes do MR-8 já terem sido presos, esses posseiros viveram conflito fundiário com jagunços. Alguns foram até presos por uma operação do Exército.

O primeiro MR-8 foi uma das primeiras organizações armadas comunistas no Brasil, assim como uma das primeiras a ser desmantelada. Em 1969, já estava derrotada pelos agentes da repressão, o que rendeu destacadas reportagens de jornais<sup>85</sup> que propagandeavam a força dos militares por terem conseguido eliminar a dita “organização subversiva”. Nesse momento, outro grupo dissidente do PCB, a chamada Dissidência da Guanabara (DI-GB), até então majoritariamente formada por estudantes, realizou sua primeira ação armada (um assalto a um banco) e assinou o panfleto em que reivindicava a autoria do ato com o nome MR-8. Com isso, foi possível desfazer o ganho de capital político que os militares haviam tido com o desmantelamento do “primeiro MR-8”. Formou-se assim o “segundo MR-8”, que durou mais tempo (sobreviveu à ditadura) e é o grupo mais conhecido (Codarin, 2018).<sup>86</sup>

Este novo MR-8, em função de sua origem no movimento estudantil, embora fizesse a crítica à atuação pacífica do PCB, levou mais tempo para tomar iniciativas no sentido da luta armada. Como estratégia política, defendia a articulação entre

---

<sup>84</sup> À época da escolha do nome, acreditava-se que Che Guevara havia sido assassinado em 8 de outubro de 1967. Anos mais tarde, soube-se que essa data estava equivocada e que sua morte ocorrera no dia 9 de outubro daquele ano.

<sup>86</sup> Desbaratada célula de subversivos: 4 foragidos. O Estado, 1969).

<sup>86</sup> Ainda antes da criação do “novo MR-8”, a Dissidência da Guanabara havia se integrado com a da Bahia, após um processo de aproximação iniciado no final de 1968 e formalizado em junho de 1969. Visto como um “ponto nevrálgico da produção”, o Nordeste era considerado uma região estratégica para o processo revolucionário, daí o movimento de integração com a dissidência baiana (Codarin, 2018).

ações armadas e não armadas, porém, muito em função do fechamento do regime, acabou priorizando as primeiras. De acordo com Codarin (2018), a linha política do MR-8 se formou ainda quando os militantes faziam parte da DI-GB, que recebia influência tanto do maoísmo e do leninismo<sup>87</sup> como do foquismo<sup>88</sup>. Acreditavam, portanto, que a luta deveria se basear em focos guerrilheiros, porém sem abandonar a ideia do partido político responsável por trabalhar a consciência das massas, condição necessária para o sucesso da luta armada. Defendiam a tese de que o problema para o desenvolvimento das forças produtivas não eram os resquícios feudais, como acreditava parte da esquerda brasileira sob a influência de Alberto Passos Guimarães, mas a herança colonial e o imperialismo, como defendiam Caio Prado Jr e Ruy Mauro Marini. Sendo o Brasil um país já capitalista, portanto, a revolução deveria ser socialista, sem passar pela etapa democrático-burguesa, como propunha o PCB.

Em documento de 1969, intitulado *A situação internacional* (apud Codarin, 2018, p. 101), a DI-GB propunha um equilíbrio entre a ênfase no papel da vanguarda e no da massa, de modo que ambas deveriam atuar de maneira conjugada, embora coubesse à primeira o papel de indicar o caminho a ser seguido pela segunda. O processo armado era compreendido como algo mais amplo que incluía “uma infinidade de formas não armadas de luta que encaminham, preparam e fortalecem as formas armadas de luta”. Da mesma forma, o trabalho político desenvolvido com as massas do campo, para seguir as inspirações chinesa e cubana, deveria ser conjugado com o trabalho junto ao operariado urbano. O foco guerrilheiro, instrumento estratégico da luta revolucionária, era entendido como uma forma de “mediação para a formação do exército de trabalhadores”. Os sindicatos eram estrategicamente criticados, pois representavam uma ligação com o Estado e a conciliação de classes, o que deveria ser destruído.

---

<sup>87</sup> O termo leninismo é utilizado para designar a corrente política surgida pelo rompimento político com o economicismo da social-democracia europeia no começo do século XX. Apesar de levar o nome de seu principal fundador, o leninismo também carrega contribuições de revolucionários como Grigory Zinoviev (por formular junto com Lenin a teoria do desenvolvimento desigual) e Lev Kamenev. Lenin procurou adaptar a teoria marxista do século XIX à realidade do século XX e foi um dos principais teóricos marxistas e o principal líder da Revolução Bolchevique de 1917, na Rússia.

<sup>88</sup> O foquismo é uma teoria revolucionária inspirada por Che Guevara e desenvolvida por Régis Debray. Foi adotada, nos anos 1960, pelos grupos armados de esquerda e consistia, basicamente, em criar focos (daí o nome) de revolução no mundo, como forma de enfraquecer o imperialismo. A premissa era de que a criação de múltiplos focos de guerrilha rural dificultava a ação repressora por parte das forças armadas governamentais.

O rapto do embaixador americano Charles Elbrick<sup>89</sup>, no dia 4 de setembro de 1969, tornou o MR-8 um dos alvos preferenciais da repressão. Com isso, os militantes que ainda não haviam passado para a clandestinidade precisaram fazê-lo, o que isolou ainda mais a organização em relação à população. Diante dessa nova conjuntura, em fevereiro de 1970, a organização escreveu um documento<sup>90</sup> que orientou sua atuação durante aquele ano. Nele, identificava-se o militarismo e o espontaneísmo como práticas que estavam dificultando o sucesso da organização, justamente porque afastava os militantes das “massas fundamentais”. Importa notar que, apesar da concordância com a tese de que o campo seria o espaço prioritário da luta revolucionária, tal como afirmado em documentos anteriores, neste documento a prioridade é o trabalho com o operariado urbano e rural e com “setores empobrecidos”, “não-operários, mas que têm com ele grande proximidade”.

Em setembro de 1970, a organização lançou outro documento<sup>91</sup> cuja novidade é uma análise sobre o campo brasileiro. Nele, o MR-8 analisou as dificuldades enfrentadas pela população do campo, que intensificavam o êxodo rural. Dentre os aspectos apontados como causa para tal situação destacam-se o “imperialismo”, a “deflação da agricultura” e o crescimento da pecuária. O documento apontou para a necessidade de a organização compreender melhor as consequências dos planos de colonização agrária empreendidos pelos governos militares, pois “são irrisórios e não amainam as tensões sociais no campo como pode parecer à primeira vista”, bem como o significado da construção da rodovia Transamazônica. Segundo o manuscrito, a despeito da propaganda do governo, tal projeto não solucionaria as tensões sociais

---

<sup>89</sup> O sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil em 1969 foi o sequestro de Charles Burke Elbrick pela Ação de Libertação Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) em protesto contra a ditadura militar apoiada pelos EUA. Fernando Gabeira e Virgílio Gomes da Silva ajudaram a planejar e executar a operação. Para iniciar as negociações, os sequestradores exigiram que sua carta-manifesto fosse lida e impressa na mídia, o que foi feito. O embaixador foi libertado após 78 horas em troca da libertação de 15 presos políticos presos pela ditadura militar, exilados no México. Foi uma das ações de guerrilha de maior destaque contra a ditadura militar (1964-1985).

<sup>90</sup> Sobre o trabalho da organização em 1970. Mimeo, fevereiro de 1970. Disponível em: Centro de Documentação da Universidade Estadual de São Paulo (Cedem/Unesp), Coleção Archívio Storico del Movimento Operário Brasileiro (Asmob).

<sup>92</sup> MR-8. Tribuna de Debates. Mimeo, setembro de 1970. Centro de Documentação da Universidade Estadual de São Paulo (Cedem/Unesp), Coleção Archívio Storico del Movimento Operário Brasileiro (Asmob). Com relação às massas urbanas, o documento propõe especial atenção aos recém-chegados nas cidades vindos do campo a fim de “desenvolver sua consciência política” ou então estimulá-los a retornarem ao campo, “elevando assim as condições de trabalho revolucionário nos campos”. Parte dessas ideias sofreram influência de textos escritos por Ladislav Dawbor, conhecido como Jamil, um deles publicado como parte do documento supracitado.

no campo, cuja amplitude, na interpretação do MR-8, não se resumia à região nordeste, como era a leitura usual sobre o tema.

O documento transparece o otimismo dos militantes quando anuncia o planejamento do início da luta armada no campo para o ano de 1972. Tal confiança é melhor compreendida quando tomamos em conta uma das características apontadas por Reis (1990, p. 107) do marxismo-leninismo: sua crença da inevitabilidade da revolução, como algo imanente ao processo histórico. “Daí decorreria a ideia de que, apesar dos pesares, o processo revolucionário estaria, sempre, em termos históricos, avançando”.

Ainda de acordo com o documento de setembro de 1970, a luta no campo, descrita como o “instrumento principal da guerra revolucionária”, seria organizada a partir da “guerrilha tática” e da “coluna guerrilheira estratégica”. A primeira se constituiria em ações de propaganda armada em diferentes pontos do território nacional a fim de promover a adesão da população rural e desgastar o inimigo, que passaria se dividir para dar conta das diferentes frentes de ação e, assim, se enfraqueceria. A segunda, como uma fase subsequente, seria o “efeito globalizador de todas as outras formas de luta em curso no país todo” e deveria se situar em uma região de importância econômica. João Lopes Salgado, que compôs a direção geral do MR-8 e contribuiu na elaboração do documento, refere-se à linha de trabalho que o MR-8 possuía para o campo como “um arremedo de linha” devido à diversidade de inspirações teórico-políticas de que se valeu para a definição da estratégia: “Peguei um pouco de tudo e fiz uma salada” (Salgado, 1988)<sup>92</sup>. Em entrevista mais recente, complementou:

Todas as organizações que optaram pela luta armada tinham como objetivo o campo porque a gente achava que a luta armada ia se consolidar no campo. O meio urbano era importante, mas a gente tinha essa primazia, todas as revoluções, as últimas revoluções, a cubana, a chinesa, o campo é que tinha consolidado. A cidade foi tomada a partir do campo. A gente tinha essa visão que o camponês era mais susceptível ao engajamento armado, (...) que os camponeses eram nossa classe privilegiada para a luta armada (...) e que era possível nas matas, nas regiões mais inóspitas a gente ter grandes vitórias contra as Forças Armadas (Salgado, 2017).

Por fim, o documento avalia ainda que, para a inserção no campo, o ideal seria a entrada via sítios de contatos já próximos à organização, e “segurar com disposição

---

<sup>92</sup> Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Vera Sílvia Magalhães, caixa 02, doc. 28.

no cabo da enxada”, trabalho que “não pode ser contornado se não com extremo sacrifício do companheiro”. Apesar das dificuldades que isso gerava, a organização acreditava que a compra de sítios e jipes apenas atrairia a repressão e colocaria em risco tanto os militantes como os camponeses.

O MR-8 ganhou destaque especialmente após a entrada de Carlos Lamarca<sup>93</sup>, um dos militantes mais procurados pelos agentes da repressão. Depois de ter conseguido fugir do Vale do Ribeira, quando o Exército invadiu a área onde havia sido ministrado treinamento militar ainda durante o período em que fazia parte da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)<sup>94</sup>. Após ter ingressado no MR-8, Lamarca foi enviado, pela direção da organização, a Brotas de Macaúbas, na Bahia, onde José Campos Barreto, conhecido como Zequinha, em conjunto com Luiz Antônio Santa Bárbara, coordenava um trabalho de mobilização de camponeses da região para aderirem à tática da guerrilha. Salgado assim descreveu o ingresso do militante:

Lamarca se interessou pela linha política da organização, que fazia mais a ligação entre a luta armada e o movimento de massas. Eu acho que a gente era a organização que sabia que sem o movimento forte na cidade, sem a revolta da organização operária, sem a revolta dos trabalhadores do campo não seria possível fazer luta armada, a revolução armada. Claro que tinha muito de que você ficava na superfície, não ia em profundidade para saber se isso era possível ou não porque a gente não tinha cabedal teórico para comprovar isso, mas a gente defendia essa tese. A guerrilha só vai ser vitoriosa se tiver um grande movimento da cidade e do campo. Movimento de massas. E Lamarca acho que foi a primeira vez que ele teve contato com quem tinha esse tipo de movimento, com esse tipo de ideia e se interessou em conhecer mais e começou a fazer contato. (...). Aí passamos dois dias conversando em um apartamento sobre nossas teses, como é que a gente queria fazer o trabalho no campo, com é que seria, e aí ele se interessou. Mas o processo de recrutamento era um processo mais longo (Salgado, 2017).

---

<sup>94</sup> Como conta Salgado, antes de Lamarca, vários outros militantes da VPR já haviam migrado para o MR-8 em função do fato de esta ser uma das poucas organizações que ainda possuía uma base social relativamente significativa que lhe dava capital político para atrair a adesão de novos militantes: “O MR-8 foi um dos últimos a ser completamente desbaratado porque no Rio tínhamos uma base social na classe média muito grande - intelectuais de esquerda, artistas, estudantes, professores” (João Lopes Salgado, entrevista concedida a Fabricio Teló, em Petrópolis/RJ, em 27/01/2017). Ver mais em Codarin (2018, p. 162).

<sup>94</sup> A experiência da VPR no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, foi uma tentativa de implantação de uma base guerrilheira para fins de treinamento, iniciada em janeiro de 1970, com 18 militantes oriundos de São Paulo, Guanabara (atual Rio de Janeiro) e Rio Grande do Sul. Em março, quando ainda estavam no início, um dos militantes foi preso, obrigando Lamarca, comandante da iniciativa, a desmobilizar o grupo. Ver mais em Ceará e Migliato (2004) e José e Miranda (2015).

Cesar Benjamin, colega de militância, comentou sobre a importância do ingresso de Lamarca para que a questão agrária se tornasse objeto de reflexão do grupo de que fazia parte:

Não conheci pessoalmente o Lamarca, mas troquei muitas cartas com ele logo que veio para o MR-8. Ele estava colocando elementos novos na discussão. Para ter uma ideia, a primeira vez que ouvi falar em boia-fria foi numa carta dele, apontando as modificações que estavam havendo no campo brasileiro com a concentração de trabalhadores rurais na periferia das cidades do interior: o papel do gato, o declínio do colonato. É pena que não haja registros escritos desse debate, da autocrítica que se fazia no MR-8 (Benjamin, 1986)<sup>95</sup>

O depoimento evidencia um problema fundamental da esquerda armada brasileira da época: a falta de conhecimento sobre a realidade agrária a partir da qual acreditava em poder iniciar o processo revolucionário. Por mais que algumas lideranças dominassem minimamente o tema, a maior parte dos militantes, de origem urbana, não conhecia os problemas estruturais que caracterizavam o Brasil rural na virada dos anos 1960 e 1970, o que comprometia significativamente tanto o planejamento como a implementação do projeto de mobilização dos camponeses para a guerrilha.

O próprio Lamarca já reconhecia essa dificuldade ainda quando liderava a VPR. Em entrevista concedida a um jornal em junho de 1970, logo após o fim da experiência no Vale do Ribeira, havia afirmado: “Devemos considerar que os companheiros treinados no exterior não estão preparados para a guerrilha rural, uma vez que ficaram sempre na cidade” (*apud*, José; Miranda, 2015, p. 151). A despeito disso, enfatizava a viabilidade da ideia e afirmava que era uma “questão de tempo” para “organizar mais amplamente” a população para a guerrilha. Perguntado sobre se havia condições para tanto, respondeu:

Há, não só no Brasil, como em toda a América Latina. É no campo que a exploração capitalista é mais desumana e ali se encontram os elos mais fracos do sistema capitalista, onde a repressão tem sido mais feroz em todas as lutas travadas. Existe todo um passado de lutas e organização do trabalhador rural, que a classe dominante omite da nossa história (Carlos Lamarca, junho de 1970, *apud*, JOSÉ e MIRANDA, 2015, p. 152).

---

<sup>96</sup> Disponível no Arquivo Edgar Leuenroth, da Unicamp, Fundo Militância Política e Luta Armada, Caixa 5.

## 2.2 O MR-8 na Baixada Fluminense

A ocupação da Baixada data do século XVI. Nessa região foram instalados engenhos, plantações de cana e, por pouco tempo, já no século XIX, café. Grynszpan (1987, pp. 21-22) descreve a região como “grandes extensões de terras, a maior parte públicas, mas também privadas, abandonadas, incultas e, em alguns trechos, pantanosas e sujeitas a doenças”. Por esse motivo, por muito tempo a região foi considerada como uma área “abandonada e decadente”. Já no século XX, lavradores oriundos de diversas regiões do próprio estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e outros Estados do Nordeste passaram a ocupar essas terras e a produzir para si e para os mercados mais próximos, boa parte deles como posseiros. As maiores propriedades da Baixada possuíam administradores que geriam o trabalho dos lavradores, enquanto que outras ainda eram arrendadas.

Na década de 1930, o Governo Vargas implementou um programa de recuperação da Baixada que consistia na construção de estradas e em obras de saneamento e drenagem, o que favoreceu o aumento das áreas dedicadas a lavoura, bem como provocou uma valorização das terras da região, fazendo crescer o interesse de grileiros interessados especular e lotear as terras para a venda. Com isso, um número expressivo de despejos de posseiros começou a ocorrer na região, resultando em violentos conflitos fundiários (Grynszpan, 1987).

Boa parte dos camponeses que migraram para a Baixada o fizeram em função da notícia que circulava de que o governo estaria distribuindo terras na região. Esta iniciativa estava inserida em um plano de colonização para a Baixada, que se deu por meio de núcleos coloniais. Um dos objetivos desse plano era combater as crises de abastecimento pelas quais passava a cidade do Rio na época e criar o que se chamou de um “cinturão verde” no entorno da então capital federal. Com exceção de um, localizado em Macaé, todos os núcleos de colonização criados no território fluminense encontravam-se na Baixada. Outros objetivos do plano, como os de “recuperar a região tornando-a produtiva, eliminar dali a apropriação indébita de terras, evitar a especulação” não foram alcançados, uma vez que os casos de grilagem e despejos arbitrários continuaram acontecendo (Grynszpan, 1987, p. 51).

Paralelamente a esse processo, a Baixada vinha passando também por uma intensa urbanização. A instalação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Xerém, no município de Duque de Caxias, atraiu contingente significativo de imigrantes em

busca de trabalho. Como assinala Ramalho (1989), alguns foram contratados para trabalhar nas terras da própria FNM a fim de produzir alimentos para o consumo dos operários, outros acumulavam a função de lavradores e operários. A presença dessa fábrica e de outras grandes indústrias na Baixada favorecia o que Maia (2018) chamou de articulações ruro-fabris, que marcavam a especificidade do perfil dos trabalhadores daquela região (majoritariamente imigrante e com origens bastante diversas) e lhes permitiam transitar entre o urbano e o rural de maneira mais fluida. Era comum haver trabalhadores que exerciam o emprego de operários na FNM, mas possuíam suas próprias lavouras, usando das horas livres para delas tomar conta. O caminho percorrido pelo MR-8 para chegar aos camponeses da Baixada passou por esse imbricamento característico dessa região entre os universos operário e camponês.

Nilson Venâncio, um dos camponeses que aderiu ao MR-8, pode ser citado como o exemplo por excelência dessa articulação ruro-fabril. Seus pais eram imigrantes de Itaperuna, região Norte Fluminense. Instalaram-se como posseiros na Fazenda Lamarão, próximo a Xerém. Seu pai começou a trabalhar como empregado da FNM, ainda no processo de desmatamento da área para a construção das instalações, no início da década de 1940 (a fábrica foi fundada em 1942). “Ficou lá uns tempos, mas ele tinha uma vocação rural”, contou Nilson. Depois disso, mudou-se para a Fazenda São Lourenço, vizinha às terras da FNM, para trabalhar vendendo lenha e carvão. Nilson, que nasceu em 1937 e chegou na Baixada aos dois anos de idade, conta que cresceu acompanhando as cenas de despejo recorrentes na região, inclusive de sua família, que foi obrigado a sair da Fazenda São Lourenço e mudar-se para Belford Roxo. Depois de um tempo, seu pai voltou a Xerém, como posseiro na área rural da FNM. Nilson, na adolescência serviu ao Exército e depois seguiu os passos do pai e começou a trabalhar como operário da FNM, ao mesmo tempo em que morava na área rural da própria fábrica.

A Baixada Fluminense foi palco de intensos conflitos por terra no pré-64.<sup>96</sup> Em vários deles, os camponeses se armaram para se defender de despejos. Com base nas reportagens dos jornais *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo*, *Luta Democrática* e *Jornal do Brasil*, Lima (1985) identificou, 15 conflitos com essa característica: São Lourenço, Piranema, Capivari, Xerém e Santa Rita, em Duque de Caxias; Imbariê, Santo Aleixo e Camarão, em Magé; São José da Boa Morte, em

---

<sup>96</sup> Ver mais em Araújo (1982), Lima (1985), Grynszpan (1987), Corrêa e Macedo (2007), Barcelos (2008), Maia (2018), Bastos (2018), Teixeira (2011, 2018) e Brito (2018).

Cachoeiras de Macacu; Pedra Lisa e Fazenda Reunidas (Tinguá), em Nova Iguaçu; Santa Alice, em Itaguaí; e Engenhoca, em Silva Jardim.

A Fazenda São Lourenço era uma das áreas mais conflitivas da Baixada, devido às ações de despejo que passaram a ocorrer a partir de 1961. Temendo novos despejos, os posseiros restantes se organizaram e construíram trincheiras para resistirem armados a eventuais novas investidas policiais (Lima, 1985; Grynszpan, 1987). Manoel Antônio da Costa (conhecido como Manoelão), uma das lideranças da resistência de São Lourenço, relatou que havia participado de um “curso de guerrilha” ministrado por Julião pouco tempo antes do que ele chamou de “revolução de São Lourenço” (Costa, 2004).

Braulio Rodrigues da Silva, liderança do PCB fluminense, em entrevista ao mesmo pesquisador, fez questão de marcar que, se Manoelão fez algum curso de guerrilha, “não foi pelo Partidão”, mas admitiu que dentro do partido havia uma divisão entre militantes “mais revolucionários” e os que eram menos (Da Silva, 2004). A posição do então presidente da Falerj, José Pureza da Silva, quadro da direção estadual do partido no Rio de Janeiro, é interessante nesse sentido: apesar de a orientação oficial do PCB nacional pós Declaração de Março de 1958 ser a luta institucional e o afastamento da via armada, Pureza manifestou-se por acatar “tudo o que fosse determinado pela massa”. Em entrevista a Frederico Araújo em 1979, comentou: “Se os companheiros decidissem uma resolução mais forte, nós (a Federação) não recuávamos” (*apud* Araújo, 1982, p. 38), ou seja, a Falerj apoiou essas ações de resistência armada.

Tal posicionamento pode ser lido como um indício de que alguns militantes fizeram valer a ressalva descrita por Gorender (1987) como “para efeitos rituais”, de que apenas “se a realidade os obrigasse”, adeririam à luta armada. Não à toa, na mesma entrevista, Pureza comentou: “Não vamos escolher a forma de lutar. A própria realidade é que vai dizer” (*apud* Araújo, 1982, p. 38). De fato, o contexto político da época tendia para a radicalização, como apontava o *slogan* “Reforma Agrária na lei ou na marra” aprovado no Congresso Camponês de Belo Horizonte, realizado naquele mesmo ano de 1961.

Apesar do relato de Manoelão sobre o “curso de guerrilha” ministrado por Julião não temos evidências de que essa experiência prévia dos camponeses da Baixada estivesse inserida em uma estratégia propriamente “revolucionária”, tal como viriam posteriormente a propor o MR-8 e as demais dissidências do PCB, pois o foco era a

defesa do direito de permanecer na terra diante das ameaças iminentes de despejo.<sup>97</sup> Todavia, é importante tomar em conta essa trajetória para perceber que, para esses camponeses, a utilização de armas para fins de resistência coletiva, ainda que voltada tão somente para garantir o direito de permanecer na terra, já não era uma novidade quando os militantes do MR-8 deles se aproximaram para convidá-los a aderirem à sua organização.<sup>98</sup>

De acordo com Codarin (2019), o início do trabalho do MR-8 na Baixada Fluminense ocorreu por meio de Felix Escobar<sup>99</sup>, cujo filho trabalhava no estaleiro Ishikiwajima, na praia do Caju, no Rio de Janeiro, onde a organização realizou algumas ações, sob a coordenação da Frente de Trabalho Operário (FTO). Felix possuía um sítio no Núcleo São Bento, em Duque de Caxias, onde cultivava frutas, aipim e um canalial, mas também trabalhava como vendedor de persianas na empresa Columbia.

Segundo relato de Antônio Escobar, filho de Felix, foi seu tio, Manoel Escobar Sobrinho, quem aproximou Felix do PCB ainda antes do golpe de 1964.<sup>100</sup> Antônio conta ainda que Felix chegou a ir à Rússia para estudar (pelo período de três meses) e que falava muito em Tchecoslováquia e União Soviética (Escobar, 2019). Irary Escobar, viúva de Felix, relata que seu falecido companheiro costumava dizer que queria “derrubar o governo para ser todo mundo igual”, questionando por que alguns “tinham conforto e outros não” (Escobar, 2019).

---

<sup>97</sup> Para os que se sentiam ameaçados por essas mobilizações, no entanto, a perspectiva dos camponeses era, sim, “revolucionária”, portanto “subversiva” e merecedora de repressão, como de fato ocorreu (LIMA, 1985). O IPM 709, que investigou o PCB, ilustra claramente a preocupação dos militares em relação a esses episódios.

<sup>98</sup> Em sua análise sobre o imbricamento entre violência, poder local e política na Baixada Fluminense, Alves (2003) coloca essas experiências camponesas de resistência armada como o momento em que o uso da violência deixou de ser restrito a alguns grupos político e econômicos e se expandiu para a sociedade de forma mais geral: “Proprietários e lavradores justificariam o confronto armado na defesa ou conquista das suas propriedades e de seus interesses enquanto grupos mobilizados politicamente. (...) Pela primeira vez na história da região, a violência assumiria tais proporções e significados” (2003, p. 74).

<sup>100</sup> Embora apareça em alguns registros como Felix Escobar Sobrinho, seu nome é apenas Felix Escobar. O filho mais novo Antônio relata que o acréscimo de Sobrinho ao final do nome fazia parte da estratégia de contrainformação, característica da vida clandestina (Antônio Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevista em 01/06/2019).

<sup>101</sup> Em depoimento prestado em 1965, no entanto, Felix afirmou ter sido convidado a ingressar no PCB por João Anastácio Bezerra, à época presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e de Marceneiros (Depoimento de Felix Escobar à Polícia do Exército em 05/07/1965, IPM 709, BNM 279, p. 2.631).

Indiciado no IPM 709, que investigou o PCB, Felix foi preso em junho de 1965 e prestou um depoimento no qual relata ter sido responsável pela criação de uma organização de base ligada à Associação dos Lavradores de Caxias na localidade de Lamarão, a fim de discutir problemas do cotidiano camponês, de modo que, “uma vez conquistadas as reivindicações, o Partido passaria a prestigiar-se no seio dos trabalhadores do campo”<sup>101</sup>. Em documento<sup>102</sup> anterior do mesmo IPM, Felix já era descrito como “comunista confesso”, ligado às atividades do partido no “setor campo”. O documento acrescenta ainda que Felix militava no Sindicato dos Empregados do Comércio, “sendo ao mesmo tempo orientador sindical do Sindicato dos Lavradores de Caxias”. Conforme Codarin (2019), Felix chegou a participar de algumas reuniões de articulação em torno do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), mas não se tem indícios de que de fato tenha aderido à iniciativa.

Felix, além dos contatos que passou a João Lopes Salgado, tinha como principal função rearticular a base operária com a qual tinha um elo e mobilizá-la, neste primeiro momento, em torno das necessidades logísticas da organização.<sup>103</sup> Com isso, construiu-se uma nova possibilidade de recuo para os militantes da Guanabara, dificultando as investidas da repressão.

João Lopes Salgado, que foi dirigente da organização e se deslocou para a Baixada, relata que, logo que o MR-8 optou pela luta armada, decidiu agregar o trabalho com camponeses ao que já vinha sendo realizado junto aos operários. Não foi coincidência que os primeiros contatos se deram nas imediações da divisa entre os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. As experiências anteriormente citadas foram centrais para a aproximação dos militantes do MR-8 com o campo na Baixada. “Era um pessoal muito interessante mesmo”, comentou Salgado sobre o grupo com o qual manteve contato, formado por Felix Escobar, Francisco José da Silva (conhecido como Chico Silva), Manoel Escobar Sobrinho (conhecido como Maneco) e Nilson Venâncio.

---

<sup>102</sup> Termo de perguntas ao indiciado. Depoimento de Felix Escobar à Polícia do Exército em 05/07/1965, IPM 709, BNM 279, p. 2.632.

<sup>103</sup> Ofício nº 59-E/2-114, IPM 709, 30/06/1965. BNM 279, p. 2.596.

<sup>104</sup> A primeira referência que temos sobre a rearticulação dessa base operária provinda do PCB, sob comando de Felix Escobar, remonta a maio de 1970, a partir de depoimento atribuído a José Gomes Teixeira. Para maiores detalhes, cf. BNM 036, p. 153.

Salgado acredita ter sido destacado para essa tarefa por ser naquele momento a pessoa mais velha da organização em termos de idade e por ser oriundo do campo.<sup>104</sup> Sua experiência prévia o ajudaria a melhor se inserir junto aos camponeses (Salgado, 2017). Codarin (2019) acrescenta que outra razão pela qual houve esse deslocamento foi o fato de que Salgado correria muitos riscos se permanecesse na Guanabara em função de sua participação no rapto do embaixador norte-americano, em setembro de 1969.

Para Nilson Venâncio, o MR-8 não chegou a construir uma base sólida no campo na Baixada. Segundo ele, quem tinha base forte era o “Partidão”, que tinha um enraizamento maior, com militantes ou simpatizantes inseridos em diversas instituições, até mesmo nas Forças Armadas e a Igreja, ao passo que os militantes do MR-8 teriam “apenas” recrutado esses camponeses ligados ao PCB, porém insatisfeitos com “as leis do partido”. Segundo ele, na Baixada, em se comparando com a capilaridade que tinha o PCB, o MR-8 eram “quatro gatos pingados”. Em 1962, Nilson se desligou do PCB e migrou para o PCdoB por avaliar que o primeiro “estava muito lento<sup>105</sup>” (Venâncio, 2018).

Salgado também relatou que a aproximação que teve com camponeses da Baixada no sentido de “recrutamento” foi em locais onde já havia uma experiência política prévia: “Eu não cheguei nunca a recrutar um quadro aqui no estado do Rio. Os contatos já foram com quadros já engajados, outro já ex-PCB”. Seu objetivo, no entanto, era mobilizar novos camponeses para aderirem à organização. Durante a maior parte dos cerca de oito meses em que permaneceu na Baixada (aproximadamente de setembro de 1969 a março ou abril de 1970), Salgado

---

<sup>105</sup> Sua família era do hoje município mineiro de Abre Campo, à época, interior do município de Caratinga. Ainda criança, iniciou seus estudos como seminarista em Mariana/MG. Com sonho de ser médico, deixou o seminário e mudou-se para o Rio, onde tomou conhecimento de um concurso para a Aeronáutica, para o qual foi aprovado, o que lhe permitiu tornar-se sargento depois de um curso de dois anos em Guaratinguetá/SP. De volta ao Rio, passou a trabalhar no aeroporto do Galeão e foi aprovado no vestibular da então Universidade do Estado da Guanabara, hoje UERJ. Foi a partir de sua participação no movimento estudantil que se aproximou da dissidência Guanabara, que veio a formar posteriormente o MR-8 (João Lopes Salgado, Petrópolis/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 27/01/2017).

<sup>106</sup> Em entrevistas dadas antes do seu falecimento, Nilson se arrependeu dessa avaliação e a qualificou como uma “pressa pequeno-burguesa que se apoderou da gente”. Para ele, o PCB possuía uma força política muito maior do que a que as pessoas falam geralmente. “[Em última instância], fomos nós que destruímos o PCB, pela intemperança, falta de conhecimento e de paciência política”. Ao longo de suas falas, insistiu várias vezes na crítica ao que ele chamou de “romantismo da esquerda” (Nilson Venâncio, Duque de Caxias, entrevistas a Fabricio Teló em 13/09/2018 e 01/06/2019).

permaneceu no sítio de Manoel Escobar Sobrinho, que cultivava cana, para vender o caldo dela extraído. Por sugestão de Felix, foi introduzido ao local como um empreiteiro. Felix articulou duas pessoas para se somarem a ele no trabalho. Após uma semana, Salgado conta ter começado a “trabalhar como um camponês mesmo” por considerar que era a única maneira que poderia se integrar à comunidade e cumprir sua missão política:

Senão eu ficaria como um cara branquinho, da cidade e tal (...) Então eu comecei limpando a cana realmente, capinando... E era um trabalho muito duro porque a cana tem aquelas palhas, aqueles espinhos que colam em você, aquele pelo. Era um troço muito ruim. Mas eu sei que com um tempo, com uns dois meses lá, eu já estava bastante integrado no local. Já trabalhava o dia inteiro com os outros trabalhadores que estavam lá comigo, ele empreitava para nós e a gente trabalhava o dia inteiro ali (...) Fazia minha comida lá em um ranchinho, em uma casinha lá no meio do canavial (Salgado,2017).

Salgado conta que aproveitava esses momentos de trabalho coletivo para conversar com os camponeses:

Aí eu começava a trabalhar eles: “puxa, mas que condição de... será que não tem outra forma de a gente viver melhor do que isso? Será que a gente não tem o direito de ter um pedaço de terra para nós?”. Aí já era uma conversa muito mais inicial mesmo e alguns reagiram e outros não. Outros queriam saber de pegar aquele dinheiro e tomar uma cachaça no final de semana. Outros regiam “porra, é mesmo” (Salgado, 2017).

Ele destaca ainda seu esforço para tornar-se também parecido com os camponeses não apenas no que se referia a suas práticas, mas também à aparência física. Para tanto, decidiu arrancar os quatro dentes da frente, visto que a maior parte daquela população não tinha acesso a serviços odontológicos. A mudança na aparência dificultaria também sua identificação pela repressão, que naquele momento estava buscando os responsáveis pelo sequestro do embaixador estadunidense. Conta ter havido uma ocasião em que seus próprios companheiros de organização não o reconheceram em um dos pontos que haviam marcado para trocar informações. Perguntado sobre a origem de tal ideia, Salgado citou Ho Chi Minh: “Você só vai ter o respeito e a confiança dos outros caras quando você for igual a eles. Se cair um mosquito dentro do café, você tem que tirar e tomar. (...) Para mim Ho Chi Minh é muito mais importante que o Mao” (Salgado, 2017).

Salgado comenta ainda sobre a necessidade de uma radical disposição a abrir mão de um conjunto de características físicas, comportamentais e identitárias,

garantidoras de certa estabilidade e conforto para deslocar-se de um mundo a outro ou de um papel social a outro em nome de uma causa coletiva.

Tal esforço de se aproximar dos camponeses, no entanto, não era compartilhado por todos os demais militantes que haviam igualmente se deslocado para a região, como prossegue seu relato:

Eu me lembro em uma das reuniões em que um companheiro me disse: “Mas, companheiro, você não está lá para trabalhar! Você está lá para organizar os camponeses”. Eu falei “Mas fulano, eu acho que...”. Aí eu tinha lido muito Ho Chi Minh. Ho Chi Minh tinha essa ideia de que você tem que se transformar num deles para poder ter o respeito deles. Você tinha que se transformar em um deles e que era duro esse negócio. Eu realmente não concordava com a visão da organização que eu estava lá para organizar os caras. Também isso, sim, mas eu estava lá para poder adquirir a confiança deles em primeiro lugar e eu acho que fui bem nesse sentido (Salgado, 2017).

Após um tempo, uma dupla de marinheiros, Avelino, Capitani e Antônio Duarte dos Santos, somaram-se a Salgado no sítio de Manoel. Filho de camponeses<sup>106</sup> da região do Vale do Taquari, no interior do Rio Grande do Sul, ainda antes de golpe Avelino havia entrado para a Marinha, onde se engajou na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB)<sup>107</sup>, entidade na qual ocupou o cargo de Primeiro Vice-Presidente e a partir da qual participou da Revolta dos Marinheiros de março de 1964.<sup>108</sup> Duarte, por sua vez, era oriundo do Rio Grande do Norte e havia ocupado o cargo de Presidente do Conselho Deliberativo da AMFNB (Rodrigues, 2017; Capitani, 1997).

Conforme Rodrigues (2017), Capitani e Duarte faziam parte de um grupo de marinheiros que, apesar do golpe de 1964, manteve-se coeso ao longo dos primeiros

---

<sup>107</sup> A origem camponesa era uma característica comum dos marinheiros e fuzileiros navais naquele período (RODRIGUES, 2017).

<sup>108</sup> A AMFNB era próxima do movimento camponês no pré-1964. Em seu livro de memórias, Capitani (1997, p. 16) afirma que ainda no pré-64, os integrantes dessa associação prestavam assistência “direta e indireta aos camponeses do Rio de Janeiro que invadiam latifúndios”. Em entrevista a Rodrigues (2017), Antônio Duarte dos Santos também relata que, na ocasião do golpe, procurou os portuários para, “em conjunto com as Ligas Camponesas”, empreender uma resistência às tropas do General Mourão, ou seja, havia uma expectativa de que os camponeses tivessem militantes suficientemente organizados para tal, o que não correspondia à realidade.

<sup>109</sup> Episódio ocorrido em 25 de março de 1964, a uma semana do golpe que daria início à ditadura empresarial militar, a revolta se deu em função da resistência dos marinheiros a uma ordem de prisão emitida pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota, por terem realizado uma reunião comemorativa do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal. Contou com a participação de cerca de mil e duzentos marinheiros e fuzileiros navais, além do então deputado federal Leonel Brizola. Ver mais em Capitani (1997) e Rodrigues (2017).

anos da ditadura em torno dos princípios e valores construídos e compartilhados durante a militância na AMFNB, motivo pelo qual atuavam geralmente de forma coletiva. Logo no início da ditadura, ambos compuseram o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), liderado por Brizola, responsável pela primeira tentativa de formação de um movimento guerrilheiro para derrubar o regime. No âmbito do MNR, Capitani participou da guerrilha do Caparaó e Duarte de uma tentativa de formação de um foco guerrilheiro em Imperatriz, Maranhão. Presos na Penitenciária Lemos de Brito, contribuíram no planejamento e execução de uma bem-sucedida fuga em maio de 1969. Posteriormente, ainda como clandestinos, tiveram passagem pela ORM-Polop e pelo PCBR. Apenas depois disso, quando já começavam a reavaliar a viabilidade da luta armada, Capitani e Duarte se aproximaram do MR-8 (fins de 1969 e início de 1970). Capitani (1997, pp. 159-60) assim relata esse processo:

Embora cada vez mais apossados pela repressão, iniciamos um processo de autocrítica no que sobrou do nosso grupo e no MR-8. As precárias condições não permitiam realizar uma discussão profunda, mas apenas extrair algumas conclusões: a) Conservar nossas armas para a defesa; b) Diluir-se no meio do povo e em suas entidades, agindo especialmente na conscientização e organização; c) Mesmo que, em certas circunstâncias, o trabalho pudesse virar um foco guerrilheiro, este não seria o objetivo imediato. A orientação era buscar resultados políticos a médio e longo prazo; d) Os companheiros mais procurados pela repressão seriam afastados dos grandes centros urbanos onde atuavam.

Era o caso de Capitani e Duarte, cujo principal propósito ao deslocarem-se para a Baixada, era fugir da repressão. Conforme conta Salgado, os marujos sequer haviam aderido “organicamente” à organização: “Eles, na verdade, estavam ali discutindo uma linha política para poder entrar”, fato que acabou interrompido pela perseguição da ditadura que se tornava cada vez mais intensa. Capitani (1997, pp. 160-1) narra sua chegada no sítio de Manoel Escobar Sobrinho da seguinte forma: <sup>109</sup>

Fui para o interior da Baixada Fluminense morar em um pequeno barraco coberto de capim no meio de um canavial. O dono [Manoel] era simpatizante do MR-8. João Lopes Salgado, o Dino, estudante do quinto ano de medicina, me acompanhou. Também estava sendo muito procurado porque havia participado do sequestro do embaixador americano. Saía muito pouco para fazer contato com a organização. Duarte passou muitos dias conosco no

<sup>110</sup> Em dezembro de 1969, Capitani participou de uma ação enquanto militante do PCBR. O momento de sua ida para a Baixada pode ser estimado entre dezembro de 1969 e fevereiro de 1970 com base nas seguintes informações: segundo depoimento de Chico Silva à Polícia do Exército, a queda do aparelho de outra organização que estava na área ocorreu em 11 de abril de 1970. A viúva de Chico acredita que Capitani ficou em seu sítio por cerca de um mês. Antes de ir para lá, Capitani ficou por um tempo no sítio de Manoel.

refúgio provisório. Enquanto aguardávamos a ida para outro local, trabalhávamos na capina da cana.

Como conta Salgado, a decisão de participar ou não das atividades laborais no sítio foi objeto de discussão também entre ele e a dupla de marinheiros:

Depois fui criticado também quando os marinheiros foram para lá. Os marinheiros: “Não, nós não viemos trabalhar. Nós viemos aqui para poder fazer um levantamento para ver se dá para montar uma guerrilha aqui, pô”. Aí “Tá bom, eu não acho assim. Vou continuar trabalhando como eles” (...). Os marinheiros achavam que o trabalho de campo era para você organizar os caras, treinar militarmente. Eles eram muito mais militaristas que a gente, não tinham essa visão conjugada da revolução. Eram militares e tinham essa visão deformada. Eu também era militar, mas eu fui ganho em outro contexto, tinha uma formação teórica um pouco melhor que a deles (Salgado, 2017).

Depois dessa experiência no sítio de Manoel, o grupo se mudou para o sítio de Francisco José da Silva<sup>110</sup>, outra importante liderança nas lutas por terra do pré-64, que naquele momento morava na localidade de Chapéu do Sol, nas imediações de Xerém. Ele havia ocupado o cargo de Primeiro Secretário do Núcleo de Lavradores Ramal, no quilômetro 41 da estrada de Xerém (Lopes, 2016). Em seu requerimento de reparação à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, elencou as diversas detenções e prisões que sofreu ao longo de sua vida: três antes do golpe e duas depois dele, tendo permanecido 17 dias preso em agosto de 1964, além dos diversos processos que foi obrigado a responder por conta de sua militância política na luta pela terra<sup>111</sup>.

Sua viúva, Sebastiana Silva, se recorda dos três jovens que passaram um tempo no sítio onde viviam. Segundo ela, Capitani foi quem ficou mais tempo. Não se recorda exatamente quanto tempo Capitani ficou, mas imagina ter sido cerca de um mês, utilizando o codinome de Manoel “para não dar o nome dele para ninguém”. Ela rememora que “ele não podia aparecer muito porque a polícia estava atrás dele. Era uma criatura que eu acho que não tinha defeito”. Conta ainda que ele não convivia muito publicamente com os vizinhos, mas participava dos cultos realizados na casa

---

<sup>111</sup> Foi para este sítio que Salgado se mudou quando soube que estava correndo riscos no sítio de Manoel Escobar Sobrinho. Porém ficou pouco tempo, retornando posteriormente à Guanabara.

<sup>112</sup> Carta de Francisco José da Silva ao Ministro da Justiça solicitando reparação política em 26/05/2003 (ano de seu falecimento). Comissão de Anistia, Ministério da Justiça. Processo nº 2002.01.08772.

do casal, que era da Assembléia de Deus, e conversava com pessoas que visitavam a residência de Chico e Sebastiana (Silva, 2019).

Em seu livro de memórias, Capitani (1997, p. 161) assim relata esse período de convivência:

Fui hospedado na casa do seu Chico, um velho camponês preso 24 vezes e manco em consequência das torturas. Fizemos muitas reuniões onde discutíamos tudo. Gostaram de minhas ideias políticas, e o trabalho foi ampliando com a adesão constante de novos camponeses. A maioria foi da área de influência do PCB e sabíamos que era uma área sob vigilância constante da repressão. Fiquei muito conhecido na redondeza e resolvi morar no mato. Durante o dia ajudava na lavoura do seu Chico, à noite dormia na mata, no alto de um morro.

Sebastiana contou que dificilmente participava das conversas. “Só se me chamassem pra eu dizer alguma palavra”, indício de que as reuniões a que Capitani se refere seguiam a tendência da época de excluir as mulheres das discussões políticas.

A viúva de Chico Silva também mencionou o esconderijo a que Capitani (1997) se refere e acrescentou que se lembrava bem, que “ficava próximo a um pé de abacate”. Além disso, relatou que todo dia “levava pra ele o café, o almoço e a janta”, o que Capitani também menciona em seu livro e Salgado reafirma em seu relato. Sebastiana contou ainda que ela e Chico deram a Capitani um chapéu típico de camponês para que ele pudesse usar para se tornar mais parecido com o perfil da população local, o que teria sido fundamental para que ele conseguisse passar despercebido pelos carros da polícia quando esta foi à região à procura dele. Perguntada sobre como aqueles jovens tinham chegado até o sítio deles, relatou que tinham sido enviados por outros. “Por ter sido um grande “amigo do Francisco”, Sebastiana acredita que Félix tenha realizado um intermédio para a ida de Capitani ao sítio”. As falas de Codarin (2019), das entrevistas de Irany e Antônio Escobar e de alguns documentos consultados para essa tese também reafirmam essa hipótese.

Ainda que não tenham se engajado organicamente no MR-8, Chico Silva e Sebastiana, além de Manoel Escobar, cumpriram um papel fundamental de apoio ao dar abrigo a esse trio de militantes que precisavam de um espaço de proteção naquele momento.

A relação entre Felix e os militantes do MR-8 não era imune a tensionamentos. Como conta Salgado, havia uma desconfiança por parte de Duarte de que Felix pudesse levar o grupo à queda. “Ele [Duarte] não gostava do Felix. Dizia que o Felix

era raposinha, quadro viciado do PC [PCB] e eu protegia o Felix (...). Ele [Duarte] tinha certa razão. O Felix era um quadro antigo, com aqueles vícios do PC, considerava a gente uns merdas e tal..." (Salgado, 1988)<sup>112</sup>.

De acordo com Nilson Venâncio, Chico Silva não chegou a ser propriamente um militante do MR-8. Apenas cedia sua casa para os militantes ficarem temporariamente, como o faziam vários outros simpatizantes na Baixada. Situação semelhante era a de Manoel Escobar. "O fato de a pessoa não ser do MR-8 não a impedia de ajudar a organização" (Venâncio, 2019). No mesmo sentido, Sebastiana enfatizou que "o negócio do velho Chico era com os sem-terra", especialmente em relação ao conflito da Fazenda São Lourenço. De fato, a defesa da reforma agrária foi a principal pauta pela qual lutou Chico até o final de sua vida.

Tais informações são também expressas pelo próprio Chico em depoimento em 26 e outubro de 1971, em um dos IPMs que investigou o MR-8<sup>113</sup>, no qual relata ter sido procurado por Felix Escobar, "a quem conhecia das atividades sindicais", para providenciar um abrigo temporário a "um indivíduo que teria tido problemas com a polícia". Tratava-se de Avelino Capitani, "que dizia chamar-se Manoel" e que inclusive "ajudava no serviço". Posteriormente chegou outro, João Lopes Salgado, identificado como "Valdeir", responsável por realizar uma "cirurgia" em Capitani, que tinha sido baleado durante uma fuga na Guanabara. Felix informou-lhe que a dupla pertencia à mesma organização clandestina de que também fazia parte. Chico, no entanto, não informou o nome MR-8 no depoimento. É possível que, se não tivesse havido repressão tão cedo, Chico tivesse se engajado de maneira mais orgânica na organização, devido às conversas desenvolvidas na convivência com os militantes. O que parece ter havido, no entanto, foi um apoio humanitário fundamentado em uma simpatia política.

Importa notar que, além da interlocução com os militantes do MR-8, Chico Silva também mantinha contato com integrantes da Frente de Libertação Nacional (FLN), uma organização menor, liderada por Joaquim Pires Cerveira, cuja intenção, segundo o SNI, era congregar diferentes organizações para empreender ações conjuntas. Daí sua parceria com a ALN e com a VPR. Um casal de militantes dessa organização,

---

<sup>113</sup> Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Vera Sílvia Magalhães, caixa 02, doc. 28.

<sup>114</sup> Depoimento de Francisco José da Silva, 26/10/1971. Disponível em BNM 190, pp. 95-7.

Albertina Rodrigues Costa e Arthur Paulo de Souza instalaram-se em um sítio, também no Tinguá, com a finalidade de construir um esconderijo subterrâneo a fim de ser usado como cativeiro de eventuais sequestros de autoridades<sup>114</sup>. Tal informação também foi relatada por uma enteada de Chico Silva, que, assim como o padrasto, frequentava o sítio. Segundo Neusah Cerveira<sup>115</sup>, filha de Joaquim, a VPR estava organizando o sequestro do embaixador alemão Von Holleben e a FLN havia ficado responsável pela logística, mas alguns dias antes da ação, um militante da VPR foi preso e revelou o esquema, o que resultou na queda do aparelho. A queda se deu entre março e abril de 1970 (Codarin, 2019).

Em seu depoimento após sua prisão<sup>116</sup>, Albertina citou os nomes de Chico e Domingos Lopes<sup>117</sup> como “pertencentes” à FLN, além de um “João de tal”, que caracterizou como “camponês local, simpatizante de esquerda”. É importante relativizar a informação sobre a organicidade de Chico e Domingos como “pertencentes” à FLN, uma vez que a relação que estabeleciam com esses militantes era mais de colaboração do que de pertencimento formal à organização. O próprio Chico, em depoimento afirmou que declinou do convite de “Miguel” (Joaquim Pires Cerveira), que, ainda segundo o mesmo depoimento, chegou na região no início de 1970, apresentando-se como o fundador da FLN.

A dupla de camponeses tinha um histórico de militância prévia em conjunto. Domingos, por exemplo, que trabalhava como caseiro do sítio, é referido como “o relações públicas dos agitadores” em uma reportagem do jornal *O Globo* sobre os conflitos fundiários do pré-64 na região<sup>118</sup>. Junto com Chico Silva, o nome de Domingos Lopes é citado em relatório do SNI com a relação dos participantes de “reuniões subversivas” na Fazenda São Lourenço mesmo após o golpe, no ano de

---

<sup>115</sup> Informação 670/CH/70 do Primeiro Exército, Segunda Seção – Prisão de Elementos Subversivos – Estouro de aparelho rural, 24/07/1970. Memórias Reveladas, Arquivo Nacional.

<sup>116</sup> “Lágrimas não comovem carrascos”. Depoimento de Neusah Cerveira. *A Nova Democracia*, Ano IX, N. 67.

<sup>117</sup> Ministério do Exército. Termo de depoimento da presa Albertina Rodrigues Costa, FLN, s/d. Disponível em BNM 083, pp. 140-3.

<sup>118</sup> Tenente reformado do Exército, natural de Curvelo, Minas Gerais, Domingos mudou-se como posseiro para a região do Xerém por intermédio de um conhecido que trabalhava como funcionário do Ministério da Agricultura na Baixada. Conforme o trabalho de conclusão de curso de um de seus netos (LOPES, 2016), Domingos passou por diversos sítios até se instalar na Fazenda da Cachoeira, onde atuou como presidente do núcleo de lavradores, e depois na Fazenda São Lourenço.

<sup>119</sup> Montou-se um dispositivo de guerra na Baixada Fluminense. *O Globo*, 04/07/1963.

1965<sup>119</sup>, e que ambos haviam respondido a inquérito do Dops no Estado do Rio de Janeiro por “atividades subversivas no meio camponês de Duque de Caxias.”<sup>120</sup>

Capitani (1997) e Salgado relatam que Chico Silva os havia alertado para a forte possibilidade de a repressão identificar a presença desses “elementos estranhos” (os militantes da FLN) em Tinguá. O próprio Chico relata em seu depoimento à Polícia do Exército que havia solicitado a Felix para que sugerisse a Cerveira retirar-se do local, “pois que isto acabaria com a paz no lugar”. Embora Felix tenha atendido seu pedido, Cerveira não aceitou a sugestão.

Salgado e Capitani contam que também estabeleceram contato com os militantes da FLN antes da chegada da repressão, em uma tentativa malsucedida de convencê-los a abortar o plano de levar o embaixador alemão para o aparelho do Tinguá. Relata Salgado:

O Chico disse pra mim: “essa coisa vai feder”. [Os militantes da FLN] andavam armados, de jipe para cima e para baixo com o revólver no corpo. Tivemos uma reunião com eles. Nessa reunião eles disseram: “Bom, vocês chegaram depois”. Eu argumentava que ali era uma área de trabalho político importante, tinha muita massa e não seria bom fazer um “aparelho” para sequestrar ninguém, pedi para que eles analisassem com a direção, dizendo que o trabalho político seria longo, que estávamos ali havia vários meses. (...) Um deles me respondeu: “Não, aqui é uma área militar, é assim que a gente concebeu. (...) Depois dessa conversa o Duarte saiu” (Salgado, 1988)<sup>121</sup>

À sua forma, Capitani (1997) conta que pediu a Chico para lhe dar mais informações e que no dia seguinte, “o seu Chico trouxe um camponês, seu amigo, que era vizinho do sítio onde estava o aparelho da FLN”<sup>122</sup>, que lhe relatou com mais detalhes a intenção da FLN de para lá levar o embaixador. Diante disso, Capitani pediu que esse camponês solicitasse um encontro com o responsável do grupo:

Vieram dois para falar comigo e se apresentaram como pertencentes à VPR<sup>123</sup>, aliados a mais um grupo comandado pelo Major Silveira (sic) [refere-

<sup>120</sup> Tal informação é um indício de que, apesar da forte repressão de que foram vítimas no imediato pós-golpe, com suas casas reviradas, prisões, torturas e inquéritos, continuavam a resistir na medida do possível.

<sup>121</sup> Informação 809/SNI/ARJ, 22/09/1965. Sem título. Memórias Reveladas, Arquivo Nacional.

<sup>122</sup> Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Vera Sílvia Magalhães, caixa 02, doc. 28.

<sup>123</sup> Trata-se provavelmente de Domingos Lopes.

<sup>124</sup> De fato, o sequestro estava sendo planejado pela VPR. A FLN estava contribuindo com a responsabilidade de providenciar a infraestrutura para alojar o embaixador enquanto refém.

se provavelmente a Joaquim Pires Cerveira] (...). Após identificar-me, tentei mostrar a fragilidade do plano:

- Companheiros, o plano de vocês está todo furado. Toda redondeza está sabendo e os que não sabem estão desconfiados. Estão arriscando a vida de todos.

- Temos que fazer esse sequestro. Está tudo planejado e vai funcionar.

Percebi que não adiantava, eles levariam o plano adiante. Quando Dino chegou, discutimos o assunto e concluímos que deveríamos nos afastar da região até eles concluírem o plano. Já estava previsto que em breve sairíamos daquele local e outro companheiro [Felix Escobar] continuaria o trabalho. (...). Dino foi à cidade e em dois dias estaria de volta para seguirmos um novo destino. Na mesma noite, percebi a movimentação do grupo. Quando passou o jipe, saí do meu esconderijo no mato [e perguntei]:

- Vocês vão para a cidade?

- É, parece que há problemas por lá.

- Mas, então, é lá mesmo que vocês não devem ir.

- Sim, mas nós precisamos de informações diretas. A gente volta já porque queremos ter uma conversa contigo.

- Tudo bem, eu já estou indo embora daqui, mas espero vocês amanhã cedo. Vou ficar aqui pelo mato e assim que ouvir o barulho do jipe, chego até a estrada.

Na manhã seguinte, como o jipe não passou, fiquei alerta. Ouvi um barulho conhecido e olhei para cima. Era o famoso aviãozinho de reconhecimento, o mesmo de Caparaó e Angra dos Reis<sup>124</sup>. Concluí que foram presos e falaram tudo. Tinha acabado de almoçar um prato de comida que a mulher do seu Chico [Sebastiana] tinha deixado na beira do mato, conforme o combinado<sup>125</sup>. Pensei em avisar os companheiros do sítio. Por precaução, segui naquela direção no meio da mata. Tinha caminhado mais ou menos metade da distância quando ouvi o barulho de carros. Subi em uma árvore e observei a casa do seu Chico. A casa estava cercada e ele estava sendo preso. Ao lado de um jipão, vi mais camponeses presos. Apressei o passo e logo ouvi gritos e tiros que vinham do sítio [do aparelho da FLN]. Cercaram o sítio e foram todos presos (Capitani, 1997, pp. 161-3).

Domingos Lopes também acabou sendo preso no dia em que foi descoberto o aparelho, junto com Chico Silva e o casal Albertina e Artur, além de outros que, por não terem sido considerados envolvidos, foram posteriormente liberados<sup>126</sup>. Domingos acabou sendo ouvido apenas “na qualidade de informante”, descrito em relatório parcial do inquérito que investigou a VPR e a FLN, como “indivíduo portador de tuberculose, de idade avançada (57 anos) e completamente ignorante, assinando o nome com dificuldade”. O relatório afirma ainda que o informante “não sabia tratar-

---

<sup>125</sup> Em Angra dos Reis, em um morro de difícil acesso, Capitani havia participado da construção de um campo de treinamento de guerrilha, no refúgio para onde foi com outros militantes logo após a fuga da Penitenciária Lemos de Brito. Ver mais em Rodrigues (2017).

<sup>126</sup> Sebastiana conta que no dia da chegada da repressão, quando foi levar o café da manhã para ele, encontrou apenas um abacate com algo escrito nele (daí a lembrança do pé de abacate ao lado do esconderijo onde Capitani ficava), mas que não foi capaz de ler a mensagem por não ter sido alfabetizada (Sebastiana Silva, Tinguá, Nova Iguaçu/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 04/06/2019).

<sup>127</sup> Informação 670/CH/70 do Primeiro Exército, Segunda Seção – Prisão de Elementos Subversivos – Estouro de aparelho rural, 24/07/1970. Memórias Reveladas, Arquivo Nacional.

se de um aparelho subversivo e, se soubesse, não faria diferença pois não sabe ou não sabia do que se tratava”.<sup>127</sup>

### 2.3 As articulações na Baixada Fluminense pós repressão

Sebastiana valorizou o fato de que “depois que acabou tudo”, Capitani lhes fez uma visita “para agradecer por tudo o que a gente tinha feito por ele”. Ele também relatou a mesma visita em seu livro de memórias:

Muitos anos depois, em 1981, visitei o velho Chico e sua mulher. Moravam no mesmo lugar e foi um encontro emocionante. Ao ver-me ficaram meio assustados, constrangidos. Perguntei o que estava havendo. - Todos nós pensamos que tinhas morrido. Fomos presos, sofremos muito e eles nos disseram que tinham te matado quando tentavas sair do cerco. Como não tivemos mais notícias tuas, acreditamos. Comecei a rir. - Então mataram-me pela segunda vez, mas estou aqui. Tivemos um abraço demorado (Capitani, 1997, p. 164).

Nilson Venâncio, por sua vez, criticou a ausência dos militantes do MR-8 nos requerimentos de reparação política de moradores da Baixada que se engajaram na organização, como Chico Silva e Felix Escobar, por exemplo<sup>128</sup>.

Capitani e Duarte conseguiram escapar da prisão e articularam uma forma de deixar a organização e o país. Por meio de uma rede de apoio, conseguiram um carro com o qual foram até Rondônia, de onde atravessaram a fronteira com a Bolívia, para seguir em direção ao Chile. De acordo com Codarin (2019), as articulações do MR-8 na Baixada continuaram por mais alguns meses com Felix Escobar, Nilson Venâncio e militantes urbanos<sup>129</sup>. Perdera-se, contudo, a perspectiva adotada por Salgado de aproximar-se de camponeses para “despertá-los a uma consciência política”. Os “recrutamentos” agora se concentraram em alguns antigos conhecidos da militância sindical prévia ao golpe, como João Joaquim Santana e Milton Costa Lopes, ambos comerciantes. A exceção foi o sogro de Santana, Joaquim Antônio da Silva, camponês

---

<sup>128</sup> BNM 428, p. 114.

<sup>129</sup> Nilson foi presidente da Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas, com sede em Duque de Caxias/RJ, voltada ao assessoramento de vítimas de violações de direitos humanos durante à ditadura para o encaminhamento de solicitações de reparação política junto à Comissão de Anistia. O mesmo faleceu no ano de 2022.

<sup>130</sup> Dentre eles, Sergio Rubens de Araújo Torres, José Gomes Teixeira, Carlos Alberto Muniz, Cesar Benjamin.

que havia sido “recrutado” pelo PCB ainda nos anos 1950 no contexto da campanha pela paz contra a bomba atômica (Venâncio, 2019).

Em depoimento atribuído a Joaquim Antônio da Silva em um dos IPMs que investigou o MR-8, em 25/10/1971<sup>130</sup>, consta que o depoente residia em Nova Iguaçu e que em fevereiro de 1971, Felix o procurou na fazenda onde trabalhava e lhe ofereceu uma “proposta para melhora de condições de vida”, mas Joaquim Antônio não aceitou. Posteriormente, foi novamente procurado, desta vez por Nilson Venâncio, a pedido de Felix. A oferta era para trabalhar em um “serviço muito bom, inclusive com trabalho em roça, que sabia ser do agrado do depoente”, e que Joaquim receberia uma “ajuda de custo”. Diante da aceitação da proposta, Nilson o apresentou para Cesar Benjamin (conhecido como Menininho por ter começado a militar aos 14 anos) e Nelson Raimundo Braga (agrônomo formado pela UFRRJ), que lhe ofereceu a possibilidade de plantar um bananal “na serra”.

Sobre a dificuldade da organização de se inserir no meio camponês da Baixada, Nilson Venâncio comentou:

O MR-8 não chegou a atuar [de fato] ali. Estava tentando se criar. Estava pegando a gente e, ao mesmo tempo, o pessoal caindo e morrendo. Eu não era um militante do MR-8 no campo. Eu até tinha influência, mas não fazia reuniões da organização no campo. Nem quando eu estava no PCdoB, eu conseguia fazer. Só o partidão. E mesmo esse, nas áreas evangélicas, não usava publicamente o nome do partido. [No pré-64], o pessoal ia de arma para lutar contra a polícia<sup>131</sup>, mas não podia botar o nome do partido, porque “comunista comia criancinha” (Venâncio, 2019).

Salgado narra sua experiência na Baixada da seguinte forma:

A primeira experiência [rural da organização] foi essa aqui de Xerém [e arredores], que deu em nada por causa desse episódio que eu te contei [a presença da FLN preparando a infraestrutura para o sequestro do embaixador alemão]. Acho que a gente foi importante do ponto de vista de recrutamento. A gente recrutou alguns quadros importantes para a organização. Tava o Nilson, tava Félix, tava o Seu Manuel. (...) E a gente decidiu sair e só continuar o trabalho de assistência aos militantes antigos, os quadros que a gente tinha conhecido. Aí veio o trabalho da Bahia (Salgado, 2017).

O trabalho a que Salgado se refere na Bahia era dividido em duas regiões, além da capital Salvador: uma no Recôncavo e outra na Chapada Diamantina. No Recôncavo, havia militantes do MR-8 em Feira de Santana, Alagoinhas e Candeias.

<sup>131</sup> Depoimento de Joaquim Antônio da Silva em 25/10/1971. Disponível em BNM 190, pp. 77-80.

<sup>132</sup> Refere-se às resistências aos despejos anteriormente referidas.

Do grupo de camponeses da Baixada que tinham interlocução com o MR-8, Felix Escobar e Nilson Venâncio se deslocaram para a Bahia. O primeiro ficou um tempo em Salvador, depois Alagoinhas e, por fim, Feira de Santana. O segundo foi para Candeias e depois se juntou a Felix em Feira de Santana.

Em 1965, Felix tinha ficado viúvo de sua primeira esposa, Raimunda, com quem tinha seis filhos. Logo depois iniciou um relacionamento com Irany Escobar, com quem teve mais dois filhos. Quando foi para a Bahia, em meados de 1970, não levou a família. Irany e vários de seus filhos foram presos, assim como Manoel Escobar Sobrinho, sua esposa e uma das filhas (Escobar; Escobar, 2019). Cabral e Lapa (1979, p. 124) também relataram a repressão sofrida pela família e vizinhos de Felix:

Em fins de 1970, durante 15 dias, a rua onde morava Felix Escobar com sua família permaneceu ocupada não por 100, mas por uns 200 homens armados de metralhadoras, rifles, fuzis. Isso causou tão grande susto nos vizinhos da família de Felix a ponto de ter gente que passou alguns dias sem sair de casa temendo ser preso ou espancado. Afinal, vários vizinhos ouviram os urros de um dos filhos do operário ao ser esbofeteado violentamente pelos homens do Exército.

Apenas depois de três meses, conseguiu articular a ida de sua nova companheira e os dois filhos pequenos. Depois de mais alguns meses, foi a vez de Antônio Escobar, que era adolescente na época. Ele conta que em Feira de Santana os militantes faziam treinamento na Serra das Agulhas: “Me convidavam pra ir, mas eu não queria ir”. Ainda segundo ele, Felix chegou a chamar os demais filhos para irem também à Bahia, mas não o fizeram porque, como já eram adultos, já tinham um projeto de vida próprio. Antônio manifestou arrependimento por ter ido: “Se eu não tivesse ido, poderia ser dono de muita coisa aqui. [Apesar de ser um adolescente], eu tinha animal e um tanto de coisas aqui. Acabei com estudo, com tudo” (Escobar, 2019).

Em Candeias, Nilson relatou ter morado com um camponês de cujas informações não se recorda. Lembra-se apenas que era um “contato da organização” e que o objetivo da ida para lá era fundamentalmente esconder-se da repressão, embora a aproximação com camponeses estivesse inserida na estratégia da organização naquele momento (Venâncio, 2018).

Uma das frases mais fortes que Irany disse em entrevista foi que durante o tempo em que acompanhou Félix, a contínua andança foi o que mais marcou a sua vida. Ela e Antônio chegaram a ficar presos em duas ocasiões por alguns dias a cada

detenção: uma em Caxias, logo depois de Felix ter ido para a Bahia<sup>132</sup>, e a outra em Feira de Santana, durante uma viagem de Felix ao Rio de Janeiro, em 1971, quando foi preso, em um ponto em Nova Iguaçu. Ele foi morto sob custódia do Estado e permaneceu como desaparecido político até dezembro de 2014, quando seus restos mortais foram identificados pela Comissão Nacional da Verdade, em parceria com a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, no Cemitério Ricardo de Albuquerque, zona norte do Rio de Janeiro<sup>133</sup>.

Joaquim Antônio e Chico Silva depois de soltos, atuaram em conjunto como importantes lideranças na luta pela terra no período da redemocratização por meio do Núcleo Agrícola Fluminense (Silva, 1998). Nilson Venâncio foi preso em 1971 e assim permaneceu até 1979, quando foi solto em função da Lei de Anistia. Manoel havia sido solto antes.

Com a ajuda das entrevistas e dos documentos analisados conclui-se que se o envolvimento prévio com o PCB, por um lado, foi um elemento facilitador do engajamento desses militantes, mas por outro, foi também fonte de desconfianças e antipatias que dificultavam o fortalecimento da organização. Além disso, experiência de repressão sobre os camponeses, ainda no pré-golpe, quando dos despejos praticados pela polícia pode ter sido outro fator dificultante para a aproximação com os camponeses.

---

<sup>133</sup> Nessa ocasião, apenas alguns dias depois, foram presos também Manoel Escobar Sobrinho, sua esposa Valduí e sua filha Olga.

<sup>134</sup> Investigação da CNV revela o destino de Félix Escobar. Portal do governo do Brasil, 28/01/2015. Disponível em: <https://bit.ly/2XIKn9D>. Acesso em 10/06/2019.

### 3 OS CAMPONESES COMO ATORES POLÍTICOS

Pra não dizer que não falei das flores

Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Somos todos iguais braços dados ou não  
Nas escolas, nas ruas, campos, construções  
Caminhando e cantando e seguindo a canção

Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Pelos campos há fome em grandes plantações  
Pelas ruas marchando indecisos cordões  
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão  
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Há soldados armados, amados ou não  
Quase todos perdidos de armas na mão  
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição  
De morrer pela pátria e viver sem razão

Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Nas escolas, nas ruas, campos, construções  
Somos todos soldados, armados ou não  
Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Somos todos iguais braços dados ou não  
Os amores na mente, as flores no chão  
A certeza na frente, a história na mão  
Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Aprendendo e ensinando uma nova lição

Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

*Geraldo Vandré*

Neste capítulo analiso como a Literatura tratou o engajamento dessa classe em ações coletivas que envolvem a luta armada, dentro da perspectiva marxista e com outras perspectivas acadêmicas sobre a temática e a produção realizada no Brasil sobre Luta Armada e Camponeses no período de 1968 a 1974.

A seguir falaremos sobre a visão política dos camponeses no século XIX pelo mundo.

### 3.1 O olhar dos Camponeses

No debate revolucionário do século XIX, havia uma divergência em relação ao papel político dos camponeses. Embora nos anos 1960, essa discussão já tivesse sido relativamente superada em função de experiências como as revoluções chinesa e cubana e pelos movimentos de libertação nacional, como o argelino, que afirmaram o protagonismo camponês nesses processos, considero importante resgatar algumas ideias centrais desse debate.

Para a teoria marxiana, o sujeito revolucionário por excelência seria o proletariado por ser ele que está no centro das contradições do modo de produção capitalista. No famoso panfleto de 1848 da Liga dos Comunistas intitulado Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (2005) escreveram:

De todas as classes que se opõem hoje à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico. As camadas médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete a sua existência como camadas médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História (Marx & Engels, 2005, p. 49).

Camponeses e pequeno-burgueses são vistos pelos autores como resíduos de uma sociedade pré-capitalista em vias de extinção. Seria apenas uma questão de tempo para que eles deixassem de existir com o desenvolvimento das forças produtivas, que os tornaria proletários ou burgueses. Esse pressuposto levava a uma perspectiva pessimista em relação à ação coletiva do campesinato, enquanto classe social.

Em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, Marx (1982) analisa as relações de disputa entre as diversas classes sociais na França no contexto entre 1848 e 1852 e, em sua reflexão, passa a conceber a existência de diferentes perfis de camponeses: conservadores e revolucionários, deixando claro que a dinastia de Bonaparte representava, não o camponês revolucionário, aquele que lutava para fugir de sua condição social, a pequena propriedade<sup>134</sup>, mas o camponês conservador, que

---

<sup>135</sup> Para Marx, o camponês revolucionário era, em última instância aquele que lutava para deixar de ser camponês, ou seja, que se juntava ao proletariado, pois esse seria obrigatoriamente, em função do avanço do capitalismo no campo, o seu destino final.

objetivava manter-se na propriedade. Ainda assim, porém, os camponeses considerados revolucionários não teriam capacidade suficiente para agir politicamente com autonomia. Eles deveriam ser liderados pelo proletariado, que seria seu “dirigente natural”, cuja tarefa era derrubar o regime burguês.

Um debate marcante na história desse tema ocorreu na segunda metade do século XIX entre os chamados populistas russos<sup>135</sup> e os bolcheviques a respeito do papel do campesinato na revolução. Uma característica central dos populistas era a visão de que classe fundamental no processo revolucionário na Rússia deveria ser o campesinato, não sendo necessário o “desenvolvimento das forças produtivas” de que falava Marx, ou seja, seria possível chegar ao socialismo sem precisar passar pelo capitalismo (Reis, 2002). Os populistas defendiam as comunas por considerarem que suas qualidades (a democracia direta e a proteção dos indivíduos pelo coletivo) eram a semente do socialismo (Silva, 2012).

Para defender suas ideias, os populistas argumentavam que a realidade na qual Marx se baseou para postular o fim do campesinato era a ocidental, diferente da Rússia, e que se tivesse tomado como base a realidade russa, teria chegado a outras conclusões.

O debate prossegue com a publicação, em 1896, de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (Lenin, 1982), obra em que o principal líder da revolução russa argumenta contra os populistas e as reformas promovidas pelo czar. Para Lenin, seria impossível lutar contra o fim das relações comunitárias características do mir<sup>136</sup>. Pensar, portanto, que essa forma organizativa pudesse ser a base para a revolução seria um equívoco. Tentar salvar a pequena propriedade camponesa seria uma ilusão, pois, cedo ou tarde, o capitalismo iria fazê-la sucumbir. Ademais, Lenin via nas comunas diversos fatores que lembravam resquícios da servidão feudal, o que corroborava com a tese de que estariam caminhando para o fim em função do avanço das relações capitalistas no campo, que gerava uma subordinação da produção

---

<sup>135</sup> Também conhecidos como Narodniki, que significa “ir ao povo”, os populistas russos se deslocaram ao campo para mobilizar camponeses para se juntar ao processo revolucionário. Sua atuação se concentrou na década de 1870 e pode ser considerada uma das primeiras experiências na história comparáveis às experiências dos militantes brasileiros em questão nesta tese. Ver mais em Pedler (1927).

<sup>136</sup> Foi fundada em 15 de agosto de 1965 e atuou como um movimento de tipo vanguardista dos setores operários e camponeses até a década de 1970. O MIR era bastante influenciado pelo modelo político surgido com a Revolução Cubana e o surgimento de movimentos guerrilheiros na América Latina.

agrícola ao capitalismo: “a concorrência, a luta pela independência econômica, a monopolização da terra, a tendência à concentração da produção nas mãos de uma minoria, a proletarização da maioria e sua exploração pela minoria (...)” (Silva, 2012, p. 114).

Essa visão de Lenin, no entanto, não implicava em uma compreensão de que os camponeses não tivessem um papel no processo revolucionário, como pensavam algumas lideranças do Partido Socialdemocrata Russo<sup>137</sup>. Em um texto de 1901, intitulado *O Partido Operário e o Campesinato*, Lenin escreve: “Os pequenos camponeses não podem libertar-se do jugo do capital senão aderindo ao movimento operário e ajudando os operários a lutar pelo regime socialista (...)” (Lenin, 1961, p. 53). Desse modo, o papel da socialdemocracia seria lutar contra a situação de opressão sofrida pelos camponeses. Para isso, deveria levar a luta de classes ao campo, onde, na sua compreensão, ela se expressava de duas formas: entre operários rurais e empregadores rurais e entre camponeses e latifundiários. A primeira em crescimento, a segunda em diminuição.

Lenin defendia que o Partido Operário Socialdemocrata Russo incorporasse em seu programa a defesa da libertação efetiva dos camponeses e que isso não causaria, como diziam seus oponentes dentro do partido, um desvio de foco na luta revolucionária. Na disputa com os populistas, as teses de Lenin saíram vitoriosas, o que ajuda a compreender as experiências de coletivização forçada, a que foram submetidos os camponeses da Rússia e dos diversos países da Europa Oriental que passaram por revoluções socialistas.

O debate sobre como os partidos revolucionários deveriam atuar com os camponeses ganhou força não apenas na Rússia, mas também no interior do Partido Socialdemocrata Alemão, no qual Karl Kautsky<sup>138</sup> firmava-se como importante quadro.

---

<sup>137</sup> Em 1903, este partido passou por um processo de divisão interna que resultou em dois grupos principais: os mencheviques (minoridade) e os bolcheviques (maioria). Dentre os primeiros, liderados por Plekhanov e Martov, predominava a defesa da estratégia de participar ativamente dos espaços políticos, esperar o desenvolvimento das forças produtivas, e só então protagonizar a revolução. Os bolcheviques, por sua vez, liderados por Lenin, defendiam a tese de que os trabalhadores só chegariam ao poder pela ação revolucionária instaurando a ditadura do proletariado, com a ajuda do campesinato. O Partido Comunista da União Soviética veio a ser fundado posteriormente a partir da articulação de lideranças ligadas a este segundo grupo.

<sup>138</sup> Karl Johann Kautsky (Praga, 18 de outubro de 1854 — Amsterdã, 17 de outubro de 1938) foi um filósofo tcheco-austriaco, jornalista e teórico marxista e um dos fundadores da ideologia social-democrata. Foi uma das mais importantes figuras da história do marxismo, tendo editado o quarto volume do *Das Kapital*, de Karl Marx, as *Teorias de Mais-Valia*, que continha a avaliação crítica de Marx às teorias econômicas dos seus predecessores.

Ele discutia se a teoria de Marx, elaborada com base em contextos industrializados, poderia ou não ser aplicada para entender o problema agrário. Kautsky corroborou a tese de Marx de que o destino dos camponeses era a proletarização e acrescentava que as grandes explorações capitalistas nas quais os camponeses se tornariam trabalhadores assalariados seriam as precursoras das cooperativas socialistas. Por mais que os camponeses lutassem contra essa tendência, seu destino seria inevitavelmente a proletarização. E seria justamente esse processo de coletivização no trabalho assalariado que tornaria os camponeses mais tendentes à luta revolucionária (Kautsky, 1898/1980).

De acordo com Berriel (2007), embora tenha sido inicialmente na Rússia e na Alemanha que o debate se desenvolveu, foi o Partido Operário Francês<sup>139</sup> o primeiro a elaborar, em 1892, um programa agrário que visava atingir politicamente os camponeses<sup>140</sup>.

Engels, apresenta o caráter reacionário que o campesinato vinha assumindo ao longo da história, citando, por exemplo, o caso trabalhado por Marx (1982) no famoso texto do 18 Brumário, em que os camponeses franceses garantiram a eleição de Luiz Bonaparte e a criação do Segundo Império. Apesar disso, tendo em vista a importância do campesinato mencionada anteriormente, Engels propôs que, para tomar o poder, o partido socialista precisava “ir da cidade para o campo e aí converter-se numa potência” (1981, p. 60).

Com textos escritos entre 1919 e 1926, Gramsci (1987) também deu contribuições ao debate sobre o papel dos camponeses no processo revolucionário. Para ele, a “psicologia do camponês” seria uma “pequeníssima soma de sentimentos primordiais”, tendo vivido sempre “fora do domínio da lei, sem personalidade jurídica, sem individualidade moral”, como um “elemento anárquico, o átomo independente de um tumulto caótico, freado somente pelo medo da polícia e do diabo” (1987, p. 70). Por essas razões, a população do campo não compreendia os elementos necessários para participar do processo revolucionário como a organização, o Estado e a

---

<sup>139</sup> O Partido Operário Francês, que existiu entre 1880-1902, foi um partido político francês da Terceira República e primeiro partido marxista da França. Partido revolucionário, seu objetivo era abolir o capitalismo e fundar uma sociedade socialista e comunista.

<sup>140</sup> De acordo com Engels (1981), esse programa defendia que os operários agrícolas deveriam ter direito a um salário mínimo, que deveriam ser instalados tribunais industriais rurais, proibição da venda de terrenos comunais, pensões por aposentadoria ou invalidez mantidas por um imposto a ser cobrado dos latifundiários, dentre outras propostas.

disciplina. Na sua concepção, o camponês era “(...) selvagemmente impaciente e violento na luta de classe, incapaz de se propor um objetivo geral de ação e de persegui-lo com perseverança e luta sistemática”, mas isso não significava que ele não pudesse mudar. Os camponeses russos, por exemplo, teriam modificado esse perfil após sua participação nos conflitos da revolução de 1917: “Os instintos individuais egoístas foram atenuados, modelou-se um espírito unitário comum, os sentimentos se identificaram, formou-se um hábito de disciplina social” (Gramsci, 1987, p. 71).

Observando o contexto brasileiro a partir de Gramsci, temos que a tarefa dos intelectuais orgânicos brasileiros junto aos camponeses seria promover justamente esse processo de atenuação do individualismo e de fortalecimento da coletividade em prol do movimento revolucionário. Diferentemente de Lenin, no entanto, Gramsci propunha a luta revolucionária com base em conquistas progressivas, disputando a hegemonia, com menos centralidade para a luta armada.

Outro ator político central no debate sobre o papel do campesinato no processo revolucionário foi líder de uma das mais influentes revoluções, a chinesa. Mao Tse Tung defendia que, para o contexto chinês, marcado pela predominância de uma economia agrária, o campesinato era o ator chave para o projeto comunista.

Fanon (1968) foi um dos atores políticos que mais se diferenciaram da abordagem clássica do marxismo a respeito dos camponeses. Escrevendo sobre a Revolução da Argélia<sup>141</sup> e no processo de luta pela descolonização daquele país (especialmente entre 1954 e 1962), o autor defendia que antes de a resistência à colonização ser uma violência, o processo colonizador foi mais violento em função da exploração e da apropriação das riquezas, causa de tanto sofrimento para os argelinos. Portanto, se a colonização era um processo violento, a descolonização, por consequência, também deveria ser. Daí a legitimidade das ações armadas na luta pela independência do país ou pela revolução.

Nesse sentido, os camponeses seriam os mais dispostos a assumir o protagonismo dessa resistência para a descolonização por meio da violência: “(...) nos países coloniais, só o campesinato é revolucionário. Nada tem a perder, tudo tem a ganhar. O camponês, o desclassificado, o faminto é o explorado que mais depressa

---

<sup>141</sup> A Guerra de Independência Argelina, também conhecida como Revolução Argelina ou Guerra da Argélia, foi um movimento de libertação nacional da Argélia do domínio francês, que tomou curso entre 1954 e 1962.

descobre que só a violência compensa” (Fanon, 1968, p. 46). Sua tese era a de que, como o campesinato nunca tem a oportunidade de negociar e está sempre excluído de qualquer tipo de afago, seja dos colonizadores, seja dos partidos políticos (mesmo os de esquerda), não haveria para ele “possibilidade de arranjo” ou aliança de modo a acalmar o sentimento de indignação e revolta. Daí a tese da maior propensão do campesinato para o engajamento na violência política.

Por ter contrariado a previsão de Marx e Engels ao ter resistido ao desenvolvimento do capitalismo, o campesinato tornou-se o calcanhar de Aquiles da teoria marxista, vindo a ganhar ainda mais centralidade em meados do século XX quando diversos países predominantemente agrários, com destaque para China e Cuba, realizaram suas revoluções contando com o protagonismo camponês e servindo de inspiração para os movimentos revolucionários latino-americanos.

Na parte a seguir iremos abordar como se deu a relação entre os Camponeses e a Revolução baseados em diversas concepções de vários estudos acadêmicos acerca dessa temática.

### **3.2 O debate acadêmico sobre a relação entre Campesinato e Revolução**

A relação citada acima tornou-se objeto de discussão acadêmica nos anos 1960 a partir das contribuições de Alavi (1965), Shanin (1979), Moore Jr. (1973), Wolf (1984) e Hobsbawn (1978; 1998). Nas décadas seguinte, deram continuidade às reflexões Migdal (1974), Paige (1975), Scott (1977) e Skocpol (1982).

Alavi (1965) refletiu sobre a relação entre campesinato e revolução a partir de uma perspectiva não essencialista. Dialogando com Fanon (1968) à luz das experiências russa, chinesa e indiana, o autor propõe ir além da pergunta a respeito do perfil e da respectiva tendência política do campesinato – se ele é conservador ou reacionário – e procurar entender em que condições ele se torna um sujeito político com tais ou quais características. No entanto, nas suas conclusões, discute as implicações políticas de algumas características dos camponeses. Os pobres, por não possuírem terra ou por possuírem em extensões insuficientes, tornam-se dependentes dos proprietários das terras onde trabalham ou para os quais vendem sua força de trabalho. Para Alavi, essas características dificultam seu engajamento em ações revolucionárias. Comparando-se com o proletariado urbano, que goza de

relativo anonimato, o camponês pobre não pode, por exemplo, optar por uma posição de maior enfrentamento sem arcar com as retaliações que sofrerá dos proprietários de terras de que depende para sobreviver. Os camponeses médios, por sua vez, por serem relativamente independentes, terem sua propriedade de terra e seus interesses serem muitas vezes contrapostos aos latifundiários seriam aqueles que reuniriam as características que mais facilitariam o engajamento revolucionário.

Shanin (1966; 1979) discute as fragilidades da atuação política do campesinato em função de sua segmentação vertical e da diversidade de interesses no interior das comunidades, o que dificulta as ações coletivas baseadas no critério de classe. Estabelecendo-se uma gradação nos níveis de “classissidade”, o campesinato estaria, comparativamente ao proletariado, em um patamar inferior. Por outro lado, destaca o autor, os camponeses possuem pontos fortes como o “monopólio da produção de alimentos” e sua expressividade numérica no contingente populacional<sup>142</sup>. Nesse sentido, embora o prevalescente sejam suas debilidades políticas, não se pode considerar o campesinato como politicamente impotente, nem suas ações podem ser esquecidas, já que “não são apenas os vitoriosos e os governantes que determinam a realidade política” (Shanin, 1979, p. 230).

Moore Jr (1966; 1983) também contribuiu com o tema em seu estudo sobre o papel dos camponeses e senhores nos processos sociais formadores das instituições políticas modernas. Por meio do método histórico-comparativo, analisou o papel dessas duas classes nas seguintes situações históricas: nas revoluções burguesas que levaram a democracias capitalistas (Inglaterra, França e EUA); nas revoluções burguesas abortadas que levaram ao fascismo (Alemanha e Japão); nas revoluções camponesas que levaram ao comunismo (Rússia e China) e uma quarta situação histórica, a da Índia, onde não houve nenhuma dessas revoluções. Uma comparação entre este último caso com a China, por exemplo, permitiu ao autor se perguntar por que na China houve uma revolução camponesa e na Índia não, a despeito de os camponeses serem explorados em ambos os países. Uma de suas perguntas fundamentais era: que tipos de estruturas sociais e situações históricas produzem revoluções camponesas e quais as inibem ou impedem?

---

<sup>143</sup> Destaque-se que o contexto que serviu de base para as afirmações é o dos anos 1960. Atualmente os camponeses já não possuem nem mais o monopólio da produção alimentícia, nem mais compõem a maioria da população.

Sua tese é de que a maior parte das explicações para essa pergunta se concentram demasiadamente nos camponeses, apontando para sua condição econômica ou religiosa e esquecendo a relação entre a classe camponesa e a dos senhores rurais: “antes de observarmos os camponeses, teremos de observar toda a sociedade” (Moore Jr, 1983, p. 451).

Wolf (1984) foi um dos autores que mais contribuiu para a elaboração da problemática desta pesquisa. Para o autor, todas as experiências analisadas em sua obra (México, Rússia, China, Argélia, Cuba e Vietnã) constituíram uma resposta ao avanço do capitalismo no campo, que mercantilizou a terra e o trabalho. Sua tese central é a de que há um perfil específico do campesinato mais propenso ao engajamento em rebeliões ou movimentos revolucionários, qual seja, aquele que possui certa estabilidade econômica, uma espécie de “campesinato médio”. Em convergência com Alavi e Moore Jr., afirma Wolf: “Uma rebelião não pode partir de uma impotência completa; os fracos são vítimas fáceis” (1984, p. 347).

De acordo com essa interpretação, o camponês só tomará partido pela rebelião se enxergar a existência de um poder externo em que possa confiar para desafiar o poder que o constrange localmente (o senhor da terra, por exemplo). A esses atores vindos de fora, Wolf chama de “mediadores que fazem a ponte entre a aldeia camponesa e a sociedade mais ampla da qual faz parte”. No caso da revolução russa, esse poder externo foi representado pelo colapso do exército nacional em 1917 e pelo refluxo dos camponeses-soldados, armados, às suas aldeias. Na revolução chinesa, foi representado pelo Exército Vermelho Chinês. “Onde um tal poder externo existir, o camponês pobre e o lavrador sem terra terão lugar para movimentar-se; onde estiver ausente, estarão quase que totalmente coagidos” (1984, p. 348).

Hobsbawn também se propôs a pensar o tema. Ainda nos anos 1950 ele já havia feito um estudo sobre as diversas formas de rebelião, que chamou de “primitivas” (Hobsbawn, 1970), mas foi só em artigo publicado em 1973 (Hobsbawn, 1978) que se propôs a pensar especificamente a relação do campesinato com a política procurando responder às seguintes questões: o que acontece quando os camponeses tradicionais se envolvem com a política moderna? Até que ponto se pode falar em campesinato como uma classe social? Para refletir sobre essas perguntas, trabalha com a ideia de que uma das principais fragilidades políticas dos camponeses é o caráter geralmente local de suas ações. Ela apenas se tornaria mais ampla por meio de alguma “força externa – natural, econômica, política ou ideológica” ou quando

um número significativo de comunidades ou aldeias fossem estimuladas a agir conjuntamente no mesmo sentido.

Assemelhando-se a Alavi, Hobsbawn (1978) pontua que o problema central não é saber se os camponeses são sujeitos políticos ativos ou passivos. Eles podem ser as duas coisas. A questão estratégica é saber em que momento é possível passar de uma para outra. E isso depende de uma avaliação da situação política. Nesse sentido, para o historiador britânico, os camponeses são muito capazes de fazer avaliações políticas locais, porém têm dificuldades de fazê-lo em âmbitos mais amplos, que podem determinar as situações locais. Daí mais uma vez a necessidade, como destacou Wolf (1984), dos mediadores externos para auxiliar nessa tarefa.

Partindo de estudos empíricos realizados no México e na Índia, Migdal (1974) procura entender a relação entre campesinato e revolução a partir das mudanças pelas quais passaram as comunidades camponesas, ou seja, uma intensificação das relações com o mundo externo a elas. O envolvimento camponês na política é analisado pelo autor como produto das consequências dessa abertura camponesa ao mundo externo às aldeias, especialmente com o mercado moderno, que gerou, dentre outras implicações, o aumento da dependência dos camponeses ao dinheiro, à necessidade de uma melhor infraestrutura e mais acesso a tecnologias de produção e de comunicação. Por isso, para o autor, quanto mais rápidas as mudanças pelas quais passam os camponeses, maior a facilidade dos revolucionários organizá-los. Tributário da teoria da escolha racional, sua principal tese é que os camponeses participam de movimentos revolucionários institucionalizados porque buscam “solucionar determinados problemas individuais e locais por meio de incentivos imediatos oferecidos pelas organizações revolucionárias” (Migdal, 1974, p. 229).

Para Migdal, é necessário que a liderança dos revolucionários se sobressaia em relação às demais devido aos riscos envolvidos na cumplicidade dos camponeses para com os revolucionários. É preciso ainda que estes criem novas instituições que substituam as instituições estatais existentes a fim de minar o controle e o poder do Estado sobre seu território e viabilizar progressivamente a tomada do poder. Nesse sentido, o autor levanta uma hipótese que pode ajudar a compreender por que as tentativas de empreender um processo revolucionário no Brasil não avançaram:

Se revoluções camponesas institucionalizadas foram largamente mal sucedidas nos anos 1960, não foi porque os governos estariam agora lidando com as deficiências e a exploração sofrida pelos camponeses, mas porque os governos preveniram que os revolucionários institucionalizassem

processos de troca social em curso. Além disso, alternativas de mobilidade dos camponeses por meio da emigração também diminuíram as oportunidades para os revolucionários atraírem elementos inovadores para os camponeses (Migdal, 1974, p. 264).

Paige (1975, p.9), por sua vez, argumenta que os autores que o precederam<sup>143</sup> elaboraram “diferentes tipologias da organização agrícola e das relações de classe, mas não teorias sobre a relação entre essas duas variáveis”. Diante disso, com base em estudos de casos no Peru, Angola e Vietnã, elaborou o que chamou de uma “teoria dos conflitos de classes rurais”. Seu foco são os países cuja economia caracteriza-se por uma agricultura de exportação, segundo ele, a principal maneira por meio da qual as populações rurais estabelecem relação com o mercado e, por consequência, a principal fonte de mudanças socioeconômicas: novas formas de agricultura de exportação criaram novas classes sociais, destruíram outras e criaram novos padrões de conflito de classes.

Skocpol (1979) contribuiu para o tema a partir de um estudo comparativo entre as revoluções francesa, russa e chinesa. Embora seu foco central não tenha sido o papel dos camponeses, eles compõem uma dimensão chave de seu argumento. Para ela, nos casos que analisou, a participação camponesa teve peso decisivo por dois fatores novos para a história dos três países: sua extensão para o nível extra-local e sua relação de antagonismo com as classes superiores. Além disso, ela joga luz para as implicações do desenvolvimento do capitalismo nas relações entre Estados no nível global e entre classes no nível local. Nesse sentido o imperialismo foi notado pela autora como um elemento impulsionador de revoluções de base camponesa nos países vítimas dessa forma de relação internacional.

Para finalizar, destaco a perspectiva proposta por Scott (1977). Partindo do pressuposto de que a maior parte das revoluções do século XX foram revoluções camponesas, uma vez que o campesinato foi seu ator central, como ocorreu em países como a China, Vietnã, México e Angola, o autor identifica um paradoxo em relação à teoria marxista ortodoxa que enxergava não no campesinato, mas no proletariado a classe por excelência revolucionária. Sua proposta analítica é, portanto, resolver tal paradoxo. Para ele, o fato de que tais revoluções ocorreram em países predominantemente agrários, com uma classe proletária numericamente pequena, ajuda a entender por que o proletariado não foi o agente social da revolução. Por outro

---

<sup>143</sup> Refere-se a Julian Steward e associados, Arthur Stinchcombe e Eric Wolf. Ver mais em Steward [et. al.] (1956), Stinchcombe (1961) e Wolf (1969/1984).

lado, a leitura que o autor faz não esclarece o motivo pelo qual o campesinato se tornou o principal fator para a mudança do regime. Da mesma forma, a variável demográfica não explica as razões pelas quais o proletariado dos países industrializados tampouco conseguiu empreender uma revolução. De maneira oposta a Migdal (1974), a tese de Scott (1977) para explicar o protagonismo camponês nessas revoluções é a de que:

o relativo isolamento do campesinato da vida institucional e cultural do Estado e suas elites dirigentes significou que, como classe, o campesinato tem estado mais imune do que o proletariado à hegemonia (no sentido atribuído por Gramsci) social e cultural das classes dominantes. Além disso, o isolamento não tem implicado em ausência de capacidade de ações coordenadas na defesa de seus interesses de classe. Uma série de conexões informais, como os mercados locais, laços de parentesco, direitos de uso comum, seitas religiosas e peregrinações, padrões de pequeno comércio e migrações sazonais têm geralmente garantido a rede social para a ação mútua (1977, p. 270).

Uma ideia comum a boa parte dos autores discutidos é a necessidade de uma organização externa para liderar os camponeses no sentido de caminharem coletivamente em uma esfera mais ampla que a local, para uma direção específica. Tal constatação pode ser um indício de que o leninismo não influenciou apenas atores políticos ao redor do mundo, mas também acadêmicos que se propuseram a analisar o tema, com exceção de Scott, cuja proposta é crítica a essa perspectiva.

A partir de um ponto de vista mais regional, falaremos como as ideias revolucionárias partiram do Velho para o Novo Mundo.

### **3.3 América Latina: Camponeses e a Revolução**

Na América Latina, o debate sobre campesinato e revolução foi inaugurado por Mariategui (1928; 1975), com sua clássica obra intitulada *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, cuja intenção, segundo o próprio autor, era a de “contribuir para a criação do socialismo peruano” (1975, p. XXII). Embora focado no contexto de seu próprio país, sua análise é considerada o primeiro esforço de adaptação da teoria marxista ao contexto latino-americano. Para isso chamou atenção para a importância da população indígena e defendeu que a análise sobre o que ele chamou de “problema do índio” deveria ser realizada na chave do “problema da terra”. Segundo ele, a revolução que levou à independência do Peru não colocou uma nova

classe no poder, pois fora fruto de uma aliança entre burgueses e latifundiários, que não levaram em conta as reivindicações dos camponeses e indígenas. Embora se pretendesse liberal, a revolução manteve o domínio do latifúndio e anulou medidas de proteção da pequena propriedade. Para Mariategui, a transição para o socialismo poderia ocorrer através das formas de coletivismo tradicionais, praticadas pelos indígenas.

Ao longo do século XX, boa parte dos países latino-americanos foi palco de tentativas de mobilização dos camponeses para processos revolucionários, especialmente após a vitória da Revolução Cubana em 1959, que motivou a criação de diversas organizações políticas no continente. Dentre as de maior destaque estão: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)<sup>144</sup>, fundadas em 1964 e ativas até hoje; as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)<sup>145</sup>, da Venezuela, criadas em 1962; o Exército de Libertação Nacional (ELN)<sup>146</sup>, da Bolívia, fundado em 1966; o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, do Uruguai; o Partido Revolucionário dos Trabalhadores – Exército Revolucionário do Povo (PRT-ERP), da Argentina; e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), do Chile, os três últimos fundados no ano de 1965. Trata-se de um momento de expansão dos partidos e organizações comunistas na América Latina, em um contexto de Guerra Fria e de disputas entre a China e a União Soviética. É certo que nem todas as organizações colocavam o campesinato e a guerrilha rural como prioridade, mas o sucesso das revoluções chinesa e cubana estimulavam a maioria das organizações a seguir esse caminho.

Ao analisar a participação política dos camponeses na América Latina, Wolf (1973; 2001) sublinhou as implicações políticas do sistema de produção baseado nas haciendas, ainda que em declínio na segunda metade do século XX. Para ele, a atuação camponesa foi mais relevante em função dos questionamentos ao sistema de poder do que em função de seu caráter propriamente revolucionário. Antes dele,

---

<sup>144</sup> As FARC foi fundada por Pedro Antonio Marín, mais conhecido como Manuel Marulanda (1928-2008) e Jacobo Arenas (1924-1990) e 48 camponeses da região colombiana de Marquetália. De orientação marxista, os guerrilheiros acreditavam na luta armada para tomar o poder e construir uma sociedade de caráter socialista.

<sup>145</sup> As Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) foi uma organização de atuação muito breve, sua vida orgânica foi de 1967 até 1969.

<sup>147</sup> Ernesto Che Guevara foi morto lutando nessa organização em 1967 ao tentar espalhar a experiência cubana para o restante da América Latina.

Falsborda (1968; 2015) também já havia se debruçado sobre o que chamou de “revoluções inconclusas” da América Latina e apontado para o êxodo rural e a relativa melhora de vida dos camponeses que migraram para as cidades como elementos explicativos para o não avanço dos processos revolucionários iniciados no continente, uma vez que tal processo serviu como uma espécie de “válvula de escape” para os conflitos agrários. Segundo ele, esses migrantes teriam, em geral, assimilado a ordem estabelecida e contribuído para a vitória das forças conservadoras. O distanciamento dos intelectuais e das universidades em relação às classes populares também é apontado pelo autor como um obstáculo para os movimentos revolucionários no continente.

Ianni (1985), discorda da ideia de “revoluções inconclusas” proposta por Falsborda. Para a autora, elas não teriam ficado pela metade, mas tomado caminhos distintos dos inicialmente almejados e terminaram de outra forma. Ela interpreta que a Revolução Cubana, foi no continente, a única capaz de implantar o socialismo. Em função da adaptação de ideias ocorrida entre a liderança revolucionária e o movimento camponês no sentido da construção de uma plataforma unificada, o processo não ocorreu nas demais experiências latino-americanas.

Pensando igualmente com Scott (1979), diversos estudos trataram deste descompasso entre direção e base camponesa das organizações. Um deles é o de Castor (1998), sobre a participação camponesa nas organizações revolucionárias do Haiti durante a ditadura de François Duvalier (1957-1971), sendo a principal delas o Partido do Entendimento Popular (PEP)<sup>147</sup>, de orientação marxista-leninista. Dentre as razões apontadas pela autora para o insucesso desses intentos estão o foco demasiado restrito no militarismo, em detrimento do trabalho político, a subestimação das forças repressivas e o hiato entre as orientações teóricas e a prática junto ao campesinato<sup>148</sup>.

---

<sup>147</sup> Partido de orientação marxista, que teve sua origem no Haiti com a finalidade de organizar a luta camponesa.

<sup>149</sup> Segundo Castor (1998), a luta armada via guerra de guerrilhas como estratégia prioritária para a luta contra Duvalier foi adotada pelo PEP em 1966. Para isso, seguindo a tendência das organizações revolucionárias a nível internacional, também atribuíram ao campo e ao campesinato um papel central no processo revolucionário. O movimento chegou a avançar em algumas ações: parte dos camponeses interromperam o pagamento da corvéia e de outros impostos relativos ao uso da água, enfrentaram coletores de taxas, negaram-se a trabalhar em terras griladas, incendiaram plantações, tentaram recuperar terras griladas e justificaram alguns dos representantes do regime de Duvalier. A resposta do governo, no entanto, foi a intensificação da violência repressiva. Ainda em 1969 a resistência armada já estava praticamente desmantelada.

Inseridas nesse mesmo contexto, as organizações revolucionárias brasileiras possuíam características semelhantes, uma vez que seus militantes estabeleciam intercâmbios com experiências de países vizinhos como Venezuela e Colômbia e compartilhavam boa parte das inspirações teóricas e empíricas.

A seguir iremos abordar a produção acadêmica produzida no Brasil sobre a temática da Luta Armada e dos Camponeses no período dos anos de 1968 a 1974.

### **3.4 Produção sobre Luta Armada e Camponeses no Brasil dos anos 1968-1974**

Em um dos primeiros trabalhos sobre a esquerda armada no Brasil dos anos 1960-70, Jacob Gorender (1987) apresenta um histórico de cada organização desde o PCB e suas dissidências, passando pela eliminação de cada uma pelas Forças Armadas, até o que ele chama de “os embriões da autocrítica”. Embora o tema da guerrilha rural não tenha sido seu foco, o autor apresenta uma síntese de como cada organização compreendia essa estratégia. Para ele, o PC do B foi o único que definiu como estratégia central a guerrilha rural, enquanto as demais, embora a tivessem como horizonte de luta, priorizavam em um primeiro momento a guerrilha urbana.

A tese de Marcelo Ridenti defendida em 1989 e transformada em livro em 2010 focou nas implicações das origens sociais dos militantes das organizações armadas para sua atuação política e destacou a predominância de oriundos da classe média, sobretudo de estudantes. No capítulo em que analisa a inserção das esquerdas armadas nas bases da sociedade, o autor baseia-se nos processos judiciais sistematizados pelo projeto *Brasil Nunca Mais* (BNM) para observar a quantidade de “subversivos” denunciados nas diversas categorias sociais: operários, mulheres, ex-militares e camponeses. No caso destes últimos, Ridenti destaca a ausência de reflexão teórica por parte dos militantes acerca da realidade rural brasileira, o que resultava na não percepção das transformações resultantes do avanço das relações capitalistas de produção no campo e em uma consequente dificuldade de planejamento estratégico para atuação nessa área.

Essa pode ter sido uma das razões para o que Ridenti (2010) classificou como uma participação modesta dos camponeses na luta armada, já que, do total de 3.698 denunciados nos inquéritos policiais militares (IPMs), apenas 88 (2,4%) eram do campo, em um momento em que 43% da população vivia na zona rural. O autor

pondera que a proporção de denunciados não corresponde necessariamente à proporção de participantes, uma vez que muitos podem ter se engajado e não terem sido denunciados pela justiça militar. Isso não seria suficiente, no entanto, para acreditar que a proporção de camponeses participantes das organizações armadas seja muito maior do que o que apontam os dados do BNM, visto que a ausência de denúncia ocorreu também com militantes urbanos.

Sales (2005) analisou a forte influência da revolução cubana (processo político em que a guerrilha rural foi central) no debate ideológico e nas formulações políticas das organizações comunistas no Brasil dos anos 1960 e 1970. As organizações apontadas pelo autor como as que mais se inspiraram no modelo cubano foram a Ação de Libertação Nacional (ALN)<sup>149</sup>, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)<sup>150</sup>, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), a Ala Vermelha do PC do B<sup>151</sup> e o Comando de Libertação Nacional (Colina)<sup>152</sup>. Sales aponta que até mesmo o PC do B, um dos principais representantes do maoísmo no Brasil, apresentou diversas semelhanças com o modelo cubano em sua experiência com os camponeses na região do Araguaia.

Além desses trabalhos que trataram da guerrilha rural de maneira mais ampla nas diversas organizações da esquerda armada brasileira, outros estudos foram realizados com foco mais específico em casos particulares, com predominância sobre

---

<sup>149</sup> Ação Libertadora Nacional, também pela sigla ALN, foi uma das organizações revolucionárias com orientação comunista que tiveram atuação no Brasil durante o período do Regime Militar (1964 a 1985). Se utilizavam dos métodos da guerrilha urbana, realizando assaltos, sequestros e ações terroristas. A ALN, tinha como principal comandante Carlos Marighella, sendo formada em 1968 a partir de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Além de Marighella, outros dois importantes comandantes da facção foram Carlos Joaquim Câmara Ferreira e Carlos Eugênio da Paz.

<sup>150</sup> As origens do PCBR remontam aos primeiros tempos após 1964, quando seu principal dirigente, Mário Alves, jornalista e intelectual de forte prestígio na Executiva do PCB, começou a se opor às posições de Luís Carlos Prestes no Comitê Central, formando a chamada Corrente Revolucionária. Após ser ter suas propostas derrotadas no VI Congresso do PCB, iniciou-se o debate para a constituição formal do PCBR, que se deu em abril de 1968, no Rio de Janeiro.

<sup>151</sup> O Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC do B - AV ou simplesmente Ala), foi uma organização de esquerda, de orientação marxista, atuante no Brasil entre os anos 1960 e 1980.

<sup>152</sup> Comando de Libertação Nacional (COLINA) foi uma organização de origem guerrilheira brasileira de extrema-esquerda, composta basicamente por estudantes universitários mineiros, que lutou contra a ditadura civil-militar brasileira instalada em 1964, e que por meio da luta armada e de focos de guerrilha urbana e rural tinha a pretensão de reestabelecer as ordens democráticas ao país. Teve origem em 1967 no estado de Minas Gerais a partir da fusão com outra organização de esquerda, POLOP, abraçando as ideias defendidas pela OLAS, executando, desde 1968, ações armadas urbanas para levantamento de recursos para guerrilha no campo.

os casos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)<sup>153</sup>, na Serra do Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo, entre 1966 e 1967, e do PC do B, na região do Rio Araguaia, entre 1967 e 1974.

Além dos estudos sobre Caparaó e Araguaia, alguns trabalhos também foram desenvolvidos sobre outras organizações que tentaram formar grupos de guerrilha rural. Ferreira (2014) analisou a atuação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) em Pernambuco e reservou um subitem de sua dissertação para analisar o trabalho dessa organização no campo, que se dava fundamentalmente com os assalariados agrícolas dos engenhos de cana.

Sobre a atuação das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)<sup>154</sup> na região de Ribeirão Preto, em São Paulo, Botosso (2001) destacou que do total de militantes dessa organização processados pela justiça militar, 11 deles (22%) eram lavradores, porém não analisou a relação entre os militantes dessa agremiação com esses camponeses. Teixeira [et. al.] (2015), ao se debruçarem sobre esse caso, jogaram luzes sobre o papel central desempenhado pelo sindicalismo rural no processo de arregimentação de camponeses para as FALN e para a ALN, motivo pelo qual, na interpretação dos autores, havia certa dissonância de opinião entre as lideranças das organizações e os camponeses em relação a ações mais radicais (sequestros ou justiçamentos, como o realizado contra um grileiro sob a liderança da ALN).

Por fim, Campos (2014) desenvolveu um estudo sobre a atuação de um casal de militantes da VAR-Palmares<sup>155</sup> na localidade de Anta Gorda, município de Nova Aurora, oeste paranaense. Segundo o autor, o casal passou a trabalhar como professores, fazendo uso do método Paulo Freire de alfabetização.

---

<sup>153</sup> Movimento de curta duração, o MNR foi idealizado por Leonel Brizola e apoiadores, quando do exílio no Uruguai, a fim de derrubar os militares do poder. Apesar de receber auxílio de Cuba, há um debate acerca da inspiração ideológica do movimento (se era pautado ou não pelas ideias comunistas). Ver mais em Guimarães (2006) e Almeida (2014).

<sup>154</sup> A FALN foi uma dissidência do Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro (PCB) da cidade de Ribeirão Preto/SP, processo esse que se iniciou no ano de 1966, onde um grupo de estudantes acabaria optando também pela luta armada, mas não aderiram aos grupos já existentes. A organização se espalhou por 40 municípios da região, contando em seus quadros com: estudantes, intelectuais, operários e camponeses, além de religiosos.

<sup>155</sup> Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) foi uma organização brasileira de extrema-esquerda que participou da luta armada durante a ditadura militar (1964-1985), visando a derrubada do regime. Surgiu em julho de 1969, como resultado da fusão do Comando de Libertação Nacional (COLINA) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) de Carlos Lamarca. Seu nome era uma homenagem ao maior quilombo da história da escravidão.

A maior parte da literatura sobre as tentativas de formação de grupos de guerrilha rural no Brasil durante a ditadura militar concentra-se no PC do B, por razões óbvias: foi o caso mais duradouro e que envolveu um número considerável de militantes (69). Os casos menores e mais efêmeros, no entanto, permanecem pouco conhecidos, sendo um dos meus objetivos contribuir para diminuir este desconhecimento.

## 4 AS RELAÇÕES ENTRE CAMPONESES E COMUNISTAS E A LUTA ARMADA NO BRASIL

Canção da foice e o feixe

Me chamarão subversivo.  
E lhes direi: eu o sou.  
Por meu Povo em luta, vivo.  
Com meu Povo em marcha, vou.

Tenho fé de guerrilheiro  
e amor de revolução.  
E entre Evangelho e canção  
sofro e digo o que quero.  
Se escandalizo, primeiro  
queimei o próprio coração  
ao fogo desta Paixão,  
cruz de Seu mesmo Madeiro.

Incito à subversão  
contra o Poder e o Dinheiro.  
Quero subverter a Lei  
que perverte ao Povo em grei  
e ao Governo em carniceiro.  
(Meu Pastor se faz Cordeiro.  
Servidor se fez meu Rei.)

Creio na Internacional  
das frentes alevantadas,  
da voz de igual a igual  
e das mãos enlaçadas...  
E chamo a Ordem de mal,  
e ao Progresso de mentira.  
Tenho menos paz que ira.  
Tenho mais amor que paz.

... Creio na foice e no feixe  
destas espigas caídas:  
uma Morte e tantas vidas!  
Creio nesta foice que avança  
– sob este sol sem disfarce  
e na comum Esperança –  
tão encurvada e tenaz!

*Pedro Casaldáliga*

Esse capítulo tem como objetivo realizar uma contextualização histórica das esquerdas brasileiras, principalmente no que se refere as disputas internas quanto a estratégia de luta armada, relações com outros países socialistas e principalmente a sua relação com o campesinato.

#### 4.1 Algumas teorias sobre Luta Armada no Brasil

Em linhas gerais, o embasamento teórico-político que norteava as organizações de esquerda de modo geral a nível internacional era o leninismo, com sua defesa da existência de uma vanguarda política que deveria conduzir a classe trabalhadora para a revolução. Lenin se baseou na teoria de Marx para analisar o contexto russo e, a partir da vitória na revolução de 1917, inspirou diversas outras experiências políticas ao redor do mundo. O próprio PCB foi criado em 1922 a partir da III Internacional, dirigida por Lenin.

Embora houvesse um debate entre defensores da via pacífica e adeptos da tese da luta armada, o paradigma da revolução violenta, que havia ganhado maior expressividade entre os bolcheviques russos, era uma das principais ideias norteadoras das organizações revolucionárias brasileiras do período analisado nesta tese. Com base em Marx, compreendiam a violência como “parteira da história”, um ato intenso, porém passageiro, que daria lugar a uma nova vida, a superação das opressões e a emancipação da classe trabalhadora.

Uma das principais experiências influenciadas por essa perspectiva foi a Revolução Chinesa. A partir de um processo de sinização do marxismo, seus líderes reproduziram o paradigma da revolução violenta e contaram com o protagonismo dos camponeses. Resultado de um processo longo de revoltas locais desde meados do século XIX contra as dinastias que governavam o país havia séculos e contra o imperialismo britânico que explorava suas riquezas pela via do comércio, a revolução chinesa alcançou a vitória em 1949. Por ter triunfado, constituiu-se como uma importante inspiração para diversas organizações revolucionárias brasileiras.

Entendendo que o problema do campesinato era a questão central da revolução, o líder Mao Tse Tung, filho de um camponês dono de suas próprias terras da província de Hunan<sup>156</sup>, conduziu o confisco e a redistribuição de terras no âmbito das associações camponesas. Ele apontava para três requisitos básicos para a revolução: romper com o Kuo Min Tang<sup>157</sup>, buscar apoio do campesinato e criar uma

---

<sup>156</sup> Hunan, é uma província montanhosa localizada no sul da China, este local é conhecido por ser a cidade natal do líder comunista Mao Tsé-Tung. O vilarejo de Shaoshan, onde Mao nasceu em 1893, acolhe os visitantes à casa de tijolos de barro em que ele viveu na infância e ao Museu Memorial de Mao Tsé-Tung.

<sup>158</sup> Partido Nacionalista do Povo, de orientação republicana (não socialista), o Kuo Min Tang foi fundado em 1912, ano em que assumiu o poder após o fim da dinastia Qing que havia governado a

força militar própria (o Exército Vermelho). A primeira medida adotada foi a realização de uma reforma agrária. Mas, com o tempo, os líderes comunistas deram-se conta de que apenas essa iniciativa não era suficiente. Era preciso avançar sobre as formas de controle político das aldeias. Daí a introdução de novas formas de organização: conselhos de aldeia, equipes de trabalho e sindicatos camponeses, que dariam a essa população uma capacidade maior de influenciar as decisões de suas aldeias.

No Brasil, o maoísmo ganhou força nos anos 1960, sobretudo com a criação do PC do B, em 1962. Maurício Grabois, um dos principais líderes da cisão, colocava Mao Tsé Tung no mesmo patamar de Marx, Engels, Lenin e Stálin e o considerava um dos maiores teóricos do marxismo (Gorender, 1987). De acordo com o autor, os principais textos de Mao lidos pelos militantes brasileiros, especialmente os da AP, eram: *Escritos Militares*, *Sobre a Prática* e *Sobre as Contradições*. Em relação ao primeiro, destaca-se a carta de 1930, intitulada *Uma faísca pode incendiar toda a pradaria* (Tsetung, 2011, p. 187), na qual o autor utiliza esse provérbio chinês para fazer uma analogia entre uma pradaria e as massas. Os militantes brasileiros interpretaram esse texto de modo a se auto atribuírem a responsabilidade política de ser a faísca a incendiar a pradaria.

A segunda perspectiva política que influenciou os militantes das organizações armadas brasileiras foi o foquismo. Segundo Sales (2005), esse foi o termo utilizado pelas esquerdas para se referir aos movimentos que acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista com base na guerra de guerrilhas a partir do campo e sem a participação de um partido comunista dirigente. O pressuposto era que, depois de iniciadas as guerrilhas, as massas acabariam aderindo e chegariam ao poder, tal como ocorrido em Cuba. As principais organizações apontadas pelo autor como seguidoras desta perspectiva no Brasil foram o PCBR, o MR-8, a Ala Vermelha, a ALN e o Colina.

Debray (1967) é considerado o principal teorizador desta perspectiva. Ele busca destacar o caráter de originalidade que teve a Revolução Cubana em relação à Chinesa, tendo em vista as diversas referências que se fazem às semelhanças entre as duas. Um dos argumentos que ele usa para defender essa ideia é a informação de que Fidel Castro teria lido os escritos de Mao apenas depois da ofensiva de 1958, quando sua tática militar já estaria definida.

---

China por vários séculos. Teve como líderes Sun Yatsen e Chiang Kai-shek, que governaram a China até a Revolução liderada por Mao.

Ao defender o foquismo, o autor critica o trotskismo<sup>158</sup> por ser este um tipo de estratégia política que não concordava com a tática guerrilheira. Defendia, por sua vez, o trabalho de agitação, por meio de greves, manifestações, ocupações de terras, criação de sindicatos, para que, a partir disso, fossem criadas as condições para a tomada do poder. Debray chega a citar as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, como um exemplo de aplicação do trotskismo. O autor defende que a organização inicial das guerrilhas deveria ter caráter clandestino, justamente porque o trabalho de agitação proposto pelos trotskistas seria uma forma de expor o movimento revolucionário à repressão policial. Como alternativa à necessidade de conquistar o apoio da população ao movimento revolucionário, Debray defendia que a demonstração de força dos guerrilheiros seria mais eficiente do que “mil discursos”, já que uma vitória militar dos rebeldes evidenciaria que a revolução já estaria em curso e que as forças estatais não seriam tão invulneráveis quanto tentavam demonstrar ser. Apesar de ser muito lida, porém, a perspectiva desenvolvida por Debray não era necessariamente seguida ao pé da letra pelas organizações brasileiras.

Uma das características mais conhecidas do foquismo é sua aversão aos partidos políticos na luta revolucionária. Nessa obra, Debray apresenta alguns argumentos para defender tal posição. Um deles é a divisão que se cria no processo, já que vai haver uma direção para ficar na cidade, atendendo às demandas burocráticas de um partido, e outra para conduzir a guerrilha no campo. Essa compartimentalização das forças revolucionárias, para Debray, seria um dos principais fatores de enfraquecimento das guerrilhas. Para serem bem-sucedidas, seria necessário que o líder do processo conduzisse ao mesmo tempo os trabalhos na esfera política e militar. A necessidade de abandonar a estrutura partidária era defendida em função da crença na impossibilidade de o líder do partido se manter presencialmente na guerrilha, ocasionando uma divisão dentro do movimento revolucionário.

---

<sup>159</sup> Corrente do marxismo-leninismo fundada por Leon Trotsky, militante comunista russo, que disputava com Stalin a hegemonia no Partido Comunista da União Soviética. Derrotado, foi expulso do partido e se exilou no México, onde foi morto por agentes a mando de Stalin. A principal contribuição teórica de Trotsky foi a Teoria da Revolução Permanente, que rejeitava a tese da necessidade de passar pela etapa capitalista para se chegar ao socialismo. O trotskismo defende ainda a necessidade da universalização do socialismo, visto que considera impossível obter sucesso com a implantação do socialismo em apenas um país. Uma das principais divergências entre Debray e o Trotskismo era o fato de que este defendia o sindicalismo como a base fundamental sobre a qual deveria se dar a luta de classes, ao passo que aquele argumentava que tal tese favorecia apenas os sindicatos urbanos, mais suscetíveis à corrupção, e seria uma tese oriunda não da práxis, mas de uma esperança sem fundamento na realidade. Ver mais em Ferrera (1969).

O processo revolucionário cubano contou com o apoio também do movimento estudantil e do operariado urbano por meio da realização de greves e manifestações e do fato de que boa parte da burguesia cubana insatisfeita com o imperialismo americano também se mostrou simpática aos revolucionários e de que os latifundiários não adotaram uma política muito beligerante contra os opositores de Batista. Bambirra (1974) ressalta, por fim, um aspecto fundamental da guerrilha desenvolvida na Revolução Cubana e que se aplica a todas as situações em que se pretende usar essa estratégia: o fato de que ela só obtém sucesso se contar com o respaldo da população. Sem o apoio dela, não é viável a luta pela via guerrilheira.

Gorender (1987, p. 79), relata que, em 1962, no Congresso do Partido Comunista do Uruguai, ouviu de Blas Roca, chefe da delegação de Cuba, um relato que concebia o foquismo como uma “revolução que começa com um pequeno foco de guerrilheiros numa região camponesa, de preferência montanhosa”. O autor, no entanto, problematiza o simplismo, a omissão dos determinantes históricos e a pretensão de generalidade que teria marcado a apresentação do representante cubano.

Se analisarmos as experiências brasileiras, veremos que havia uma preocupação com essas questões, já que boa parte das organizações escolhiam para servir como áreas estratégicas as regiões que tivessem algum tipo de histórico de luta pela terra. Exemplos disso são os casos da Baixada Fluminense e oeste paranaense, regiões em que o PCB pôde desenvolver, dos anos 1950 até o golpe, um trabalho relevante junto aos camponeses, o que favorecia um pouco a entrada dos militantes das organizações dissidentes desse mesmo partido.

O movimento revolucionário brasileiro não tinha conseguido criar um ambiente de hegemonia das ideias revolucionárias, como o cubano. Por isso, os revolucionários e camponeses brasileiros foram obrigados a lidar com a propaganda contrarrevolucionária promovida pelos militares e por organizações da sociedade civil, como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), conforme demonstrou Dreifuss (1981) em sua obra sobre o golpe de 1964.

Era muito comum no Brasil uma visão diferente daquela proposta por Gorender (1987) e Bambirra (1974) e mais próxima daquela apresentada por Blas Roca, que simplificava o processo como um movimento cuja centralidade estava na guerrilha rural, secundarizando todo o trabalho anteriormente necessário no sentido de disputar

a hegemonia da sociedade, imprescindível para o sucesso da própria guerrilha. Não apenas no Brasil o foquismo exerceu influência, mas em diversos países latino-americanos como Venezuela, Nicarágua, Colômbia, Guatemala, Argentina e Peru. O fato das organizações brasileiras não serem as únicas a adotarem tal perspectiva constituía um fator de estímulo à defesa desta forma de atuação, de forma que havia um contexto internacional que favorecia a difusão da perspectiva socialista revolucionária.

Compunham esse contexto as experiências vitoriosas a nível internacional, sobretudo nos países de maioria camponesa, que fortaleciam não apenas a tese da revolução socialista, mas também a da via armada para se chegar a esse objetivo. Tratava-se, dentre as principais, das revoluções cubana e chinesa, a guerra entre Vietnã e Estados Unidos e a os movimentos de libertação nacional, com destaque para a Argélia. Segundo Reis, o argumento presente entre os militantes brasileiros era: “Se tantas revoluções estavam dando certo, por que a brasileira não iria dar?”. Para além da esperança da vitória, as experiências internacionais indicavam ainda a centralidade do papel a ser preenchido pelos camponeses: “Daqueles eventos e do que sobre eles se escreveu ressaltava uma conclusão: a da potência revolucionária do campesinato” (Gorender, 1987, p. 76).

Por fim, para além das teorias relacionadas à guerrilha propriamente dita, Gorender (1987) destaca um conjunto de ideias que tratam da realidade brasileira da época de maneira mais ampla e “fizeram a cabeça da esquerda” no Brasil no contexto do golpe. Dentre as obras brasileiras, estão *Dialética do Desenvolvimento*, de Celso Furtado (1964), *A revolução brasileira*, de Caio Prado Jr (1966), o filme *Terra Em Transe*, de Glauber Rocha (1967), *O colapso do populismo no Brasil*, de Octavio Ianni (1968) e as discussões em torno da teoria da dependência, que se contrapunham ao que pensavam os cepalinos<sup>159</sup>. De fora do país, o autor cita o panfleto de Lin Biao<sup>160</sup>,

---

<sup>159</sup> A CEPAL foi criada em 1948, para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo.

<sup>160</sup> Lin Biao foi um marechal da República Popular da China que teve papel fundamental na vitória dos comunistas na Guerra Civil Chinesa, em especial no nordeste da China. Foi o general que comandou as decisivas campanhas Liaoshen e Pingjin, nas quais ele co-liderou o Exército Manchu até a vitória e conduziu o Exército de Libertação Popular até Pequim. Ele atravessou o Rio Yangtzé em 1949, derrotando decisivamente o Kuomintang e assumindo o controle das províncias costeiras no sudeste da China. Era o terceiro ranqueado entre os dez marechais, ficando abaixo somente de Zhu De e Peng Dehuai, dois marechais mais experientes.

*Salve a vitória da guerra popular, sobre a revolução chinesa, Os condenados da terra*, de Franz Fanon (1961) e o estruturalismo althusseriano.<sup>161</sup>

## 4.2 O PCB

[...] a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura.

Partido Comunista Brasileiro, Declaração sobre a política do PCB, março de 1958.

Uma revolução agrária, antifeudal e anti-imperialista.... Que não se tratava de nada disso, verificou-se amargamente quando uma simples passeata militar bastou para deitar por terra a aventura e dispersar sem maior esforço os iludidos pseudorevolucionários.

Caio Prado Júnior, *A revolução brasileira*, 1966.

O Partido Comunista Brasileiro<sup>162</sup> (PCB) foi fundado em 1922, a partir de uma articulação de agremiações comunistas presentes no Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro), Niterói, São Paulo, Recife, Cruzeiro (no Vale do Paraíba/SP) e Porto Alegre. Dos nove delegados presentes no encontro de fundação, oito eram ligados ao anarco-sindicalismo<sup>163</sup>. Pandofi (1995) destaca o caráter eminentemente urbano

---

<sup>161</sup> Conceito abstrato que substitui a noção ideológica de “sociedade”, designando “o objeto da ciência da história enquanto totalidade de instâncias articuladas sobre a base de um modo de produção determinado.

<sup>162</sup> A primeira denominação era Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC). Posteriormente, a sigla PCB passou a ser lida como Partido Comunista do Brasil. Em 1961, no intento de legalizar a sigla decorrente de mudanças de concepção política pelas quais passou o partido, houve a mudança de nome para Partido Comunista Brasileiro. Em 1962, com a dissidência que criou o PCdoB, passaram a coexistir dois partidos comunistas no Brasil e o PCB ficou com a denominação Partido Comunista Brasileiro e o PCdoB, Partido Comunista do Brasil (PANDOLFI, 1995).

<sup>163</sup> Diferentemente do anarquismo, que propunha a substituição do Estado por comunas autônomas por meio de insurreições violentas com vistas à expropriação da propriedade capitalista, o anarco-sindicalismo, também chamado de sindicalismo revolucionário, considerava o sindicalismo como a estratégia para que a classe operária tomasse o controle da economia e, a partir disso, transformasse a estrutura da sociedade, suprimindo o Estado, visto como defensor da propriedade. Dentre os principais valores defendidos por essa corrente estão a solidariedade, a autogestão, a democracia direta e a ação direta, ou seja, a desnecessidade da mediação de burocratas na organização social. Exerceu influência na Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e no Brasil, especialmente nas primeiras décadas do século XX, muito em função dos imigrantes italianos que traziam tais referências.

deste grupo, considerando o fato de que o Brasil nesse período era um país majoritariamente rural, tanto em termos demográficos, como econômicos<sup>164</sup>. No grupo dos fundadores, havia professores, gráficos, sapateiros, operários, alfaiates e outros. Posteriormente, com a aproximação ao tenentismo, houve nos quadros do PCB um crescimento do número de militares. Esse dado sobre o perfil dos militantes comunistas é importante, sobretudo para uma das questões que orienta essa pesquisa: a relação entre os militantes da esquerda armada (parte deles dissidentes do PCB) e os camponeses, sendo este partido, assim como a maioria dos demais semelhantes a ele ao redor do mundo, originalmente fundado por trabalhadores citadinos.

A linha política que orientava o grupo fundador do partido era inspirada nas ideias de Lenin, que defendia a tese de que em um país agrário como a Rússia, não se deveria esperar pela iniciativa da burguesia em promover uma revolução burguesa para desenvolver as forças produtivas, mas a própria classe operária deveria tomar para si essa responsabilidade, unindo-se ao campesinato para “destruir a velha superestrutura” baseada no trabalho servil e estimular o desenvolvimento do capitalismo, para promover a revolução socialista. Para Lenin, portanto, nos países cuja principal atividade econômica era a agricultura, a revolução burguesa significava, em linhas gerais, a solução da questão agrária.

A criação do PCB está estritamente relacionada à III Internacional, fundada por Lenin em 1919. Conforme aponta Vieira (2011), uma diferença da III para a II Internacional é o fato de que, pela sua origem na Rússia, um país onde o capitalismo não estava tão avançado como na Europa Ocidental, o foco de atuação se expandiu para os diversos países de economia agrária, como era o caso do Brasil. Além disso, a vitória da Revolução Russa fortaleceu as esperanças de movimentos revolucionários de outros países e aumentou as possibilidades de internacionalizar a revolução.

Pandolfi (1995) chega a afirmar que, no início da trajetória do partido, sua principal atividade era fazer propaganda da Revolução Russa e do movimento

---

<sup>164</sup> Em 1940, quando se começou a contabilizar as populações rural e urbana separadamente, o Brasil tinha cerca de 13 milhões de pessoas vivendo nas cidades e mais de 28 milhões no campo. Até a República Velha, a principal atividade econômica no Brasil era a agricultura, especialmente a produção de café. Apenas com o governo Vargas é que o país passa por um processo de efetiva industrialização, ainda que São Paulo já se projetava como um polo industrial importante desde o final do século XIX, sendo a Greve Geral de 1917 uma expressão desse crescimento industrial da capital paulista.

comunista internacional. Essa era a compreensão dos fundadores do PCB, mas não foi hegemônica por muito tempo. Alguns anos depois, passou a ganhar força a tese de que seria necessário o Brasil passar pela etapa do capitalismo, desenvolver as forças produtivas, para, somente depois, implantar o socialismo.

A trajetória do PCB é marcada por instabilidade e perseguição. Logo no primeiro ano de fundação, foi colocado na ilegalidade pelo governo de Epitácio Pessoa<sup>165</sup>. Retomou a condição legal em janeiro de 1927, mas em agosto do mesmo ano voltou a perdê-la. Com Vargas no poder, o PCB aderiu à iniciativa de oposição ao novo governo, a partir da Aliança Nacional Libertadora (ANL), um movimento criado em 1935, que congregou diversos setores sociais, como partidos políticos, sindicatos, associações, com destaque para os tenentes<sup>166</sup>. Luiz Carlos Prestes<sup>167</sup>, que havia liderado a Coluna Prestes<sup>168</sup>. Dez anos antes, foi escolhido como presidente de honra, num momento em que defendia a implantação de um “governo popular revolucionário” pela via armada.

Tendo a ANL sido posta na ilegalidade quatro meses após sua criação, o PCB parte para o que ficou conhecido como o Levante Comunista de 1935<sup>169</sup>, um conjunto de revoltas, sobretudo militares, ocorridas em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Por não contar com o apoio maciço da população, acabou sendo derrotado pelo Exército

---

<sup>165</sup> Nascido em 23 de maio de 1865, Umbuzeiro na Paraíba, foi eleito foi um magistrado, diplomata, professor universitário, jurista e político brasileiro, filiado ao Partido Republicano Mineiro. Foi Presidente da República entre os anos de 1919 a 1922. Seu governo foi marcado por revoltas militares que acabariam na Revolução de 1930, a qual levou Getúlio Vargas ao governo central. Anteriormente, foi deputado federal em duas oportunidades, ministro da Justiça, do Supremo Tribunal Federal, procurador-geral da República, senador três vezes, chefe da delegação brasileira junto à Conferência de Versalhes e juiz da então Corte Permanente de Justiça Internacional.

<sup>166</sup> Movimento de revolta política e militar que surgiu na década de 1920 entre os tenentes descontentes com as políticas de governo vigente na Primeira República, em especial aquelas impostas pelas oligarquias agrárias. Defendiam, entre outras pautas, a desconcentração fundiária e a modernização do país por meio da industrialização.

<sup>167</sup> Foi um militar e político comunista brasileiro, ganhando fama nacional ao liderar a Coluna Prestes na década de 1920. Enquanto Plínio Salgado representava a extrema-direita, Prestes era visto como símbolo da extrema-esquerda. Foi perseguido e preso durante a ditadura do Estado Novo.

<sup>168</sup> A Coluna Prestes (1925-1927), um movimento de tenentes contra o autoritarismo que marcava a República Velha, cujos governos contavam com o apoio das oligarquias rurais, foi um processo importante para que o campesinato se tornasse um pouco mais conhecido. Diversos tenentes que participaram da Coluna aderiram posteriormente ao PCB.

<sup>169</sup> Este movimento também ficou conhecido como Intentona Comunista foi um levante armado organizado pelos comunistas, em 1935, cuja a finalidade era derrubar o governo de Getúlio Vargas do poder. Luís Carlos Prestes foi o líder do levante, contando com a ajuda de Olga Benário. A intentona foi derrotada pelas tropas federais.

Nacional e usado como justificativa para a prisão não mais apenas dos comunistas, mas dos opositores de Vargas como um todo. Isso foi o início de um processo de fechamento do regime que culminou com a instauração da ditadura do Estado Novo<sup>170</sup>, em 1937, o que intensificou ainda mais a repressão sobre o partido, que foi, nas palavras de Pandolfi (1995), praticamente dizimado.

O único grupo que conseguiu se manter minimamente organizado nesse período foi o da Bahia<sup>171</sup>, cuja atuação se notabilizava pelo trabalho mais intenso com os diversos setores da sociedade em geral e com a aliança com setores liberais<sup>172</sup>. Ali começaram as primeiras discussões a respeito da possibilidade de apoio ao governo Vargas em função de seu esforço de guerra, ou seja, a aliança de Vargas com a URSS (Cavalcante, 1986). Tal debate ganhou força e foi levado a um espaço mais amplo de articulação do partido: a Conferência de Mantiqueira, em 1943<sup>173</sup>, organizada por grupos de militantes do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia, que constituiu um momento importante para a recuperação do partido.

Esse encontro representou uma mudança significativa de posicionamento. Depois de um intenso trabalho de convencimento dos que defendiam a tese da luta armada, foi vitoriosa a tese da União Nacional, ou seja, mesmo que Vargas tivesse reprimido intensamente os comunistas, a decisão mais sensata naquele momento seria apoiá-lo e lutar pela anistia e pela legalização do partido. Os discursos giravam em torno do estímulo ao entendimento dos trabalhadores com seus patrões na busca por um acordo com a burguesia progressista. Ganharam destaque nesta conferência

---

<sup>170</sup> Foi o período em que Getúlio Vargas governou o Brasil (1937-1945), de forma ditatorial, concedendo benefícios aos trabalhadores e se aproximando deles. Foi caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. É parte do período da história do Brasil conhecido como Era Vargas.

<sup>172</sup> Isso ajuda a entender a relativa força das organizações de esquerda na Bahia tanto no período da ditadura, como nos períodos mais recentes.

<sup>173</sup> Destacavam-se nesse grupo quadros importantes da intelectualidade brasileira, como Alberto Passos Guimarães, Moisés Vinhas, Armênio Guedes, Maurício Grabois, Jorge Amado, Jacob Gorender e Giocondo Dias.

<sup>173</sup> Também conhecida como Segunda Conferência teve como mérito de traçar para o Partido uma linha política essencialmente justa nas condições históricas que o Brasil e o mundo atravessavam, linha política de união nacional para a luta contra o nazi-fascismo.

nomes como Diógenes de Arruda<sup>174</sup>, Pedro Pomar<sup>175</sup>, João Amazonas<sup>176</sup> e Maurício Grabois<sup>177</sup> (todos militantes que compuseram o PCdoB posteriormente) (Gorender, 1987).

Permaneceram, no entanto, fissuras. Como aponta Cavalcante (1981), as atividades do partido pós-conferência de Mantiqueira foram marcadas pela falta de consenso em torno da tese vencedora. Somado à situação de ilegalidade, o dissenso constituiu um elemento de dificuldade para a reconstrução do partido. Não obstante, de acordo com Pandolfi (1995, p. 13), “a despeito de sua quase permanente ilegalidade, o PCB, na tentativa de ocupar um espaço maior na sociedade, buscou se adaptar às regras do jogo político-partidário vigente no país”. De acordo com a autora, ganhou força no partido um entendimento de que o comunismo só poderia ser implantado no Brasil por meio de uma “revolução burguesa” e que ela seria realizada em etapas. Essa postura, no entanto, não impedia que os adeptos ao partido não fossem perseguidos e atacados pelos adversários como “clandestinos” e “bandidos”. Assim como na maior parte das agremiações políticas em geral, no PCB os vencidos geralmente se subordinavam ao centralismo democrático ou então eram expulsos ou perdiam cargos na hierarquia. O partido funcionou dessa maneira até o ponto em que a divergência falou mais alto e, em 1962, o partido se dividiu.

Assim como nos demais partidos comunistas ao redor do mundo, o papel do campesinato, enquanto força revolucionária, esteve no debate desde o início da

---

<sup>174</sup> Nasceu no Recife, Pernambuco, Brasil. Ingressou no Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil, em 1934, e ligou-se ao comitê da Bahia, para onde se transferiu, como funcionário do Ministério do Trabalho. Foi editor da revista Problemas. Durante o Estado Novo, viveu, por três anos, na Argentina, onde se articulou com vários comunistas. Serviu de elemento de ligação entre grupos dissidentes do PCB, que terminaram se aglutinando em torno de Luis Carlos Prestes.

<sup>175</sup> Natural do Pará. Em setembro de 1932, participou ativamente da organização de um levante armado em apoio aos constitucionistas de São Paulo. Esmagada a revolta, passou algum tempo no Rio de Janeiro, depois retornou a Belém, onde concluiu o ginásio. Não se sabe ao certo quando Pomar passou a integrar as fileiras do PCB, mas é certo que foi recrutado pela escritora Eneida de Moraes.

<sup>176</sup> Aderiu à Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, em seguida ingressou na Juventude Comunista e logo após no Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1943 foi eleito membro do Comitê Central do PCB passando a compor a Comissão Executiva e o Secretariado, ficando responsável pelo trabalho sindical e de massas. Foi um dos principais organizadores do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), em 1945.

<sup>177</sup> Ingressou no Partido Comunista do Brasil - PCB em 1932. Tomou parte ativa nas jornadas de 1934 contra o fascismo e, 1935, no movimento que resultou na formação da Aliança Nacional Libertadora. Foi preso em 1941 e, um ano depois logo ao sair da prisão, integrou o Secretariado Nacional Provisório do Partido, no qual teve como tarefa rearticular nacionalmente o Partido e realizar a Conferência da Mantiqueira em agosto de 1943, quando foi eleito membro do Comitê Central.

trajetória do PCB. Em seu segundo Congresso, em 1925, o entendimento era o de que “a revolução brasileira seria em sua primeira fase democrática-pequeno-burguesa porque dirigida pela burguesia radicalizada que, no Brasil, diferentemente da Rússia, era urbana e não rural” (Pandolfi, 1995, pp. 97-8). O pressuposto era que a contradição fundamental da sociedade brasileira era entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno.

Já no Terceiro Congresso<sup>178</sup>, realizado na virada de 1928 para 1929, essa compreensão se modifica: o papel de protagonismo da revolução deixa de ser projetado na pequena-burguesia e passa para o proletariado. O campesinato, antes deixado de lado, entra como um aliado importante (embora isso não tenha implicado no início de um trabalho sistemático do partido junto ao campesinato naquele momento, tendo em vista que a tomada do poder por Vargas em 1930 intensificou a repressão sofrida pelos comunistas).

Viana (1992) e Pandolfi (1995) chamam a atenção para o fato de que já na década de 1930 começou a ser defendida dentro do PCB uma perspectiva de embate mais radical, inclusive por meio da criação de guerrilhas no campo. Era o que propunha, por exemplo, José Caetano Machado<sup>179</sup>, um dirigente pernambucano inspirado na experiência do cangaço no Nordeste. “Nesse mesmo período, o desprezo da direção do PCB pelo parlamento era quase total (...)” (Pandolfi, 1995, p. 111).

O PCB voltou novamente à legalidade em 1945 e mudou novamente de estratégia. De acordo com Gorender (1987, p. 21), esse processo iludiu as lideranças do partido de que a luta institucional seria o caminho: “acreditavam nos bons propósitos da burguesia nacional, então chamada de ‘progressista’ e recomendavam aos trabalhadores o entendimento com os patrões em benefício do desenvolvimento

---

<sup>178</sup> O Terceiro Congresso foi de extrema importância para realizar um exame da situação nacional fornecendo a base para traçar a linha política do Partido Comunista no período a seguir. O Congresso teve por finalidade conhecer todos os detalhes, e contornos essenciais da situação. Podemos dizer que depois do III Congresso o Partido possui um conhecimento em conjunto seguro da situação nacional, o que tornou possível firmar o seu plano estratégico e traçou a linha tática de sua ação política na etapa atual do movimento revolucionário brasileiro.

<sup>179</sup> Participou da preparação de um novo levante com um grupo de operários, entre os quais três membros do PCB, os padeiros José Francisco de Barros, Cleto Campelo, Valdemar de Paula Lima, e o operário da construção civil Sabino Cardoso da Silva. Partindo da casa de José Francisco de Barros à meia noite de 17 de fevereiro, os insurgentes seguiram em direção a Jaboatão”. Tomaram um trem e partiram para o interior. Numa tentativa de assaltar o quartel de Gravatá, Cleto Campelo foi morto. O restante bateu-se em retirada. Nas refregas que se seguiram morreu José Francisco de Barros. O último comandante do agrupamento, Valdemar de Paula Lima, foi preso e assassinado na cadeia. Alguns anos mais tarde José Caetano Machado – um dos sobreviventes daquele trágico episódio – se tornaria secretário-geral do PCB.

da economia brasileira”. Com a liderança de Luiz Carlos Prestes, o partido viveu um momento de fortalecimento. Segundo Gorender (1987, p. 20), o PCB se tornou a “principal força da esquerda de inspiração marxista” da época. Tratava-se de um período favorável aos partidos comunistas pelo mundo em geral, sobretudo após a vitória do Exército Vermelho na Segunda Guerra Mundial, que aumentou o prestígio da União Soviética e lhe permitiu exercer forte influência sobre outros países, sobretudo os da Europa Oriental, após acordo com os Estados Unidos e a Inglaterra.

Nesse momento, como aponta Pandolfi (1995), o PCB vivia um dilema entre seguir as regras do jogo do Estado burguês e ser coerente com os valores originais do partido. Para isso, criou-se um estatuto “legal”, para satisfazer às exigências da Justiça Eleitoral, que proibia referências, por exemplo, ao marxismo e à ditadura do proletariado, e outro “clandestino”, para dar conta do projeto original leninista.

Uma das fragilidades eleitorais do PCB nesse período era justamente o fato de que, em um país de maioria camponesa, o partido ainda não tinha um trabalho consolidado junto às populações rurais. Em função disso, Brandão (1988, p. 133), em consonância com Pandolfi (1995), refere-se ao PCB como um partido “especificamente urbano em um país de predominância agrária”. Foi justamente nesse momento que começaram as primeiras iniciativas nesse sentido. Soares (2011) aponta como uma explicação para essa mudança uma nova forma de representar o camponês, influenciada pelas lutas camponesas no processo revolucionário chinês e pela leitura de obras sobre os conflitos de Canudos<sup>180</sup>, Contestado<sup>181</sup> e o Cangaço<sup>182</sup>, que estimularam uma representação do camponês agora como “um homem

---

<sup>180</sup> Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos foi um conflito armado que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade religiosas liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior do estado da Bahia. Os confrontos ocorreram entre 1896 e 1897, com a destruição da comunidade e a morte da maior parte dos vinte e cinco mil habitantes de Canudos.

<sup>181</sup> A Guerra do Contestado foi um conflito armado ocorrido de outubro de 1912 a agosto de 1916, que teve como partes beligerantes posseiros e pequenos proprietários de terras contra os governos dos estados de Santa Catarina e Paraná, além do Governo Federal brasileiro. O palco foi uma região rica em erva-mate e madeira, disputada por ambos os estados e que ficou conhecida como Contestado.

<sup>182</sup> O cangaço foi um movimento de banditismo ocorrido no final do século XIX e início do XX na região Nordeste do Brasil. Os bandos eram formados por habitantes da região semiárida nordestina que, organizados, praticavam diversos delitos, como roubo a cidades, sequestros, assassinatos e estupros. Protestavam contra a situação de precariedade e injustiça social na qual vivia a população da região Nordeste do Brasil. O termo cangaço tem origem na palavra “canga”, madeira utilizada na cabeça do gado e que servia para transporte.

inconformado com a exploração e a injustiça; (...) perseverante, imbuído de bravura para lutar pelos seus direitos, além de ser honesto" (Soares, 2011, p. 240).

Em 1947, no entanto, quando o acordo entre as potências que haviam vencido o Nazifascismo na Segunda Guerra se rompe e tem início a Guerra Fria, o partido perdeu novamente o reconhecimento legal e voltou à clandestinidade, o que provocou uma nova guinada de estratégia, saindo do pacifismo e passando à pregação da "violência revolucionária imediata" (Gorender, 1987, p. 21). Retomam-se as teses do Terceiro Congresso realizado na passagem de 1928 para 1929 e o campesinato voltou a ser considerado como um aliado prioritário do proletariado. Tal perspectiva culminou com o manifesto de agosto de 1950, cujas linhas foram reafirmadas no Quarto Congresso do partido, em 1954. Esse foi o ano também em que o PCB aprovou seu Programa Agrário, que estabelecia, dentre outras definições, o confisco das terras dos latifundiários e sua gratuita distribuição a quem nela quisesse trabalhar na forma de propriedade privada; o reconhecimento legal das posses já ocupadas por camponeses; a anulação de suas dívidas e a não expropriação dos camponeses ricos.

A proposta da luta armada, no entanto, não evoluiu. Conforme Gorender (1987), as únicas tentativas foram as revoltas de Porecatu (1944-1951), no norte do Paraná, e de Trombas e Formoso, em Goiás (1950-1964). O primeiro foi um conflito entre posseiros e latifundiários originado a partir do processo de expansão da fronteira agrícola estimulada pelo então interventor Manoel Ribas<sup>183</sup>, que incentivava a migração de famílias camponesas para as terras do oeste do estado. Com a saída de Ribas do poder, entrou Moisés Lupion<sup>184</sup>, que decidiu interromper essa política, de modo que as tais famílias não chegaram a receber o título de propriedade das terras,

---

<sup>183</sup> Manoel Ribas, filho de Augusto Ribas e Pureza de Carvalho Ribas, nasceu em Ponta Grossa, Paraná, dia 08 de março de 1873. Herdou o nome do avô, o brigadeiro Ribas, que fez a expedição ao alto Paraná a fim de guarnecer as fronteiras durante a Guerra do Paraguai. Estudou em Castro, no colégio do Professor Serapião, onde foi aluno de Rocha Pombo. Casou-se também nessa cidade. Em 1897 deslocou-se para Santa Maria, Rio Grande do Sul, convidado para organizar a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Realizou administração altamente proveitosa, o que lhe deu notoriedade. Em razão disso, foi eleito em 1927, prefeito daquela cidade. Quando o interventor do Paraná, general Mário Tourinho, renunciou ao cargo, após a revolução de 30, o presidente Getúlio Vargas foi buscá-lo em Santa Maria, pois o considerava solução conciliatória para os confrontos políticos que se desencadearam com a vacância da interventória.

<sup>184</sup> Filho de João Lupion de Troya, natural da Espanha, e Carolina Döepfer Wille. Foi industrial, comerciante, contador e empresário, cursando o secundário no Colégio Duílio Calderari e no Ginásio Paranaense. Já na cidade de São Paulo formou-se em contabilidade na Escola Álvares Penteado e transferiu-se em seguida para o município de Pirai do Sul, região dos Campos Gerais do Paraná, passando a atuar na indústria e comércio de madeira, além de outras atividades relacionadas com a agricultura.

deixando-as vulneráveis a disputas com outros interessados. Foi o caso, dentre outros, do cafeicultor paulista Ricardo Lunardelli<sup>185</sup>, chamado de “rei do café” que adquiriu vastas extensões de terras já ocupadas por camponeses e vendia a terceiros, que entravam em conflito com os agricultores que já estavam ocupando tais terras.

De acordo com Priori (2011), o PCB, sabendo do processo de resistência dos camponeses por meio do Comitê Municipal de Jaguapitã, iniciou um trabalho de aproximação e de condução política do grupo. Interessa-nos destacar aqui as estratégias apontadas pelo autor por meio das quais ocorreu essa aproximação: “mediante atividades de lazer, como o jogo de futebol, a pescaria, o jogo de truco (modalidade de jogos de carta), que sempre enveredava para o debate político” (Priori, 2011, p. 133), além de reuniões junto às Associações de Trabalhadores Rurais que existiam na região, sob a liderança de Hilário Gonçalves Pinha<sup>186</sup>.

O autor também destaca que, enquanto o PCB via no conflito uma oportunidade de fortalecer o projeto revolucionário, os camponeses focavam na resistência contra a violência dos latifundiários e jagunços e na busca pela legalização de suas terras. “É bem provável que os camponeses não tivessem consciência do que significava aquela aproximação – embora ela resolvesse parte de seus problemas (...)” (Priori, 2011, p. 219). Também pontua que a decisão de recorrer às armas nesse episódio não foi uma determinação do Partido, embora os documentos recomendassem isso. “Quando o partido chegou à região, a intenção da luta armada já era uma realidade manifesta” (PRIORI, 2011, p. 218). Não era consenso dentro do partido a adoção desse caminho, pois os principais resistentes a ela eram os militantes ligados aos sindicatos.

A adesão ao uso de armas pelos camponeses se deu em função da necessidade de resistir aos despejos violentos promovidos pelos grileiros. Depois de

---

<sup>185</sup> Conhecido por ser um grande latifundiário aportou na região em 1941, trazendo consigo os filhos João e Urbano Lunardelli. Embalado pela febre colonizatória que assolava o Estado do Paraná, deu início ao loteamento de parte de sua extensa área de terras. A família Lunardelli batizou o incipiente povoado de Brasília, o nome não vingou, apesar de significativo. Em 1943, a Lei Estadual n.º 199, de 30 de dezembro, eleva o lugar à categoria de distrito judiciário, já com a denominação de Porecatu, integrando o território do município de Sertanópolis. O nome da cidade é referência à bonita queda d'água existente no Rio Capim, nas proximidades da sede municipal.

<sup>186</sup> Hilário Gonçalves Pinha, em 06 de agosto de 1979 foi autuada uma ação sumaríssima contra a União Federal, devido a torturas que o autor teria sido vítima quatro anos antes. Foi preso em 18 de março de 1975 em Porto Alegre, por órgãos de segurança do III Exército, em virtude de investigações acerca da rearticulação do extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB), decorrentes da descoberta, naquela época, de gráficas clandestinas do PCB no centro do país. Hilário foi acusado de ser o dirigente do partido no Rio Grande do Sul.

terem passado por muitos e fortes momentos de repressão, os camponeses romperam com o Partido em função de uma série de motivos, mas principalmente pelo fato de receberem ordens externas de militantes que nunca tinham estado no local. Eram ordens, portanto, no entendimento dos camponeses, desprovidas de legitimidade.

Na primeira metade da década de 1950, o PCB foi um forte opositor do governo Vargas (1951-54). Segundo Gorender (1987), a consequência dessa postura foi o afastamento do operariado que se aproximava do trabalhismo varguista em função das diversas políticas que beneficiavam a classe trabalhadora, como o salário mínimo, por exemplo. A morte de Getúlio intensificou a crise do partido, de modo que a linha do Manifesto de Agosto de 1950 passou a se enfraquecer e, nas eleições de 1955, o PCB já estava apoiando a chapa de Juscelino Kubistchek e João Goulart.

Nesse contexto dos anos 1950, como apontou Medeiros (1995), o campesinato recebeu especial atenção do partido, que buscou realizar diversas iniciativas no sentido de se aproximar das populações rurais a fim de se construir enquanto um líder político de uma classe se organizando na luta por direitos. Para isso, estimulou a criação de associações de lavradores, federações estaduais e, a nível estadual, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab)<sup>187</sup>, fundada em 1954.

Em 1958, depois de mudanças na composição do diretório nacional, e em um contexto internacional de Guerra Fria, com avanços das forças socialistas em países como a China e da Europa Oriental, foi publicado um novo manifesto que expressava a nova linha política do partido, influenciada pelo Sexto Congresso da Internacional Comunista<sup>188</sup>, de 1928, que postulava a revolução em duas etapas: a primeira uma revolução nacional e democrática, de conteúdo anti-imperialista e antifeudal. Somente após isso se passaria à revolução socialista. Para a primeira etapa, propunha-se a composição de forças entre proletariado, campesinato, pequena burguesia e

---

<sup>187</sup> Foi uma organização criada em 21 setembro 1954, na cidade de São Paulo, por ocasião do evento da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e contou com o apoio do movimento sindical, dos trabalhadores agrícolas e com a ajuda dos militantes comunistas do Partido Comunista Brasileiro. O objetivo da ULTAB era organizar os trabalhadores rurais do Brasil.

<sup>188</sup> O VI Congresso Mundial da Internacional Comunista teve lugar entre julho e setembro de 1928 em Moscou. No novo contexto do começo da grave crise econômica, tendo como slogan ultra esquerdista de "classe contra classe" que oficializa o começo do chamado "Terceiro Período", propondo-se a oposição irreconciliável entre comunistas e social-democratas. Aprova-se também o novo Programa da Internacional Comunista.

burguesia nacional. O caminho passou a ser novamente a revolução pacífica. Gorender (1987, p. 30), que foi também da direção do partido, relata: “para efeito ritual, fazíamos a ressalva de que, independente de nossa vontade, a reação poderia obrigar-nos a um caminho diferente – o da luta armada”. Embora o autor considere que essa crença na burguesia tenha sido uma ilusão, tendo em vista que ela já era a classe dominante e já estava aliada ao imperialismo, ele pondera que a Declaração de Março de 1958, reafirmada no Quinto Congresso do Partido<sup>189</sup> em 1960, acertou no que se refere à estratégia das reformas de base, que permitiram criar, entre 1963 e 1964, um ambiente que ele chamou de “pré-revolucionário”.

De acordo com Pandolfi (1995), esse encaminhamento resultou em uma nítida divisão interna no partido. De um lado estava o grupo vitorioso naquele momento, liderado por Prestes, que intensificou o processo de tentativa de se ajustar às regras do jogo político vigente e realizou, em 1961, uma Conferência Nacional<sup>190</sup>, aprovando um novo estatuto, sem fazer referência à “ditadura do proletariado” e modificando o nome do partido, substituindo a expressão final “do Brasil” por “Brasileiro” com o objetivo descaracterizar os vínculos com a URSS e com a Internacional Comunista.

Sob a liderança de João Amazonas, Mauricio Grabois e Pedro Pomar, estava o grupo dos que defendiam como tarefa imediata a instauração do novo regime, que deveria ser anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista. Esta corrente também realizou, em 1962, uma Conferência Extraordinária, que elegeu um novo Comitê Central e decidiu manter a expressão “do Brasil”, passando a adotar a sigla PC do B. Com isso, passou a haver dois partidos comunistas, ambos se reivindicando como os verdadeiros herdeiros do “partido do proletariado”, fundando em 1922. Nesse momento, o PCB disputava a representação política dos camponeses com duas outras forças importantes: a Igreja Católica e as Ligas Camponesas.

Para Prestes (2014), apesar da intensa repressão sofrida pelas lideranças, a política do partido, que ela chamou de nacional-libertadora, permaneceu a mesma. As

---

<sup>189</sup> O V Congresso Mundial da Internacional Comunista foi celebrado em Moscou entre junho e julho de 1924. Marcado pelo fracasso da revolução na Alemanha, e pela ascensão de Stalin ao poder na União Soviética, sob a consigna do "Socialismo em um só país", adotou novos estatutos com os quais começa a chamada "bolchevização" (ou russificação) da Internacional Comunista e dos partidos membros.

<sup>190</sup> A Conferência Nacional ocorreu em agosto de 1961 cuja a principal finalidade foi a alteração do nome para Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro. Esse processo se deu na conferência nacional realizada, com a finalidade de facilitar o registro eleitoral do partido e a sua legalização.

divergências, porém, que já existiam, intensificaram-se.<sup>191</sup> “O partido não esperava o golpe e não se havia preparado para enfrentá-lo” (Prestes, 2014, p. 162).

Ainda de acordo com a autora, em maio de 1964, reuniu-se no Rio de Janeiro a Comissão Executiva do partido que, àquele momento, era composta majoritariamente por membros do grupo que defendia a luta armada. Desse encontro resultou o documento “Esquema para discussão”, no qual se estabelecia como objetivo do partido a derrubada da ditadura recém instaurada. Se fosse necessário para isso pegar em armas, o fariam, sobretudo no campo. Um ano depois, no entanto, o Comitê Central reuniu-se em São Paulo e revogou o referido encaminhamento, propondo a criação de uma ampla frente de resistência em defesa das liberdades democráticas, mas sem o enfrentamento armado, em um claro movimento de defesa das teses do Quinto Congresso (que defendia, em síntese, a aliança com a burguesia, a União Nacional e a Revolução Democrático-Burguesa) e acusava os que haviam defendido a luta armada de serem guiados por uma “pressa pequeno-burguesa” e de conceberem a revolução brasileira como um produto não das massas, mas da ação de uma cúpula.

Em caráter geral, podemos caracterizar dois processos distintos de rupturas dentro do Partido: pelas bases e pela cúpula. Pela cúpula organizaram-se sob a denominação de Corrente, que, posteriormente, deu origem a duas organizações autônomas. Os principais integrantes eram: Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, que constituíram a Ação Libertadora Nacional (ALN) em São Paulo; e Mário Alves<sup>192</sup>, Apolônio de Carvalho<sup>193</sup> e Jacob Gorender, que iriam dar origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), com principais bases na Guanabara.<sup>194</sup>

Em suma, com idas e vindas em relação à adoção da luta armada como ferramenta política, o PCB, de origem marcadamente urbana, priorizou pouco o

---

<sup>191</sup> Ainda em 1962 havia se criado um grupo no PCB que se colocava contra as posições “conciliadoras” de Jango e criticava a orientação política do partido aprovada no Congresso de 1960. Deste grupo participavam Carlos Marighella, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, Jover Telles, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender (PRESTES, 2014).

<sup>192</sup> Mário Alves de Souza Vieira nascido em Sento Sé, em 14 de junho de 1923 foi um político brasileiro, um dos fundadores do PCBR. Morto nas dependências do quartel da Polícia do Exército no Rio de Janeiro no início de 1970, durante a ditadura militar brasileira.

<sup>193</sup> Apolônio de Carvalho nascido em Corumbá, 9 de fevereiro de 1912, foi um militante comunista brasileiro, também reconhecido como combatente das Brigadas Internacionais, na Guerra Civil Espanhola, e herói da Resistência Francesa, durante a Segunda Guerra Mundial.

<sup>194</sup> RIDENTI, Op. Cit., 2010, p. 30.

trabalho junto aos camponeses nos anos iniciais de sua atuação. Foi apenas nos anos 1950 e início dos anos 1960 que o partido deu mais centralidade à mobilização dos trabalhadores do campo, momento em que os camponeses brasileiros alcançam uma articulação a nível nacional, inédita na história brasileira até então.

### 4.3 As Ligas Camponesas

As Ligas Camponesas foram inicialmente criadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em alguns estados do país a partir de 1945, com vistas à luta pela terra e melhorias no acesso a mercados para venda de seus produtos. Dependendo da região, as Ligas podiam adotar diferentes formatos, como “associações” ou “irmandades”. Com a cassação do registro do partido, em 1947, as Ligas foram praticamente extintas, o que não significou a interrupção absoluta da atuação do PCB no campo, que continuou, de maneira clandestina, estimulando a criação de algumas organizações e/ou mobilizações camponesas, como o conflito de Porecatu, no Paraná (1950-51), por exemplo. Foi paradoxalmente neste período que o PCB, a despeito de não contar com o reconhecimento oficial de seu registro como partido político, logrou avançar seu trabalho junto aos camponeses.

Em meados dos anos 1950, agora não mais como uma iniciativa do PCB, mas com a participação de antigos militantes do partido, como foi o caso de Zezé da Galileia<sup>195</sup>, as Ligas Camponesas<sup>196</sup> ressurgiram em Pernambuco, expandindo-se pela Paraíba. Depois que seu principal líder, Francisco Julião, visitou Cuba, em 1961, o lema passou a ser “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”. As ligas foram o primeiro grupo brasileiro a receber apoio financeiro de Cuba e vários militantes depois de Julião também foram à ilha para fazer cursos de treinamento guerrilheiro<sup>197</sup> (Sales, 2005).

---

<sup>195</sup> Zezé da Galileia, foi presidente da Liga da Galileia, que se tornou o embrião para o nascimento de um dos maiores movimentos libertários dos trabalhadores rurais do Nordeste – as Ligas Camponesas. O objetivo do grupo era gerar recursos comuns para a assistência educacional e de saúde, e para comprar adubos, com a finalidade de melhorar a produção.

<sup>196</sup> Foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

<sup>197</sup> A ida a Cuba ou a outros países que já tinham passado por uma revolução socialista não foi uma especificidade das Ligas. Militantes do PCB também o fizeram, desde integrantes do Comitê Central,

Tentativas de organizações de esquerda no sentido de iniciar focos de guerrilha rural não são restritas ao período pós-golpe. No início dos anos 1960 já havia algumas experiências desenvolvidas, por exemplo, por uma ala das Ligas Camponesas, a chamada “ala militarista”.

Em entrevista concedida ao jornalista Vandek Santiago (2012), a esposa de Julião, Alexina Crespo<sup>198</sup>, conta que, a despeito da discordância do marido, defendia a estratégia armada na organização. Ela realizou treinamento de guerrilha em Cuba e chegou a solicitar armamento a Mao Tse Tung.<sup>199</sup>

Em entrevista concedida a Alves (2015), Clodomir de Moraes<sup>200</sup> relatou que o Congresso Camponês de 1961<sup>201</sup>, realizado em Belo Horizonte foi um marco no fortalecimento da tese da luta armada dentro das Ligas<sup>202</sup>. Muitos militantes teriam se dirigido aos dispositivos militares com a justificativa de treinamento para autodefesa. Segundo Clodomir, o então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, teria distribuído cerca de 20 mil armas para os latifundiários do país.

Segundo Moraes (2012), as Ligas foram a única organização que resistiu armada ao golpe de 1964. Ele se refere ao processo de tomada de uma rádio em Vitória de Santo Antão em Pernambuco, invasões de engenhos e de paralisação de

---

como Mário Alves, até militantes de hierarquias inferiores no partido, como Bráulio Rodrigues da Silva, por exemplo, liderança sindical da Baixada Fluminense, que passou três meses na ilha. Como se davam essas viagens de militantes comunistas, o que faziam lá, quem articulava essas viagens e o que esperavam delas são questões a serem ainda respondidas.

<sup>198</sup> Nascida em 1926, foi uma trabalhadora rural, guerrilheira e ativista brasileira que foi uma das lideranças das Ligas Camponesas que aderiu a luta armada durante a Ditadura Militar de 1964.

<sup>199</sup> O documentário Memórias Clandestinas, de Maria Thereza Azevedo (2007) aborda a trajetória de Alexina Crespo e seu papel na ala militarista das Ligas. A produção encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R2bi5c9W2r8>.

<sup>200</sup> Clodomir Santos de Moraes (1928-2016), personagem histórico da participação do PCB nas lutas camponesas das décadas de 1950 e 1960, e que durante os anos de 1954 e 1958 teve um papel capital para a estruturação e a organização das Ligas Camponesas em Pernambuco. Uma importante liderança que em vários momentos teve o seu percurso de militância política no campo incógnito ao grande público e pouco aprofundado em produções historiográficas sobre as Ligas Camponesas.

<sup>201</sup> Esta conferência teve por finalidade debater as questões rurais e definir as reivindicações consensuais em favor da Reforma Agrária e do combate ao latifúndio, sendo um marco histórico do processo de lutas sociais no campo. Pela primeira vez, organismos e entidades que atuavam no meio rural aprovaram uma declaração conjunta de prioridades e visões críticas, em sintonia com as mobilizações pelos direitos da cidadania que caracterizaram o governo do presidente João Goulart (1961-1964).

<sup>202</sup> O Congresso de Belo Horizonte serviu também como estímulo à intensificação das ocupações de terra. Depois dele, aumentou significativamente o número de terras ocupadas, com destaque para o Rio Grande do Sul (via Master), Pernambuco (via Ligas Camponesas) e Rio de Janeiro (via Federação dos Lavradores).

trabalhadores que ocorreram no dia primeiro de abril, data imediatamente posterior ao golpe, sendo rapidamente reprimidos no dia seguinte.

A existência das Ligas Camponesas demonstra que embora experiências independentes uma da outra, as tentativas das organizações armadas do pós-golpe de mobilizarem camponeses para comporem grupos de guerrilha rural não eram uma novidade.

## 5 AS MEMÓRIAS EM DISPUTA

“O dever da memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si”.

(Ricoeur)

Neste capítulo iremos trabalhar com algumas memórias que permanecem em disputa em torno da figura de Escobar, além de fazer uma análise de como o MR-8 ficou após a morte de Felix.

### 5.1 A atuação do MR-8 na Bahia ao seu fim

No início dos anos 1960, foi formada a Dissidência Comunista da Bahia (DI-BA)<sup>203</sup>, grupo dissidente do PCB composto majoritariamente por estudantes oriundos do Colégio Central em Salvador (Zachariadhes, 2009). Os dissidentes baianos participaram da luta política contra a ditadura, na frente do movimento estudantil até meados de 1968, e ensejaram uma articulação orgânica com a Dissidência Interna da Guanabara (DI-GB)<sup>204</sup>, organização nomeada como MR-8, em 1969, após o rapto do embaixador norteamericano Charles Elbrick (Reis, 1999).

Segundo o ex-militante do MR-8 José Carlos Souza<sup>205</sup>, a formação do MR-8 na Bahia “não surgiria do nada”, pois havia uma convergência ideológica sobre a política do movimento revolucionário em curso no Brasil, qual seja: a crítica ao “vanguardismo revolucionário” e a defesa da luta armada combinada com o trabalho político junto aos operários e camponeses. Defendiam também a necessidade de “combinação de uma

---

<sup>203</sup> Foi uma organização política de extrema-esquerda existente no Brasil durante o período da ditadura militar no país. Formada por dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) depois do golpe militar, inseriu-se no movimento estudantil, chegando a ter grande influência nas universidades no fim dos anos 60.

<sup>204</sup> Formada por dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) depois do golpe militar, inseriu-se no movimento estudantil, chegando a ter grande influência nas universidades no fim dos anos 60. Em 1968, após o AI-5 e o refluxo das manifestações de estudantes, a DI-GB abandonou a militância política nas universidades e entrou na luta armada. Seu auge como organização aconteceu em setembro de 1969, quando idealizou e realizou o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, então utilizando o nome de MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), em homenagem à recém-desbaratada e extinta organização carioca de esquerda.

<sup>205</sup> Um dos protagonistas do movimento estudantil no Colégio Central, o então estudante José Carlos de Souza fez parte da DI-BA, e foi um dos fundadores do MR-8 na Bahia.

luta armada com a luta de massas”, segundo o qual, “as duas coisas têm que ser fundamentais na luta revolucionária, tanto no campo como nas cidades” (Souza, 2017).

Nesse sentido, a base política do MR-8 na Bahia foi efetivada em junho de 1969, em uma reunião entre o grupo de dissidentes baianos e militantes da Guanabara, no município de Dias D’Ávila, que fica a cerca de 60 quilômetros de Salvador (Souza, 2013, p. 25). Integrado por militantes fichados pela repressão desde o movimento estudantil, não restavam opções ao MR-8 fora da clandestinidade política em Salvador. Com os quadros militantes atuando sob a clandestinidade, os mesmos já não possuíam as vinculações orgânicas com os principais setores que a própria organização visava mobilizar, em especial a classe operária.

Em face de tais dificuldades, a organização visou desenvolver uma atuação política para além da cidade, para garantir tanto a sobrevivência dos quadros “queimados”, assim como abrir possibilidades de ação política para esses militantes. Nessa perspectiva, o surgimento de uma área de campo do MR-8 no povoado de Buriti Cristalino, no sertão baiano, permitiu durante os fins de 1969, o deslocamento de alguns militantes clandestinos para a região de Brotas de Macaúbas, onde germinou um incipiente trabalho político diante de um recuo estratégico da organização. Vale ressaltar que esse recuo não significou um abandono da cidade, uma vez que o MR-8 defendia uma luta combinada no campo e na cidade, e que os setores urbanos da organização seguissem na luta política, a despeito das dificuldades.

Segundo Codarin, “nos últimos meses de 1969, o MR-8 teve de se retrair, imergindo na clandestinidade, reduzindo suas atividades políticas a quase zero”, como uma maneira de livrar-se do alvo da repressão (Codarin, 2019, p. 550). Assim, conforme nos aponta José Carlos Souza, a possibilidade de um deslocamento para o campo, seria uma condição necessária para garantir a sobrevivência e o trabalho político dos militantes clandestinos cada vez mais cercados e acudados pela repressão (Souza, 2017).

Essa possibilidade tornou-se real mediante a adesão do então militante José Campos Barreto, o Zequinha, como um novo quadro político do MR-8.<sup>206</sup> Integrado

---

<sup>206</sup> Zequinha Barreto foi um revolucionário baiano, que atuou como operário em São Paulo. Zequinha participou das mobilizações de 1968, especialmente como líder operário na Greve de Osasco. Foi preso e destinado a três meses de cárcere e tortura. Ao ser libertado, retornou para sua terra natal, enquanto militante clandestino do MR-8 (Oliveira, 2008, p. 39-42).

junto com seus irmãos Olderico Campos Barreto e Otoniel Barreto<sup>207</sup> ao setor de campo da organização, Zequinha ofereceu uma área para atuação do MR-8 no povoado de Buriti Cristalino, terra de sua família, na cidade de Brotas de Macaúbas situada no sertão baiano da Chapada Diamantina.<sup>208</sup>

Desde então, a organização passou a contar com o povoado de Buriti Cristalino enquanto uma área de campo apta a receber militantes “queimados”, dispostos a seguirem o trabalho político no campo, sob intensa clandestinidade. Nessa perspectiva, o MR-8 adotava um recuo estratégico, uma vez que visava garantir a segurança dos militantes perseguidos e foragidos nas cidades, sem, contudo, abandonar a luta política (Santos, 2019).

Sob o compromisso de trabalhar a consciência política da população, o setor de campo contou com as aulas do “professor Roberto”, pseudônimo de Luis Antonio Santa Bárbara, ex-militante do MR-8, assassinado pela Operação Pajussara<sup>209</sup>. Se os demais militantes estavam integrados ao trabalho rural, combinando os diálogos políticos entre os moradores, Luis Antonio tornou-se o professor do povoado. Com um histórico formado pela cultura urbana, o ex-militante facilmente levantaria suspeitas caso fosse integrado a produção agrária. Deste modo, segundo José Carlos Souza, a saída utilizada foi utilizar o ex-militante como um educador, apresentado aos moradores como um antigo colega de Zequinha nos seus tempos de seminarista católico (Souza, 2017).

Por sua vez, sob um cenário repressivo de esfacelamento das organizações políticas e refluxo da luta armada nos anos 1970, o então capitão revolucionário Carlos Lamarca ensejou uma aproximação com o MR-8, após recusar o exílio proposto pela Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR, sua antiga organização. Buscando uma

---

<sup>207</sup> Nascido em Brotas de Macaúbas, no sertão da Bahia, vivia com a família na localidade de Buriti Cristalino. Em 1971, seu irmão, Zequinha Barreto, voltou a residir na casa dos pais. Ele retornou à região de Buriti Cristalino como militante do MR-8, em companhia do capitão Carlos Lamarca, que também havia se integrado ao MR-8. Zequinha e Lamarca se juntaram a Otoniel e Olderico, além de Luiz Antônio Santa Bárbara e João Lopes Salgado. Otoniel foi uma das vítimas da Operação Pajussara e morreu, aos 20 anos, em 28 de agosto de 1971.

<sup>208</sup> A região de Brotas de Macaúbas encontra-se situada no oeste do estado da Bahia. Essa região é bastante conhecida pelo clima árido e de poucas chuvas. Durante as décadas de 1960 e 1970, a economia local concentrava-se nas atividades agropastoris, na extração de minérios e na produção de aguardente e de rapadura (Miranda, 2015, p. 200).

<sup>209</sup> A Operação Pajussara foi uma operação criada e organizada para caçar Lamarca no interior. Acuados pela chegada dos militares em cada povoado por que passavam, Lamarca e Zequinha percorrem 300 km na caatinga antes de encontrarem descanso debaixo de uma baráúna. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br>.

alternativa política, Lamarca ingressou em meados de 1971 no MR-8, que na Bahia, já possuía a área de campo no Buriti Cristalino.

Conforme o historiador e ex-militante da luta armada, Jacob Gorender:

Lamarca se entusiasmou com a possibilidade de escapar à neurotizante reclusão nos aparelhos urbanos e realizar trabalho direto no campo, como o MR-8 lhe prometia. Recusou propostas de viagem ao exterior e sua permanência no Rio tomou aspecto de altíssimo risco (GORENDER, 1987, p. 199).

Além de Carlos Lamarca, Lara Lavelberg<sup>210</sup> também foi uma militante que após romper com a VPR aderiu ao MR-8. Ambos foram deslocados para a Bahia, sob a perspectiva de um recuo estratégico, agravado pelo cerco repressivo cada vez mais intenso nos centros urbanos do eixo Rio-São Paulo (Patarra, 1992, p. 25).

Recluso frente aos moradores da região, Carlos Lamarca atuou incisivamente no trabalho político realizado pelos demais militantes. Ocorriam reuniões diárias durante a noite no acampamento de Carlos Lamarca afastado do povoado. Entre as atividades encampadas pelos militantes do MR-8 no campo, destacavam-se um plano de educação popular, com a realização de “teatrinhos” engajados bem como o processo de contato e propaganda política com simpatizantes dos militantes (Salgado, 2018)<sup>211</sup>.

O “plano de educação” contribuiu para um aprofundamento do processo de alfabetização desempenhado por Luiz Antonio. Sob o auxílio de Lamarca, as aulas no povoado foram realizadas sob o método crítico e popular, visando a aproximação do conhecimento com a realidade dos filhos dos camponeses e o meio social em que estavam inseridos. Das reuniões diárias com Lamarca e demais militantes, o setor de campo definiu a realização do “teatrinho camponês” como um espaço de conscientização dos moradores do povoado.

Em seu diário de campo, Lamarca registrou o seguinte relato sobre o trabalho político do teatro:

Inicia com um companheiro<sup>212</sup> a organização de um teatrinho escrevi os textos ele já está ensaiando com uma turma e a massa está apoiando. É claro

<sup>210</sup> Lara Lavelberg, ex-militante do MR-8 foi assassinada em 20 de agosto de 1971 em Salvador, no curso da Operação Pajussara na Bahia (PATARRA, 1992).

<sup>211</sup> Entrevista realizada com João Lopes Salgado, ex militante e então dirigente do MR-8, responsável por acompanhar a adesão de Lamarca na organização, assim como a presença do capitão revolucionário no sertão baiano.

<sup>212</sup> Refere-se a Luís Antônio Santa Bárbara, o “professor Roberto”, responsável pela dinâmica de educação com os camponeses.

que não podemos organizar o teatro revolucionário ainda, mas vamos ganhando uma prática que ser-nos-á útil, ao mesmo tempo que vamos transmitindo cultura (em nível baixo por enquanto). De qualquer maneira estou contente em termos iniciado, sentindo-me útil, fazendo (embora afastado), mas chegará o dia em que participarei junto com a massa-educando, politizando, sofrendo, vencendo (LAMARCA, 1971).

A perspectiva do teatro também foi uma maneira de estreitar os laços dos militantes inseridos com a população local. Tornou-se um espaço de socialização e propaganda política, na medida em que se utilizava das peças para denunciar as problemáticas da vida camponesa daquele contexto.

O trabalho político do MR-8, assim como a passagem de Carlos Lamarca no sertão da Bahia foram abruptamente interrompidos pela ditadura militar em vigor no Brasil. Assim, no dia 28 de agosto de 1971, o povoado de Buriti Cristalino amanheceu cercado pelos agentes de diversos órgãos da repressão política da ditadura, entre os quais “a equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, agentes do DOPS e OBAN, de São Paulo, mais agentes do CISA, do CENIMAR e do CIEX – começava a Operação Pajussara, comandada pelo major Nilton de Albuquerque Cerqueira, com um total de 215 homens” (José; Miranda, 2015, p. 220).

Por seu turno, a Operação Pajussara realizou uma cena de guerra no local: a população rendida sob a mira das armas, militantes mortos (Luiz Antonio e Otoniel Barreto), e o “velho Barreto”, pai de Zequinha Barreto, severamente torturado e vítima de um suplício ao ser dependurado em um pau de arara por vários dias em sua própria casa (José; Miranda, 2015, p. 249-251).

Zequinha e Lamarca conseguiram fugir. Perseguidos em uma caçada implacável da repressão, foram “abatidos”, após percorrerem a pé cerca de 300 Quilômetros. Cansados, fadigados e famintos, foram localizados pela repressão no povoado de Pintada na cidade de Ipupiara. Sem direito a defesa, Zequinha Barreto e Carlos Lamarca foram fuzilados pela equipe de Nilton Cerqueira, pondo um fim na caçada implacável da Operação Pajussara.

O início do fim da perspectiva de atuação no campo do MR-8 se deu no dia 28 de agosto de 1971, com a deflagração da Operação Pajussara, responsável pela captura de Lamarca e desestruturação do trabalho no oeste baiano. Por intermédio das informações de José Carlos, chegaram ao dono de uma pensão em que pernoveram José Carlos, Lamarca e Zequinha, em virtude dos problemas do veículo que transportava Lamarca para Brotas. Este informou o nome verdadeiro de Zequinha, pois o conhecia. Com isso, conseguiram a localização da casa de seu pai,

em Buriti Cristalino. Ali assassinaram o irmão de Zequinha, Otoniel Campos Barreto, e Luiz Antônio Santa Bárbara, torturando diversos camponeses, incluindo o pai de Zequinha e seu outro irmão, Olderico. Em virtude do tiroteio, Lamarca, que acampava em local próximo, conseguiu fugir, acompanhado de Zequinha.

Contudo, ao contrário do sucesso do rompimento ao cerco no Vale da Ribeira, Lamarca, muito debilitado, e Zequinha não conseguiriam escapar. Zequinha carregava Lamarca nas costas no crepúsculo da caçada. No dia 17 de setembro, enquanto descansavam sob uma árvore, no município de Pintada, foram encontrados pela repressão que, sem prendê-los, os assassinou. Era o fim da perspectiva do campo do MR-8 e o início do fim da luta armada. A partir dali se aprofundariam as críticas àquela estratégia revolucionária, que seriam consolidadas como posição da organização no final do ano seguinte.

A Operação Pajussara foi uma complexa repressão militar executada pela ditadura brasileira no ano de 1971, cuja missão foi “capturar ou destruir” a luta armada do MR-8 na Bahia, em uma caçada implacável contra o ex-militante Carlos Lamarca, considerado desde então como o alvo principal do regime naquele momento. A referida operação teve sua atuação na Bahia e centralizou a sua atuação na região de Brotas de Macaúbas, sertão baiano, onde estavam inseridos alguns militantes clandestinos do MR-8. Com práticas típicas do Terrorismo de Estado, a repressão militar resultou em um profundo quadro de violação dos direitos humanos, com o uso indiscriminado de torturas, prisões e execuções sumárias dos militantes, além da propagação do terror anticomunista na população sertaneja.

Vale enfatizar que a Operação Pajussara (1971) fez parte de um amplo processo de repressão política instaurado no Brasil desde o Golpe de Estado em 1964, cuja violência institucional perdurou ao longo de toda a ditadura militar (1964-1985). Integrando a repressão a uma política institucional, a ditadura perpetrou sucessivas medidas que consolidaram o “terrorismo de Estado” no Brasil (Padrós, 2006), valendo-se do uso indiscriminado dos métodos e das ações repressivas como uma prerrogativa legal respaldada mediante o seu próprio arcabouço jurídico de exceção. Por fim, esses objetivos resultaram em um amplo cenário de cerceamento das liberdades, com a cassação dos direitos políticos, eleições indiretas, demissões e aposentadorias compulsórias, a censura, as prisões sumárias, a prática da tortura e os “desaparecimentos políticos” da oposição (Alves, 1985, p. 55-58).

Não obstante, parte da esquerda brasileira atuou diretamente nesse contexto em um processo político de “imersão geral na luta armada” (Gorender, 1987), com diferentes projetos de resistência revolucionária a fim de derrubar a ditadura e conquistar a “revolução brasileira” (Reis, 1990). Durante esse período, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), foi uma das vanguardas que fez parte da constelação de organizações armadas no Brasil (Ridenti, 2010). O MR-8 foi alvo da Operação Pajussara, que resultou no desmonte da organização com as inúmeras “quedas” de militantes na Bahia.

Denise Rollemberg, em texto que promove uma reflexão sobre Carlos Lamarca, faz uma ligação simbólica entre sua morte e a morte da luta armada enquanto projeto revolucionário, que, a exemplo do capitão da guerrilha, estava isolada e não conseguiria mobilizar as massas revolucionárias, podendo ser representativa do MR-8 neste momento:

[...] Lamarca no sertão, seco, magro, isolado, à espera de uma revolução que não vinha, que não viria. A chegada dos militares [...] a fuga desesperada de Lamarca e Zequinha, que carregava o capitão que se esvaía, que não sabia que lara já havia morrido. [...] O isolamento, o cerco, a perseguição, com forças que de tão desproporcionais eram absurdas. O tiro de misericórdia em Lamarca, em Zequinha, na luta armada. Morreram ali, na aridez do sertão, tentando frutificar uma terra infértil. A vida e a morte de Lamarca, como a vida e a morte da luta armada.<sup>213</sup>

A partir daquele 17 de setembro, acrescida da prisão de Cesar Benjamin nesse entretempo, no dia 30 de agosto, a estrutura na Bahia foi totalmente desmantelada. Os parques militantes que restaram, com exceção de Nilson Venâncio que perdeu as conexões com a organização, retornaram à Guanabara, como foi o caso de Felix Escobar. Com o fim da perspectiva de que o campo incendiaria o Brasil e daria início à revolução brasileira, o depoimento atribuído a Manoel Henrique Ferreira<sup>214</sup> é a maior expressão ao que se resumiriam as atividades políticas dos militantes do MR-8 a partir

---

<sup>213</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 75.

<sup>214</sup> Nasceu em Uberlândia, Minas Gerais, e veio para o Rio ainda jovem. Fez parte da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Na época da ditadura participou do sequestro do embaixador alemão, Ehrenfried von Holleben, de outras ações armadas e da greve nacional dos presos políticos, conhecida como Greve dos 32 dias, a favor da anistia ampla e irrestrita.

da experiência frustrada na Bahia: “ A briga de hoje deixou de ser pela revolução; é contra a repressão e pela sobrevivência.”<sup>215</sup>

A destruição da perspectiva de desenvolvimento da guerrilha rural, consolidada com a morte de Lamarca e Zequinha, isolados no oeste baiano, acendeu um profundo debate no seio do MR-8. As posições de “Candeias”, codinome utilizado por Juca Ferreira<sup>216</sup> em seus documentos políticos, para uma autocrítica radical da luta armada, iniciam um processo crescente de atração nos militantes da terra, cristalizando-se como posição da Direção-Geral a partir de janeiro de 1972. Contudo, houve resistência. Se em 1972, a resistência se concretizaria em cisão da organização no exílio, ainda em 1971 as discordâncias apareciam nas discussões realizadas no Brasil, por intermédio das Tribunas de Debates. Dentre os documentos de militantes críticos ao abandono da luta armada, enfatizamos um, do militante de codinome Pedro Calango, onde consta a frase simbólica dessa vertente do debate teórico: “Por uma autocrítica do militarismo dentro dos marcos da luta armada”.

Calango<sup>217</sup>, em documento intitulado *Sobre a luta armada*, procura realizar uma análise da conjuntura para afastar dois desvios que, a seu ver, influíam na organização neste período: “O desvio dos que querem manter a prática das ações armadas, de um ponto de vista militarista. E o desvio dos que pretendem, na crítica da maneira como foram concebidas as ações, abandonar o caminho armado para a tomada do poder político”<sup>218</sup>. Atacando, principalmente, a perspectiva teórica da esquerda revolucionária que apresentou “[...] um baixíssimo nível de domínio da realidade

---

<sup>215</sup> Depoimento atribuído a Manoel Henrique Ferreira. In: BNM 036, p. 349.

<sup>216</sup> Juca Ferreira teve intensa atuação política durante a ditadura militar. Em 13 de dezembro de 1968, foi eleito presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), mas não chegou a exercer o cargo, por conta do Ato Institucional Nº 5, promulgado naquele dia e que acirrava ainda mais a repressão política. Atuou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Em setembro de 1969, participou da execução do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick. Na década de 1970, exilou-se no Chile e depois na Suécia. Com a promulgação da Lei da Anistia, voltou para o Brasil. Fonte: Fundação Casa Rui Barbosa. São Paulo. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/depoimento-detalle-juca-ferreira.htm>.

<sup>217</sup> Daniel Aarão Reis Filho nascido no Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1946, é um historiador brasileiro e professor titular de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense (UFF). No final da década de 1960, Daniel Aarão participou da luta armada contra a ditadura militar, tendo integrado a direção do grupo que decidiu o sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, em troca da libertação de 15 presos políticos.

<sup>218</sup> CALANGO, Pedro. *Sobre a luta armada*. 1971, mimeo. In: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Coleção Daniel Aarão Reis Filho, Série: Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Documentos de Discussão Interna, documento 13, p. 1.

social, econômica e política do país, e um baixíssimo nível da teoria revolucionária”<sup>219</sup>, apontava como consequência dessa fraqueza teórica a importação de modelos revolucionários, em especial o debrayismo, que eram pouco vinculados “a um estudo concreto da realidade brasileira”.<sup>220</sup> Na esteira, promoveu uma distinção, frágil, entre ações armadas e luta armada, tentando reivindicar a manutenção da luta armada, amparado na perspectiva leninista de que a tomada do Estado é feita pela violência. Segundo Calango:

[...] luta armada é o caminho essencial para a tomada do poder. Não é uma forma de luta, como dizia o reformismo de direita. Nem se resume a uma forma de luta específica, como queriam os foquistas mais deslumbrados. A luta armada é o caminho essencial no sentido de que sem trilhar este caminho não se destrói o poder burguês em nenhum momento. É um princípio adquirido do método materialista histórico. É universal em relação aos sistemas capitalistas na fase atual do desenvolvimento do capitalismo.<sup>221</sup>

Por fim, apontava que a saída, antes de tudo, estaria em um reforço do exercício teórico, simbolizado em “[...] um estudo concreto do quadro da luta de classes no país, seu desenvolvimento e sua situação atual. [...] um domínio, cada vez maior, da teoria revolucionária e do método marxista de análise”.<sup>222</sup> Apesar do esforço retórico em justificar sua posição de permanência da organização na luta armada, no trecho final do documento fica clara sua motivação principal, relacionada ao compromisso ético com os militantes mortos:

Assim estaremos dando desdobramento à prática das ações armadas, superando as concepções que lhes deram origem sem abandonar o caminho em que elas procuraram se inserir. Assim, estaremos procurando dar um sentido aos sacrifícios de tantos companheiros que morreram na luta.

Contudo, apesar das resistências, o isolamento e as prisões se encarregavam de contra argumentar, na prática, as posições que insistiam na permanência. No início de outubro, no dia dois, a estrutura operária remanescente da Baixada Fluminense, ligada a Felix Escobar, foi descoberta, resultando em seu desaparecimento em Nova Iguaçu.<sup>223</sup> Apesar das prisões, com a necessidade de manter os militantes na

---

<sup>219</sup> Idem, p. 3.

<sup>220</sup> Idem, p. 7.

<sup>221</sup> Idem, p. 11.

<sup>222</sup> Idem, p. 22

<sup>223</sup> Não há concordância sobre data e local do desaparecimento de Felix Escobar, mas inferimos essa data a partir de depoimento atribuído a Joaquim Santana, companheiro de militância de Felix, que

clandestinidade, a organização continuava realizando ações armadas, naquele momento, exclusivamente, para sobrevivência, sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento do projeto revolucionário. Ainda em setembro realizaram duas ações em supermercados, Mercy e Disco, em novembro expropriaram um Peg-Pag e, como última ação armada da organização, em 22 do mesmo mês, expropriaram um carro forte, em conjunto com a VAR e o PCBR.<sup>224</sup>

Em 1972, no início do ano, a Direção-Geral no Brasil, composta por Sérgio Landulfo<sup>225</sup>, Juca Ferreira, João Lopes Salgado, Sergio Rubens<sup>226</sup> e Carlos Muniz<sup>227</sup>, este último já no exterior, iniciou o que caracterizavam como “fase de transição” objetivando uma nova “unidade político-ideológica da organização”, confirmando o início do processo de autocrítica. Para conduzi-lo, criaram um instrumento teórico: o Boletim Central. Os vários reveses impostos ao MR-8, segundo o documento, romperam a unidade político-ideológica proposta no *Orientação* para a prática. Com isso, seria necessária uma “análise concreta de nossa situação”, para “elaborar um plano rigoroso e harmonioso” com foco “na luta contra a ideologia pequeno-burguesa

---

aponta que foi preso em sua companhia. Para maiores detalhes, cf. depoimento atribuído a Joaquim Santana. In: BNM 190, p. 509.

<sup>224</sup> Depoimento atribuído a Nelson Rodrigues Filho. In: BNM 036, pp. 396-397. Sobre a última ação há um processo específico. Para maiores detalhes, cf. BNM 80.

<sup>225</sup> Foi preso juntamente com Paulo Costa Ribeiro Bastos em um contexto de prisões de militantes do MR-8, no dia 11 de julho de 1971, na Urca, zona sul do Rio de Janeiro. Não se sabe ao certo em que circunstâncias foram presos, persistindo duas versões para o caso: uma indicando que foram presos no apartamento em que residiam; outra, de que conseguiram escapar e, posteriormente, tiveram seu veículo interceptado. De todo modo, ambos foram levados para o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro, localizado na rua Barão de Mesquita, na Tijuca.

<sup>226</sup> Sérgio Rubens iniciou sua militância ainda jovem, no movimento estudantil, e destacou-se na resistência à ditadura, organizando as mobilizações que eclodiram em 1968. No MR8, teve papel importante na luta contra a ditadura militar, passando 10 anos na clandestinidade”, disse. “Na democracia, foi dirigente do PPL e vice-presidente do PCdoB. Nos anos de chumbo do regime militar, após a instituição do infame AI-5, diante do total fechamento do espaço político, ele foi um dos que optaram pela luta armada como forma de resistência. Participou da ação que resultou na libertação dos primeiros presos políticos em troca da soltura do então embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick.

<sup>227</sup> Carlos Aberto Muniz, de 64 anos, formado em economia, se interessou por política pouco antes de 1964, quando presidia o grêmio estudantil do Colégio Pedro II. Em 1979, deixou a luta armada e ingressou no antigo MDB. Em 2006, foi um dos coordenadores da pré-campanha a presidente da República do ex-governador Anthony Garotinho. Muniz, que teve várias funções no PMDB, é secretário-adjunto do partido no estado. Entre 87 e 90, foi presidente da Feema e, em 1996, chefiou a Serla.

e o espontaneísmo”.<sup>228</sup> A fragilidade teórica foi posta como principal indutor dos erros da organização.

A ditadura militar brasileira consolidou através da Operação Pajussara (1971), um estado de guerra repressiva na Bahia, com a escalada das ações ostensivas desde o curso da operação em Salvador, e o “massacre do Buriti Cristalino”, na região de Brotas de Macaúbas, localizada no sertão baiano. Além de desmontar a organização do MR-8 na Bahia, a Operação Pajussara tornou-se um marco crucial na derrota das esquerdas armadas em face da violência repressiva da ditadura em vigor, demarcando a hegemonia dos militares no cenário dos “anos de chumbo” no Brasil (Gorender, 1987, p. 125).

Como parte do processo de repressão, e no intento de forjar uma legitimidade social para a operação, os agentes envolvidos moldaram uma narrativa histórica ultrajante que constituiu a memória oficial do Estado de exceção, e contribuiu para alicerçar a memória coletiva dos populares surpreendidos pela referida repressão. Essa memória institucional enquadrou os principais ideários do regime ditatorial em vigor, sob o emblema do anticomunismo capaz de mobilizar as estruturas repressivas do Estado, assim como determinados setores da sociedade civil.

Desde então, essa “memória enquadrada” da ditadura foi se revelando no âmbito dos documentos institucionais que desvelam a cosmovisão do regime ditatorial em curso no Brasil, e a atuação dos agentes envolvidos na operação. Caracterizados enquanto “terroristas” e “bandidos” perigosos que ameaçavam a ordem e a “segurança nacional”, os militantes políticos foram alvos de uma ampla campanha repressiva, repleta de discursos e narrativas persecutórias, associados ao aparato militar nunca antes visto pelos populares da região.<sup>229</sup> Nessa memória sistematicamente construída pelos agentes da repressão em suas estruturas, os sentidos de suas “verdades” estão intrinsecamente coadunados com a existência de um mecanismo institucional de violências por parte da própria ditadura.

Decorrente da ditadura militar no Brasil, a Operação Pajussara (1971), resultou em um processo histórico de construção de memórias coletivas que se relacionam

---

<sup>228</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO, Boletim Central, nº1, 1972b, mimeo, p. 1. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), Fundo Gilberto Mathias, série 01 (Organizações de Esquerda), sub-série 03 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro).

<sup>229</sup> O relatório oficial da Operação Pajussara é um exemplo documental de como tais narrativas incorporam uma versão anticomunista sobre a operação.

com os seus desdobramentos ao longo do pós-ditadura no Brasil. Segundo o sociólogo Maurice Halbwachs, o conceito de “memória coletiva” pressupõe um conjunto de elementos (tradições, monumentos, datas, sujeitos) que constroem a memória como um processo geral e coletivo aos indivíduos (Halbwachs, 1990, p. 34). Portanto, trata-se de um ponto crucial de memória coletiva ao lembrar, reavivar e estimular um passado que ainda se faz presente.

Não por coincidência a operação militar se manifestou nas versões dos seus agentes e nos discursos dos documentos institucionais do Estado, a exemplo do relatório da Operação Pajussara, sob uma “memória enquadrada” (Rousso, 2016), que por sua vez compõe a ideologia dos grupos da direita brasileira que reverenciam a ditadura e aludem a uma série de negacionismos históricos e apologias ao regime e suas operações militares.

Assim, os documentos institucionais desvelam uma política de memória construída pelo Estado contra o “mito Lamarca”, assim como o conjunto de representações e simbologias atribuídas, tais quais: a “subversão”, o “terrorismo” e a “segurança nacional”. Trata-se neste caso, de um tipo de memória que “é, portanto, absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso, em memória enquadrada, um termo mais específico que memória coletiva” (Pollack, 1989, p. 8).

A construção de memórias sobre a Operação Pajussara também implicou no engessamento dessa memória tida como “oficial”, instituída estrategicamente pelos agentes de Estado durante e após a operação. Para tanto, ancorado no anticomunismo sistematicamente empregado pelos militares, a memória do regime difundiu-se entre os moradores locais, a imprensa e a sociedade brasileira como uma versão única e totalitária. Tal versão sistêmica, tinha como cerne a criminalização dos militantes políticos, imputando-os, sobretudo ao capitão Carlos Lamarca, o estigma do ser “terrorista”, ou seja, aqueles considerados pelo regime enquanto “delinquentes que, alegando pretensa motivação política, assaltam bancos, sequestram diplomatas, assassinam”, invalidando os pressupostos políticos e o contexto que estavam inseridas as ações revolucionárias (Fico, 2012, p. 26).

Em resumo, toda memória coletiva que sofre um enquadramento dessa natureza, perpassa por uma seleção e exclusão de lembranças, sob o pretexto de salvaguardar uma memória tida como genuína, absoluta e oficial. Por sua vez, desde o fim da Operação Pajussara, o regime da ditadura militar buscou evitar a difusão de qualquer memória favorável aos militantes assassinados, especialmente de Carlos

Lamarca, o mais conhecido em todo o país. Desse modo, a ditadura visou impor uma segunda morte aos revolucionários tombados na Bahia: a morte pelo esquecimento e o silêncio das memórias sobre os mesmos e do processo histórico que resultou em suas mortes.

Os documentos da imprensa do período da operação aludem ao fato de que ocorreu uma intensa censura por parte da ditadura quanto a cobertura da morte de Lamarca e demais militantes na Bahia. Uma ação de silenciamento que resultou na edificação de um complexo “muro de silêncio” especialmente pelas testemunhas da região e os remanescentes do período, resultado da política do medo adotada pelas práticas da repressão. As marcas desse processo implicaram no sufocamento de uma “memória ferida”, ainda não cicatrizada, ante os traumas e as sequelas da Operação durante a trágica invasão das forças militares na região sertaneja.

Este enquadramento à custa do silenciamento dos moradores da região, e através da cauterização de uma versão única sobre os fatos, consistiu em tornar o Estado de exceção em “senhor da memória e do esquecimento”, conforme adverte o historiador Le Goff:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1992, p. 426).

Excluindo quaisquer possibilidades de versões ou memórias tidas como indesejadas à ditadura, ergue-se, portanto, uma denominada “memória impedida”. Segundo Paul Ricoeur, esta memória consiste no esquecimento forjado pelo apagamento dos rastros das lembranças, impedindo o acesso aos “tesouros enterrados da memória” (Ricoeur, 2007, p. 452).

### *Memórias dos familiares de Felix Escobar*

Como afirma Portelli (2016, p. 12) “a história oral (...) não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores”. Assim, os relatos colhidos durante os trabalhos de campo informam não apenas sobre os fatos em si, mas também sobre o significado assumido por essa experiência na vida dos atores em questão.

Veremos a seguir alguns trechos das entrevistas realizadas com a esposa de Escobar (Irany) e com um dos seus filhos Antônio.

Na realização das entrevistas percebemos que cada um dos meus entrevistados tem uma imagem, uma visão e uma memória diferente de Félix. Por isso é importante observar cada frase, cada palavra, pois cada um traz a sua memória que seleciona para falar.

Alguns trechos mais interessantes da entrevista realizada com Antônio Escobar:

“Um dos codinomes usados por Félix para despistar a repressão era: Marquinhos.

O nome verdadeiro de Félix era Félix Escobar, em alguns documentos analisados por mim aparece seu nome como Félix Escobar Sobrinho, segundo seu filho Antônio o acréscimo de Sobrinho no nome era utilizado pelo mesmo para enganar a repressão.

José Mansano (pai de Félix) comprou uma terra no Paraná para cultivar e posteriormente dois dos seus irmãos (uns deles tinha o apelido de Dedeco) se mudaram para o Sul também. Porém nesse momento, Félix preferiu continuar no Rio, optando por não se mudar com os pais.

No ano de 1964, Félix tinha ido ao Paraná visitar seus familiares, ficando por lá mais ou menos o período de um mês.

Antônio conta que foram avisados da morte de Felix no ano de 2014/2015 quando sua irmã Elba e seu irmão Marcos foram chamados pela Polícia Federal que os informou que tinham achado o “corpo” de seu pai, e que suas ossadas foram encontradas numa rua no bairro de Irajá. A família, então, recebeu o atestado de óbito, que constava lesões como: braço quebrado e baço perfurado. O mesmo não sabe onde seu pai foi enterrado.

Antônio disse que costumavam frequentar a sua casa no Pilar nomes como: Borges, Saulo do Pilar e Zé Maluco (PCB), que foi enforcado pelas Forças Armadas (antes de 1970).

Segundo Antônio, Chico Silva era um “cagoete”, pois quando foi preso entregou o endereço de seu pai e de seu tio Maneco”. (Escobar, 2009).

Alguns trechos mais interessantes da entrevista realizada com Irany Escobar:

“ Irany Martins é natural do estado de Minas Gerais e nasceu no ano de 1948. Veio morar no Rio de Janeiro em 1962 /1963 com quatorze anos, para trabalhar em

casas de família. Indo morar no bairro de Pilar, em Duque de Caxias, pois tinha tios que residiam nessa localidade (e um deles trabalhava na Reduc). Ela não teve oportunidades de estudar, pois teve filho muito cedo. Com dezoito anos foi morar com Felix Escobar (que já tinha seis filhos) e a mesma já tinha uma filha de oito meses.

Irany não sabia do envolvimento do marido com a política, como a mesma afirmou: “talvez por ela ser nova, ele não tinha confiança”. Ela teve um casal de filhos com Felix (Claudia e Marcio). No bairro do Pilar trabalhava no canavial junto com seus pais. Voltou a Minas com os filhos pelo período de oito meses.

Irany contou que viajou para Bahia de ônibus para encontrar o marido, sendo ajudada por um rapaz. Ficou morando por volta de dois anos entre Salvador, Feira de Santana e Jardim Cruzeiro. Chegou a morar com Lara, que tinha o apelido de Dora e segundo o relato de Irany tinha problema de asma e tinha um perfil de “grã fina”. Nesse período também conheceu e chegou a morar junto por um tempo com o Fio (Salgado). Na Bahia era conhecida como Maria e Félix como Manoel.

Irany foi presa por duas vezes: uma no Rio (ficou presa por três dias) e outra na Bahia. Depois da morte do esposo, teve que trabalhar como diarista para sustentar os filhos”. (Escobar, 2009).

Ao transcrever as entrevistas e analisá-las fica claro que Irany via o esposo como uma excelente pessoa, era calmo e tranquilo (Félix era muito mais velho que Irany) apesar dos problemas de política. E que a mesma passou por muita humilhação e drama durante esse período da sua vida, pois como a mesma afirmou em entrevista vivia sempre se escondendo, o que acabou gerando nela futuramente “problemas de cabeça”. E que Antônio se ressentia muito da ausência do pai, que como o mesmo disse: “Ficava mais na rua do que em casa”. E que com a morte da sua mãe e a maior parte de tempo com a ausência do pai teve que estudar em várias escolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forte presença e a intervenção do governo Vargas durante o Estado Novo se fizeram sentir em Caxias por meio dos projetos de colonização e industrialização, dos investimentos em infraestrutura, do processo de emancipação, das nomeações de interventores e da imposição de um aparato repressor para manter o controle da massa urbana e a afirmação do amaralismo local.

Silêncio, fraudes e privatização são marcas deixadas pela ditadura. Em 1968, a FNM foi privatizada, passando para a Alfa Romeo (indústria italiana), em meio à revolta dos trabalhadores e ao inquérito aberto para apurar a existência de fraudes. Em 1976, a fábrica passou para o domínio da Fiat (empresa italiana), e os operários iniciaram a convivência com a racionalização da produção, a automação, a intensificação dos ritmos de trabalho e a hipereexploração da força de trabalho.

Privatização, desemprego e extermínio. Todos os dias, chegavam mais trabalhadores em busca de emprego e se alojavam como podiam, onde as condições de vida eram péssimas.

Com a presença dos militares, os privilégios foram mantidos para um pequeno setor local, e o domínio dos representantes da Arena<sup>230</sup> como Hydekel de Freitas<sup>231</sup>, Ampliato Cabral, Samuel Corrêa e outros se foram consolidando.

Numa perspectiva thompsoniana, os movimentos sociais, políticos e culturais aqui descritos, mesmo tendo sido destruídos pela repressão, permanecem enquanto possibilidades.

Hoje, o município de Duque de Caxias está dividido administrativamente em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém. Caxias é um dos municípios mais populosos do Estado do Rio de Janeiro. Sua população se

---

<sup>230</sup> A ARENA foi um partido político que ganhou vida durante o Regime Militar, associando as ideologias políticas associadas à direita conservadora que tomou o poder de João Goulart nos anos 1960. Como aliança, juntou grupos políticos diferentes, mas tinha como fio condutor o anticomunismo, a Doutrina de Segurança Nacional, o apelo pró-EUA, o conservadorismo e o nacionalismo militar. Ver: Revista Aventuras na História. Publicado em 18/11/2019.

<sup>231</sup> Hydekel nasceu em Porciúncula, interior do estado, em 1939, chegando ainda criança a Caxias. Seu pai era comerciante e investiu na compra de lotação, tornando-se organizador e proprietário da empresa de transporte rodoviário Santo Antônio. Hydekel fazia parte do grupo dos playboys e fazia oposição a Tenório Cavalcanti. Eleito deputado pelo Partido Republicano, tornou-se, logo depois, líder da bancada. Em 1964, casou-se com Natália Sandra Cavalcanti, filha, assessora e secretária de Tenório. Segundo a irmã, Maria do Carmo, seu pai não queria o casamento, mas não teve como impedi-lo. Fica claro que, com a mudança da conjuntura, favorável aos conservadores e aos militares, a posição política de Hydekel representou a possibilidade de permanência na articulação do poder.

localiza principalmente no primeiro e segundo distrito. Seu território é recortado pelas Rodovias Washington Luís e Rio Magé, formando corredores de expansão populacional e de atração de investimentos públicos e privados.

Sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro foi facilitada pela construção das Linhas Vermelha e Amarela. A duplicação da Rodovia Washington Luís e os incentivos municipais atuaram como atrativos a novos investimentos, principalmente na ampliação do polo petroquímico e na inauguração do polo gásquímico. Um outro setor que se vem destacando é o do consumo, retratado pelos investimentos na instalação de shoppings, hipermercados e lojas de marca que concorrem com os pequenos e médios comerciantes locais.

Há uma perspectiva institucional de que teriam sido levados à luta armada vários daqueles que se viram privados de seus canais de atuação política e social depois do golpe de 1964, ou depois do “golpe dentro do golpe” de 1968: camponeses perseguidos, militares expulsos de suas corporações, sindicalistas e políticos cassados, intelectuais e estudantes expulsos das escolas e impedidos de organizar-se livremente. Sendo assim, a resistência armada teria sido o último mecanismo para aqueles que ficaram sem espaço de atuação institucional ou privados da própria atividade com que ganhavam a vida, impedidos de se manifestar e de existir como oposição.

A análise por esse ângulo apresentado acima revela parte da realidade. Efetivamente ocorreu o estreitamento dos canais de expressão política institucional em 1964, e depois com mais intensidade em dezembro de 1968, o que, de certo modo, levou um razoável número de pessoas para as organizações armadas. Porém esse tipo de análise, ao revelar a parte, mistifica o todo social e a própria luta de classes no período.

Logo, os grupos armados não pretenderam se opor, só e fundamentalmente, mais construir uma resistência à ditadura. O projeto de formação de guerrilhas no Brasil era anterior ao golpe de 1964; vinha, desde o início daquela década, estimulado pela revolução em Cuba. Isso para não falar nas propostas de revolução armada que vinham de muito antes, na tradição bolchevique, como o levante comunista de 1935, como a linha política do PCB no início dos anos 1950 e os projetos revolucionários comunistas de tendência trotskista.

Assim, a luta das esquerdas em armas após o golpe de 1964 tinha como projeto, não só derrubar a ditadura, mas caminhar definitivamente rumo ao fim da

exploração de classe, embora houvesse divergências entre as organizações sobre como se chegaria ao socialismo.

Quanto ao endurecimento da ditadura após o AI-5, existem teses opostas à direita e à esquerda. O grupo da direita diz que foi levado ao uso da repressão mais violenta para responder à ameaça da guerrilha promovida por setores da esquerda que, por sua vez, alega que o fechamento da ditadura os levou a pegar em armas para combatê-la. Os dois argumentos parecem problemáticos, embora sirvam às pessoas envolvidas para justificar suas próprias ações.

O argumento por parte da esquerda até certo ponto se aguenta, pois houve organizações significativas que não pegaram em armas, não só o PCB, mas também grupos que se consideravam revolucionários, caso da AP (Ação Popular) e do PORT (Partido Operário Revolucionário – Trotskista)<sup>232</sup>. Além disso, em 1968, ALN, VPR e Colina<sup>233</sup> já faziam ações armadas, embora só depois do AI-5 tenha ocorrido o que Gorender,<sup>234</sup> chamou de “imersão geral na luta armada”.

Por sua vez, o argumento à direita não convence também, porque as ações armadas no período eram elementares e controladas pelo regime, que conseguira acabar com a guerrilha de Caparaó<sup>235</sup>, em 1967, bem como os movimentos de massa de 1968, principalmente o estudantil e o operário, já desarticulados bem antes do “golpe dentro do golpe”.

---

<sup>232</sup> Surgiu no ano de 1953 sob a influência do argentino Homero Cristali em ferrenha oposição ao PCB, então adepto da linha stalinista. A forte repressão que sofreu de 1970 a 1972 levou-o à extinção. Mais informações ver: SORIANO, Francisco. *A grande partida: Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: F. Soriano, 2010.

<sup>233</sup> Surgiu de uma cisão da POLOP, no ano de 1967 e, em 1969, fundiu-se com a VPR para formar a VAR- Palmares. No mês de março de 1969, em Belo Horizonte, um dos seus primeiros quadros mortos sob tortura foi o sargento da Aeronáutica João Lucas Alves, cujo laudo necroscópico oficial acusa a falta de algumas de suas unhas. Mais informações ver: SORIANO, Francisco. *A grande partida: Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: F. Soriano, 2010.

<sup>234</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987, p.153.

<sup>235</sup> A Guerrilha do Caparaó (1966-1967) foi a primeira tentativa de organização de uma resistência armada ao regime militar implantado no Brasil em 1964. Foi constituída por intelectuais, militares cassados e militantes de esquerda que, influenciados pelos ideais revolucionários de Che Guevara e pelo pensamento de Fidel Castro, se rebelaram contra o governo. O movimento foi organizado pelo MRN – Movimento Nacionalista Revolucionário, liderado pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Os planos do MRN foram descobertos ainda na fase de preparação e seus membros foram presos pelos militares.

Para Gorender (1987), o fracasso da esquerda se deu por uma conjunção de fatores: hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas, entre outros.

Para a esquerda armada, a guerrilha urbana devia ser preparatória da guerrilha rural. Porém, nenhuma das organizações brasileiras empenhadas na guerrilha urbana chegou à guerrilha rural.<sup>236</sup>

Segundo Gorender (1987), a esquerda não pode ser colocada no papel de vítima passiva, pois toda ela se opôs a ditadura militar e a maior parte dela adotou a linha da luta armada. Organizações de esquerda praticaram atos como: atentados a bombas e armas de fogo, assaltos a bancos, sequestros de diplomatas e de aviões, justicamento de inimigos, entre outros. Para o autor, a esquerda deve assumir a violência que praticou e que a mesma original é a do opressor. Assim, a violência do oprimido veio como resposta. Outra questão importante que o autor aborda é que casos de tortura praticada por organizações de esquerda nunca foram verificados.

A realidade é que a ditadura militar, sustentada por um relativo crescimento econômico e por uma violenta repressão política, derrotou todos aqueles que se lançaram contra ela entre o final dos anos 1960 e meados da década de 1970.

Analisar depoimentos de militantes revelam uma certa idealização do passado, que normalmente ocorre com as memórias, especialmente as da juventude. É possível; mas o que interessa é ressaltar que as normas de funcionamento interno das organizações de esquerda não eram tomadas pelos militantes como algo que lhes era imposto contra a vontade, mas consideradas legítimas e necessárias naquela conjuntura.

Falar de ditadura continua sendo ainda um tabu, um número considerável de pessoas se incomoda de lembrar o passado, isso porque uma parte da sociedade brasileira, por ação ou omissão, foi conivente com a mesma. Talvez seja difícil admitir essa verdade, e mais ainda que a ordem estabelecida hoje seja herdeira do que foi orquestrado pelos poderosos naquele tempo.

---

<sup>236</sup> A guerrilha rural era o ponto focal dos comunistas, que envolveu quase uma centena de jovens, na maioria estudantes, letrados e com formação política, que viriam a enfrentar as maiores dificuldades dentro da selva amazônica, isolados em grande escala, do resto do País, providos com rádios, que quando pegavam os sinais, era possível ouvir os acontecimentos do Brasil e do mundo. Esses jovens acabaram morrendo nos combates do Araguaia, seus corpos continuam desaparecidos.

A lei da anistia<sup>237</sup> de 1979 corroborou com a impunidade dos torturadores. Pois, a mesma é uma lei de “duas mãos”, a beneficiar torturadores e vítimas. É inadmissível que o crime de tortura seja considerado como crime político, passível de anistia e prescrição.

Pois ao mesmo tempo em que esta lei perdoa militares da esquerda pelos seus “crimes durante a ditadura (considerados assim pelos próprios militares), também age para livrar os agentes da repressão dos - de fato – crimes de tortura e genocídio. A luta desses grupos que disputam pelo passado, seguindo as ideias de Pollak, também corroboram para entendermos a desigualdade entre tais forças. A própria prática de apagamento da memória pode ser vista como uma forma de “varrimento” de provas que podem comprometer a imagem dos agentes envolvidos nas atrocidades, cometidas nos porões dos quartéis. Vale, assim, destacar como este trabalho é importante para romper o silêncio, imposto por grupos ligados ao poder durante o regime, e que se mantém até os dias atuais”.

O passado ditatorial brasileiro permanece como um “fantasma” a assombrar e contaminar o presente. Contaminar porque devido à incapacidade de reconhecer e julgar os crimes do Estado no passado transforma-se numa espécie de referência para ações criminosas praticadas pela polícia e por outros setores do Estado.

Na experiência de transição brasileira constata-se um processo aberto e incompleto, já que somente foi contemplado o direito à reparação, com o pagamento de indenização aos familiares dos desaparecidos no regime militar. Um dos exemplos disso é o caso da esposa e os filhos de Felix Escobar, (que foram recompensados simbolicamente apenas no governo de Michel Temer (2016-2019). Os demais deveres do Estado, que consistem em investigar, processar e punir os violadores dos direitos humanos; revelar a verdade para as vítimas, seus familiares e toda a sociedade; e afastar os criminosos de órgãos relacionados ao exercício da lei e de outras posições de autoridade, ou não foi cumprida ou têm sido de maneira acessória. Devemos avançar na garantia do direito à verdade, do direito à justiça e em reformas institucionais.

Às Forças Armadas, cabem a tarefa de abrir arquivos, revelar todos os fatos ocorridos, permitindo assim que a sociedade conheça toda a sua História. Sinalizando que passados mais de vinte anos que o último general deixou o poder, tornou-se

---

<sup>237</sup> Lei da anistia é a denominação popular da Lei nº 6.683, promulgada pelo presidente Figueiredo em 28 de agosto de 1979, após uma ampla mobilização social, ainda durante o regime militar.

uma instituição que respeita os valores da democracia e, portanto, sabe que têm a obrigação de assumir os erros do passado e pedir perdão as vítimas, seus familiares e toda a sociedade brasileira.

Devemos lembrar-nos dos inúmeros casos de assassinatos de pessoas que não tinham nada a ver com grupos comunistas, que eram apenas opositores do regime militar, como foram os casos do ex-deputado federal Rubens Paiva<sup>238</sup> e do jornalista Vladimir Herzog<sup>239</sup>. Esses casos já serviriam para colocar por terra o argumento que geralmente é utilizado pelo pensamento conservador nacional de que julgar os crimes da ditadura é imprudente porque significaria julgar as ações do Estado na guerra de defesa contra a “ameaça comunista”.

Segundo Jelin<sup>240</sup>, pensar no contexto atual significa pensar nos regimes democráticos atuais, que propõem políticas neoliberais com um forte apego ao mercado, uma forte violência policial, direitos civis ameaçados e discriminação de minorias. Neste contexto, cabe pensar nas continuidades e rupturas entre as ditaduras e os regimes constitucionais da atualidade. A luta política se coloca contra o esquecimento: lembrar para não repetir.

A luta das vítimas da ditadura militar converte-se em uma luta pelos direitos humanos e contra o arbítrio. Vale lembrar a importância dos Grupos Tortura Nunca Mais na denúncia e combate à tortura no Brasil, prática presente antes da instauração

---

<sup>238</sup> Rubens Beyrodt Paiva (Santos, 26 de dezembro de 1929 — desaparecido em 20 de janeiro de 1971) foi um engenheiro civil e político brasileiro desaparecido durante o regime militar. Era filho de Jaime Almeida Paiva, advogado, fazendeiro do Vale do Ribeira e despachante do Porto de Santos, e de Araci Beyrodt. Casou-se com Maria Lucrecia Eunice Facciolla, com quem teve cinco filhos: Marcelo Rubens Paiva, escritor e jornalista, Vera Sílvia Facciolla Paiva (psicóloga e professora), Maria Eliana Facciolla Paiva (jornalista, editora de arte e professora), Ana Lúcia Facciolla Paiva (matemática e empresária) e Maria Beatriz Facciolla Paiva (psicóloga e professora). Formou-se em engenharia civil pela Universidade Mackenzie, em São Paulo, em 1954. Militou no movimento estudantil na campanha "O petróleo é nosso". Foi presidente do centro acadêmico e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo.

<sup>239</sup> Vladimir Herzog, nascido Vlado Herzog (Osijek, Reino da Iugoslávia, 27 de junho de 1937 — São Paulo, 25 de outubro de 1975), foi um jornalista, professor e dramaturgo brasileiro. O nome de Vladimir tornou-se central no movimento pela restauração da democracia no Brasil após 1964. Militante do Partido Comunista Brasileiro, foi torturado até a morte nas instalações do DOI-CODI, no quartel-general do II Exército, em São Paulo, após ter se apresentado ao órgão para "prestar esclarecimentos" sobre suas "ligações e atividades criminosas". Ele era casado com a publicitária Clarice Herzog, com quem tinha dois filhos. Após a morte do marido, além do trauma da perda, ela teve muita dificuldade em explicar aos filhos pequenos o que havia ocorrido com o pai. Corajosa e obstinada, Clarice conseguiu, depois de três anos (1978), que a União fosse responsabilizada judicialmente pela morte de Vlado. Para ela, não foi um consolo saber que sua morte desencadeou a primeira reação popular contra a brutalidade da repressão política do regime.

<sup>240</sup> JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2002.

do regime militar e potencializada nele e após. A diferença entre o período militar e o que vivemos é que hoje o alvo da tortura não é mais as camadas médias da população, e sim as classes perigosas, os torturáveis de sempre.

O Brasil ainda não deu a resposta necessária para estas famílias e para a sociedade como um todo. As demandas dos grupos mencionados não são individuais, relacionadas somente às vítimas. São demandas que deveriam ser vistas como necessárias para a sociedade brasileira. O direito à verdade e, principalmente, à justiça, é algo que está previsto em decisões de organismos internacionais de direitos humanos e na própria Constituição de 1988. Não o realizar é permitir que infrações a direitos humanos continuem a acontecer, como de fato ocorre no Brasil.

A Comissão da Verdade Brasileira foi criada apenas em maio de 2012, sendo a última na América Latina e tem como abrangência o período dos anos de 1946 a 1988. A mesma tem como objetivo examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados durante esse período. Ela é composta por sete membros: Cláudio Fonteneles (procurador geral da República entre 2003 e 2005 – foi membro da Ação Popular), Gilson Dipp (Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde 2011), José Carlos Dias (Ministro da Justiça – governo FHC), José Paulo Cavalcanti Filho (Advogado), Maria Rita Kehl (psicanalista), Paulo Sérgio Pinheiro (Professor USP e diplomata) e Rosa Maria Cardoso da Cunha (advogada criminalista). Teve a duração de dois anos. Quanto à Comissão, tenho duas indagações mais pertinentes a fazer.

A primeira, por que a mesma tem o poder de investigar, descobrir e não punir? A segunda questão, por que motivo/ razão não foi convidado a fazer parte da mesma nenhum historiador?

Chegará o tempo em que o Brasil descobrirá que não haverá perdão enquanto não houver reconhecimento do crime. As famílias guardam e resguardam a memória dos seus, sonham com os caminhos de um mundo mais justo, livre da impunidade e menos submetido à humilhação das propostas que giram em torno da utilidade das razões de Estado. Não acabaremos com as balas perdidas, com os atos de violência e tortura se não apurarmos a verdade dos anos de terror da ditadura do Estado de modo a vencermos a cultura da impunidade. Pois essa bala perdida é, como o silêncio e o esquecimento, atos pelo qual ninguém se responsabiliza.

As memórias estão sempre sendo reelaboradas e envoltas em uma complexa trama de construção, reconstrução e ressignificação das lembranças, na medida que as experiências históricas, sobretudo no tempo presente, induzem aos processos de

transformações das próprias memórias. Isto posto, a memória então enquadrada pela ditadura militar não prevaleceu por completo, uma vez que surgiram memórias subterrâneas e clandestinas, e a emersão de lembranças incômodas ao regime por parte dos populares remanescentes do período.

“ É importante observarmos o quão importante é a democracia neste processo de revisitar o passado e resgatar memórias enterradas de forma proposital. Foi graças à liberdade do pensamento que documentos e monumentos (Le Goff, 1990) esquecidos pelo Estado se tornaram objeto de busca de vários pesquisadores e profissionais que lidam com a História”.

A memória coletiva do período da Ditadura brasileira suscitou um campo de “batalha de memórias” (Pollack, 1989), quando as memórias oficiais do Estado brasileiro têm sido confrontadas por uma nova perspectiva de memórias em caráter de denúncia dos crimes cometidos pela repressão da operação. Tal duelo se revela até o presente momento pela manifestação das narrativas e lembranças do outro lado dessa mesma história: as lembranças das vítimas, dos sobreviventes e dos que resistiram ao terror da Ditadura brasileira.

Cabe destacar o protagonismo político do cardeal D. Paulo Evaristo Arns, um dos principais agitadores pela “Anistia ampla, geral e irrestrita”, e responsável pelo antológico dossiê Brasil Nunca Mais que expôs os horrores das torturas praticadas como uma política de Estado durante a ditadura. Considerado enquanto um marco na “batalha de memórias” entre militantes versus militares, a obra organizada pela Arquidiocese de São Paulo, desnuda o passado da ditadura brasileira entre 1964-1985, sob o escopo da repressão política e suas marcas no período: prisões, torturas e mortes das vítimas do terrorismo de Estado no Brasil (Arns, 1985).

Também cumpriu um papel importante o trabalho desenvolvido pelo Movimento Feminino pela Anistia em 1975, somado aos Comitês brasileiros pela Anistia (CBAs), em 1978. Os CBAs tinham como objetivos o esclarecimento das prisões e torturas, a devolução dos corpos às famílias, a responsabilização e punição dos perpetradores, além do desmonte da repressão política e seus aparelhos, e a extinção das leis de exceção vigentes no Brasil (Teles, 2009, p. 150).

Sem desconsiderar os efeitos brutais da repressão estatal, os resultados da pesquisa parecem sugerir que o não engajamento de boa parte dos camponeses e o engajamento “conquistado” (Freire, 2018) de alguns camponeses pelos militantes podem estar relacionados à tensão entre universos culturais distintos e

hierarquizados, cujos membros conheciam pouco a realidade um do outro. Ao lado disso, as eventuais relações antidialógicas, sempre muito difíceis de serem evitadas, também podem ter contribuído para este não engajamento. Isso não significa que a conformação deste tipo de relação seja produto de uma intencionalidade dos militantes enquanto indivíduos. O mais provável é que tal abordagem seja resultante da formação política que receberam, marcada pelo pressuposto de que o partido possui uma verdade que devia ser difundida e absorvida pelas massas.

Como pontua Scott (1979), tendo em vista o fato das tradições camponesas serem mais antigas (em alguns casos chegando a ser milenar), os camponeses tendem a se identificar mais enquanto clãs, etnias, linhagens, grupos familiares ou religiões, do que enquanto classe, categoria privilegiada pelos militantes. Além disso, o campesinato tem uma tradição de resistência passiva, expressa em estratégias como a morosidade, fuga, dissimulação etc; além de um histórico de rebeliões inspiradas em valores religiosos, o que igualmente se distingue da perspectiva da revolução socialista. Tamanho hiato não se supera sem um longo e continuado investimento de tempo e esforço no sentido de compreender e compartilhar a realidade camponesa, para, a partir disso, estabelecer um diálogo político.

O acionamento de contatos de antigos militantes do PCB do pré-golpe foi uma característica das diversas organizações. Como exemplos temos, o Colina e o MR-8 o fizeram com sindicalistas da Baixada Fluminense que haviam precisado se afastar das atividades do partido em função da repressão no imediato pós-golpe. Ridenti (2010) aponta que outras organizações, como a ALN também lançavam mão desse recurso. Trata-se, em certo sentido, do acionamento das socializações prévias (Silva e Ruskowski, 2016) que conferem ao indivíduo uma disposição maior ao engajamento.

Conclui-se que o passado é um terreno em permanente disputa. As memórias sobre este passado não são imutáveis, tampouco neutras e/ou imparciais. Ao contrário, elas revelam sobretudo as contradições e os conflitos do tempo presente, assim como os anseios e as expectativas sobre um horizonte do futuro, mediante o ato de rememorar um passado no presente.

## REFERÊNCIAS

- ALAVI, Hanza. **Peasants and Revolution**. In: Socialist Register. Vol. 2, 1965.
- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, FGV, 1990.
- ALVES, José. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias/RJ: APPH, CLIO, 2003.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1985)**. Editora Vozes, 1985.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo (org). **Brasil: nunca mais**. 25ª ed., Petrópolis: Vozes, 1990.
- BARROS, José D'Assunção. **Sobre a feitura da micro-história**. OPSIS, vol. 7. n. 9, jul-dez, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Une classe objet. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. N. 17- 18, 1977.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras. 3ed, 1994.
- BRAZ, Antonio Augusto e ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias, RJ: APPH – Clío, 2010.
- BURKE, Peter (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O Mundo como Teatro, estudos de antropologia histórica**. Lisboa, Difel, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Orgs.). **Desaparecidos Políticos**. Rio de Janeiro: Opções/Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.
- CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. **O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2008.

CAPITANI, Avelino. **A rebelião dos marinheiros**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion ; VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da história. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CATELA, Ludmila. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila; JELIN, Elisabeth. **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

CLAUSEWITZ, Carl. **De la guerre**. Paris: Éditions de Minuit, 1955.

CODARIN, Higor. **A arma da crítica legitimando a crítica das armas: o debate teórico na esquerda armada brasileira**. Revista Tempos Históricos, Volume 23, 1º semestre de 2019.

\_\_\_\_\_. **Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1971)**. In: Diálogos. VOL. 23, N. 2, 2019.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Direito à Memória e à Verdade**. Brasília, 2007.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014.

CORRÊA, Elisa; MACEDO, Marcelo. **Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré 64**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Vol. 15 N. 2, 2007.

COSTA, Luiz F. C. **Sindicalismo Rural Brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Edur, 1996.

COSTA, Maria. **Etnografia de arquivos – entre o passado e o presente**. In: Matrizes, Ano 3 – nº 2 jan/jul. 2010.

CRUZ, Carlon. **Lamarca**. Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos/BA: edição do autor, s/d.]

CUNHA, Magali. **Memória, verdade e justiça: o Projeto Brasil Nunca Mais e a comunicação alternativa nos anos de chumbo no Brasil**. In: Lumina, Vol. 8 N. 2, 2014.

DA SILVA, Sandra Regina Barbosa. **Ousar Lutar, Ousar Vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)**. Bahia: EDUFBA, 2013.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELS, Friedrich. **O problema camponês na França e na Alemanha**. In: SILVA, José G. e STOLCKE, Verena (orgs.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **Revolução e contrarrevolução na Alemanha**. In: \_\_\_\_\_. **Revolução antes da Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FANON, Francis. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV. 2ed. 1998.

FICO, Carlos. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Rio de Janeiro: Edusc, 2004.

FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; Grin, Monica (orgs). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GINZBURG, Carlos. **A micro história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRECO, Heloisa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2003.

GREGÓRIO, Maria do Carmo. **Solano Trindade: Raça e Classe, Poesia e Teatro na Trajetória de Um Afro-Brasileiro (1930-1960)**. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2005.

GRYNSZPAN, Mário. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1960)**. Dissertação de Mestrado pelo Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARRIS, Adrienne. Memorializations of a martyr and her mutilated bodies: Public monuments to Soviet war hero Zoya Kosmodemyanskaya, 1942 to the present. In: **Journal of War and Culture Studies**. VOL. 5, N. 1, 2012.

HERLER, Thomaz J. **Formação e trajetória do primeiro MR-8: possibilidades e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político-militar (1964-1969)**. Dissertação de Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UEOP). Marechal Cândido Rondon/PR, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWN, Eric. **Os Camponeses e a Política**. In: **Ensaio de Opinião**, Vol. 8, 1978.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memória**. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da Ditadura Militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

LACERDA, Stélio. **Caxias de Ontem: um pouco de memória**. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, 2002.

\_\_\_\_\_. Uma Passagem pela Caxias dos Anos 60. **Fragments de Memória e Registros Gerais**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEMOS, Santos. **Sangue no 311**. Rio de Janeiro: Reper Editora, 1967.

\_\_\_\_\_. **O Negro Sabará**. Rio de Janeiro: Destaque, 1977.

\_\_\_\_\_. **Os Donos da Cidade**. Rio de Janeiro: Caxias Recortes, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LENIN, Vladimir. **A aliança operário-camponesa**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961. 217

\_\_\_\_\_. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

LIMA, Ulisses. **Luta armada: Baixada Fluminense (1961)**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1985.

LOPES, Rogerio. **Tenente Domingos Lopes e a guerrilha em Xerém**. Monografia de Licenciatura em História pela Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC). Duque de Caxias, 2016.

LOWY, Michael. **O Pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MACEDO, Elza Dely Veloso. “**Ordem na Casa e Vamos à Luta! Movimento de Mulheres no Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia Cunha – Uma Militante**”. Tese de Doutorado em História pelo Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, 2001.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: O guerrilheiro que incendiou o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAIA, Aline Borghoff. Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988): articulações rufo-fabris na Baixada Fluminense. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 2017.

MAIA, Aline. O lugar do rural na Baixada Fluminense: incorporação urbana, luta pela terra e articulações rufo-fabris em Duque de Caxias. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)**. Dissertação de Mestrado pela Universidade Severino Sombra (USS). Vassouras, 2005.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. Moscovo: Edições Progresso, Lisboa: Edições Avante, 1982.

\_\_\_\_\_. **Para a questão judaica**. Expressão Popular. São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MEDEIROS, Leonilde. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UEC). Campinas/SP, 1995.

MEDEIROS, Leonilde [et al]. Conflitos fundiários em Duque de Caxias e Nova Iguaçu: repressão e formas de resistência. In: **Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, 2015.

MIGDAL, Joel S. **Peasants, Politics, and Revolution: pressures toward Political and Social Change in the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1974.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, João Quartim de. **A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968. Notas historiográficas e observações críticas**. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, n.1. São Paulo, 1989.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **História e Memória**. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) **História, Pensar e Fazer**. Laboratório Dimensões da História, Niterói, 1998.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares**. In: Projeto História, n. 1, São Paulo, 1993.

NOVAES, Regina. **Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo.** In: ESTERCI, Neide [et al.]. *Fazendo Antropologia no Brasil.* Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, de Amêndola Márcio. **Zequinha Barreto – um jovem revolucionário na guerra contra a ditadura.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PADRÓS, Enrique Sena, BARBOSA, Vânia M, LOPEZ, Vanessa Albertinence,

SIMÕES, Amanda Fernandes (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória.** 2.ed. Porto Alegre: Corag, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.** 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”.** 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. **Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional.** Porto Alegre: CORAG, 2006.

PAIGE, Jeffery M. **Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World.** New York: Free Press, 1975.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PATARRA, Judith. **Iara: uma reportagem biográfica.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PLATT, Jonathan. **Zoya Kosmodemianskaya: between sacrifice and extermination.** In: *New Formations*, 89/90, 2016.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 2, n.3, 1989.

\_\_\_\_\_. **Memória e Identidade Social.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 5, n.10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **“O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum”** In: FERREIRA e AMADO, Toscana, 1998.

\_\_\_\_\_. ***The order has been carried out: history, memory, and meaning of a Nazi massacre in Rome.*** New York: Palgrave, 2003.

PUREZA, José. **Memória camponesa.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). **Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RÉMOND, René. **O Retorno do político**. In: CHAVEAU, A. & TÈTARD, P. (orgs). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1992.

RICARDO, José Ramalho. **Estado Patrão e Luta Operária: O caso FNM**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RICOEUR, Paul. **"Entre memória e história"**. In Projeto. Paris: número 248, p.11, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

RIDENTI, Marcelo. **A vanguarda armada e as massas na revolução que não ocorreu**. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, ANPOCS, 1987.

RODRIGUES, Georgete M. **Verdade do arquivo versus autoridade do arquivo: reflexões a partir do caso Herzog**. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A. (orgs.) **Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: O treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

\_\_\_\_\_. **Esquerdas revolucionárias e luta armada**. In DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SALES, Jean. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Tese de Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UEC). Campinas/SP, 2005.

SANTOS, Taylan Santana. **A História do MR-8 e os desdobramentos da Operação Pajussara na Bahia**. Dissertação de Mestrado pela Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus/BA, 2019.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado**. Buenos Aires, Siglo Vinteuno, 2005.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2005.

SCOTT, James. Hegemony and the Peasantry. In: **Politics and Society**. Vol. 7, N. 3, 1977.

\_\_\_\_\_. Revolution in the Revolution: peasants and the commissars. In: **Theory and Society**. Vol. 7, N. 1/2, Special Double Issue on State and Revolution, 1979.

\_\_\_\_\_. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: **Raíces**. Vol. 21, N. 1, 2002.

SHANIN, Teodor. El campesinado como factor político. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Campeños y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVA, Jaime. Novos marcos para o acesso aos documentos da ditadura militar (1964-1985). In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A. (orgs.) **Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

SILVA, Renato. **Reforma Agrária em Duque de Caxias: 1952 a 1992**. Duque de Caxias: Gabinete do Vereador José Zumba, 1998.

SKOCPOL, Theda. **States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1979.

\_\_\_\_\_. Review: What Makes Peasants Revolutionary? In: **Comparative Politics**. Vol. 14, N. 3, 1982.

SORIANO, Francisco. **A grande partida: Anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: F. Soriano, 2010.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964**. Dissertação de Mestrado em História – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF), Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) - Niterói, 2002.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias**. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014. 276 p.

SOUZA, Silva Sandra Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)**. EDUFBA, Salvador, 2013.

STTOPPINO, Mario. **Poder**. In: Bobbio, Noberto et alli. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1995.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína de Almeida. (orgs.) **Desarquivando a Ditadura – memória e justiça no Brasil**. Volume II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 2000.

TELÓ, Fabrício; BRITO, Ricardo. Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu. In: MEDEIROS, Leonilde (coord.). **Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

TELÓ, Fabrício; MEDEIROS, Leonilde. Violência e poder do Estado nos momentos iniciais do regime militar: a ação da Guarda Rural do IBRA. In: SALES, Jean; MORAES, Luis e BRETAS, Marcos (orgs). **História escrita, história vivida: movimentos sociais, memória e repressão política durante a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019.

THIESEN, Icleia. Documentos “sensíveis” entre a memória institucional e a memória vivida: a verdade (im)possível. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A. (orgs.) **Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, Rogério e MENEZES, Newton. **Sonegação, fome, saque**. Rio de Janeiro: Consórcio de Administração de Edições, 1987.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Editora: Planeta do Brasil 2008.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. (Org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

WOLF, Eric. **Guerras camponesas no século XX**. São Paulo: Global, 1984.

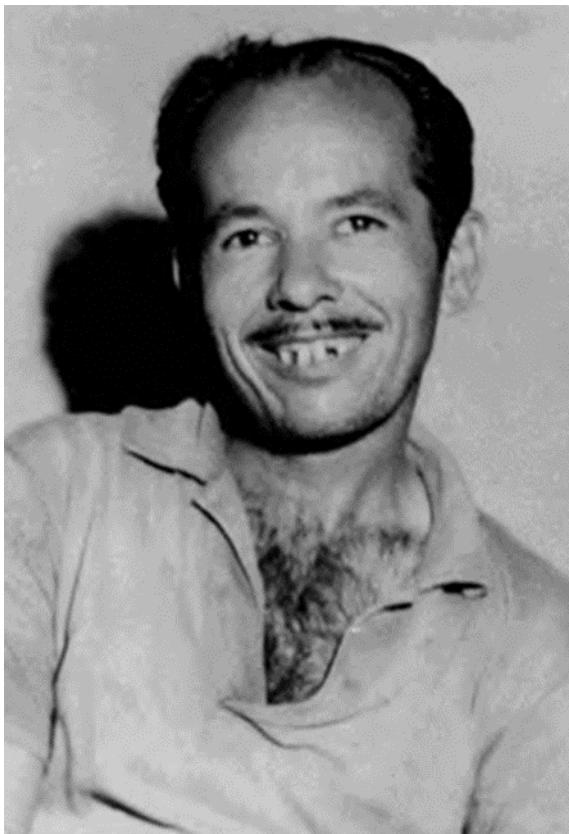
### **Entrevistas:**

ESCOBAR, Antônio. Entrevista concedida a Fabrício Teló. Pilar, Duque de Caxias, 1 jun. 2019.

ESCOBAR, Irany. Entrevista concedida a Fabrício Teló. Pilar, Duque de Caxias, 18 maio. 2019.

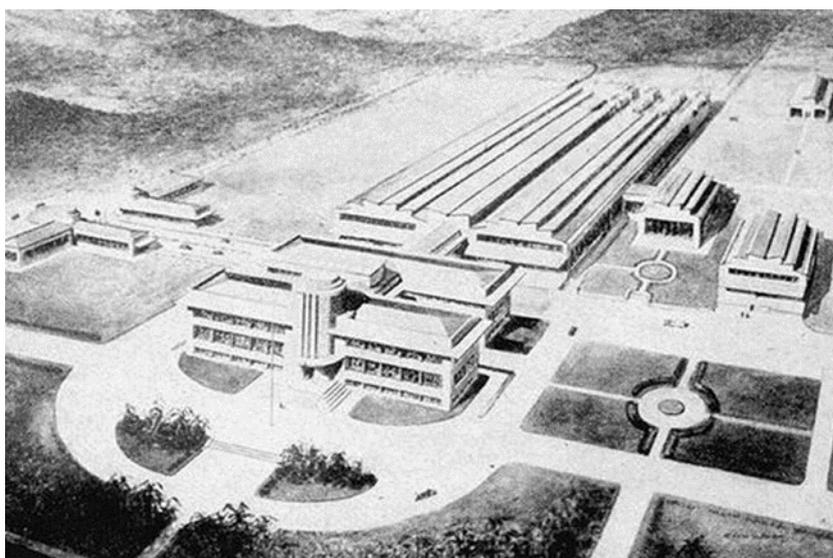
**ANEXO A - Figuras**

Figura 1 - Foto de Félix Escobar



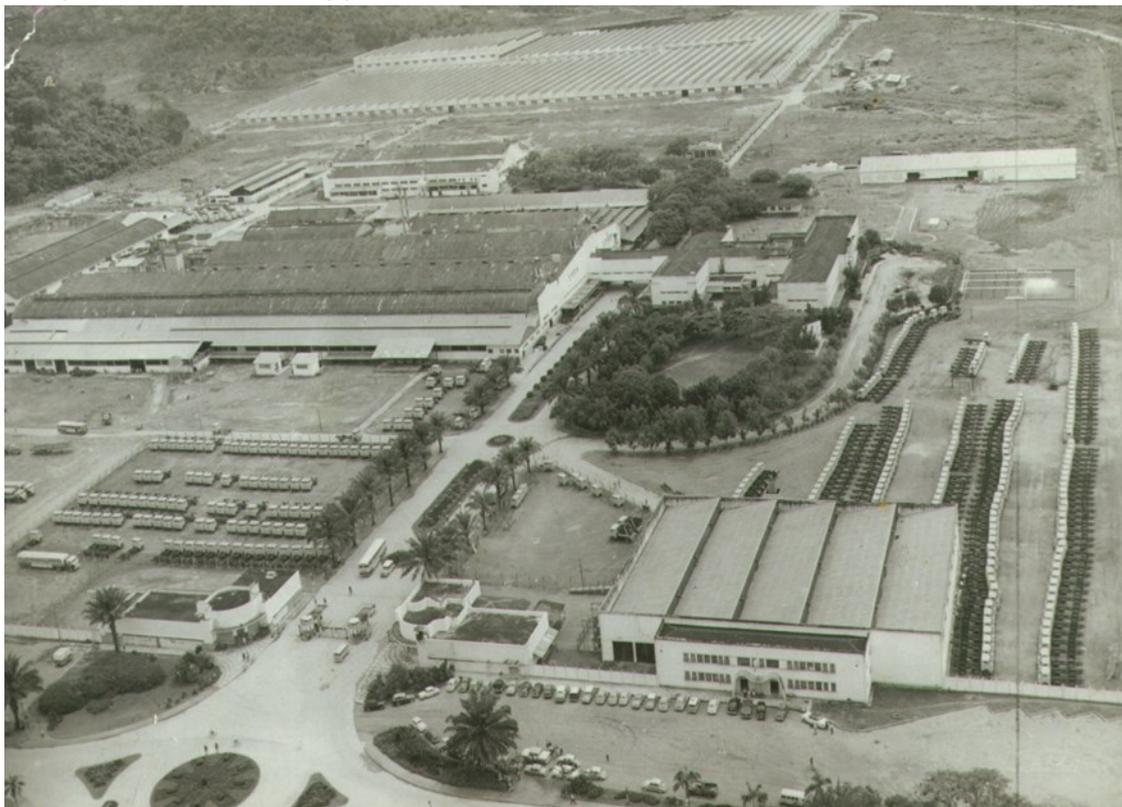
Fonte: Site Eremias Delizoicov

Figura 2 - FNM



Fonte: Obvio. Ind.br

Figura 3 - FNM nos anos 50



Fonte: Acervo CRPH.

Figura 4 - FNM nos anos 50



Fonte: Acervo CRPH.

Figura 5 - Caminhão da FNM



Fonte: retroramabrazil.blogspot.com.

Figura 6 - Área de pouso da FNM nos anos 40.



Fonte: Acervo IHDC.

Figura 7 - Foto do Cemitério de Ricardo de Albuquerque



Fonte: Foto de Fábio Silva Gonçalves.

Figura 8 - Mapa dos Bairros e Distritos de Duque de Caxias

